

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Laira Lúcia dos Santos Silva

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: possibilidades e
desafios na formação acadêmica-profissional do assistente social**

JUIZ DE FORA
2024

LAIRA LÚCIA DOS SANTOS SILVA

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: possibilidades e desafios na formação acadêmica-profissional do assistente social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula

JUIZ DE FORA
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Laira Lúcia dos Santos.

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL : possibilidades e desafios na formação acadêmica-profissional do assistente social / Laira Lúcia dos Santos Silva. -- 2024.

215 p.

Orientador: Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Serviço Social. 2. Dimensão técnico-operativa. 3. Formação profissional. I. Paula, Luciana Gonçalves Pereira de, orient. II. Título.

Laira Lúcia dos Santos Silva

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: possibilidades e desafios na formação acadêmica-profissional do assistente social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 27 de março de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 06/03/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Professor(a)**, em 17/07/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **YOLANDA APARECIDA DEMETRIO GUERRA, Usuário Externo**, em 23/07/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 24/07/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1736034** e o código CRC **9BD85ED5**.

Dedico esta dissertação para minha mãe Andréa, que sempre nos ensinou o valor do conhecimento. Graças aos seus esforços hoje você tem uma filha psicóloga, uma filha cientista social e uma filha assistente social, que agora se torna mestra.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita dessa dissertação foi, sem sombra de dúvidas, desafiador. Iniciar o mestrado no contexto da pandemia em que o distanciamento social se fez presente, potencializou as nossas angústias, nossos medos e incertezas. Seria impossível trilhar esse caminho sem as palavras de apoio, o incentivo, afeto e o carinho de todos que estiveram presentes nessa jornada contribuindo direta e indiretamente nessa construção.

Em casa sempre tive o amor e o apoio incondicional da minha família em todos os passos que dei na vida e nessa etapa não foi diferente. Agradeço imensamente à minha mãe Andréa, à minha avó Maria Eunice e às minhas irmãs Nayara e Tainara por todos os valores que me foram ensinados. A mulher que sou hoje, é reflexo das mulheres que vocês são, exemplos de força, coragem, determinação e amor. Essa conquista não é só minha, ela é de todas nós!

Ao meu marido Esmalley, que escolheu partilhar a vida comigo. Que sorte a vida ter nos presenteado com esse lindo encontro. Você demonstra diariamente o quanto me admira, torce por mim e me incentiva à voos cada vez maiores. Você tem feito essa vida mais leve, mais iluminada, mais feliz. Obrigada pela história que estamos construindo e por me presentear com o Zeus, nosso filho de quatro patas que foi a melhor companhia nas longas horas de escrita desta dissertação.

À minha “prima-irmã” Joicy e o grande presente e milagre dessa vida: meu afilhado Pietro. Vocês são exemplos de perseverança, de força e de superação. Me inspiro todos os dias em vocês e torço para que a vida seja sempre doce e feliz. Obrigada por existirem na minha vida.

Aos meus amigos Alisson e Taty por todos os momentos que tivemos juntos nessa linda amizade que construímos. Sou extremamente feliz por tê-los em minha vida e agradeço por todo o incentivo, todo o carinho e afeto que compartilhamos. Estamos distantes fisicamente, mas é a amizade que nos une.

À Nicole e Juliano. Meus amigos, não existem palavras capazes de expressar o quanto eu sou grata a vocês por todo o carinho, o estímulo, a atenção, muitas vezes acreditando mais em mim do que eu mesma. Só foi possível concluir essa etapa da minha vida com o apoio de vocês. Obrigada de coração por tudo!

Agradeço à Hérika, Marcelle e Carol que, para além de toda trajetória que dividimos nos corredores da faculdade, seguimos compartilhando muitos sorrisos e

histórias para contar. Tenho muito orgulho e admiração por vocês, como assistentes sociais comprometidas que são e por serem pessoas tão incríveis.

Aos queridos amigos do mestrado Euler, Isabella, Raquel, Maria Isabel, Bruna, Polyana e Isabel. Dividir essa experiência com vocês certamente tornou o processo menos solitário e menos doloroso. Por diversos momentos vocês transformaram meu desalento em coragem e a minha angústia em alegria. Muito obrigada pela parceria nessa caminhada, eu admiro cada um de vocês!

Meus sinceros agradecimentos à Luciana, minha orientadora que se tornou uma grande amiga. Lu, você é uma inspiração para mim como assistente social, como docente e como ser humano. A sua sensibilidade, seu incentivo, seu carinho e todo o suporte que me deu seja durante a graduação e no mestrado foram fundamentais para que eu continuasse na pesquisa acadêmica. Essa dissertação é fruto da sua generosidade em me permitir participar e explorar os dados da sua pesquisa que se tornou nossa. Muito obrigada por todas as palavras de afeto, por tanto empenho e dedicação.

À professora Yolanda Guerra, que gentilmente aceitou o convite para participar da banca de defesa dessa dissertação. A sua imensa contribuição para o Serviço Social brasileiro me inspira e me motiva a seguir explorando esse objeto de estudo que sou fascinada, os fundamentos do Serviço Social. Muito obrigada pelas ricas discussões em sala de aula que tive a honra em ser sua aluna e por me acompanhar nesse processo da pesquisa.

À professora Alexandra Eiras, obrigada por novamente aceitar o convite para contribuir na minha trajetória acadêmica. Seus brilhantes apontamentos na banca do meu TCC foram fundamentais na escolha dos caminhos que foram percorridos nessa dissertação. Obrigada por compartilhar desse momento comigo.

Agradeço às professoras Carina Moljo e Adriana Ramos por aceitarem o convite para compor a banca de defesa na condição de suplente.

Não posso deixar de agradecer à minha colega de trabalho Vanessa que muito me apoiou e me incentivou para a conclusão desse trabalho. Obrigada por todo o suporte nesse processo.

Também agradeço à todas as pesquisadoras do GEPEFSS e aos alunos/as da Faculdade de Serviço Social da UFJF que disponibilizaram do seu tempo para participar da pesquisa. A contribuição sincera e comprometida de todos/as foram as peças fundamentais para as reflexões que conduziram essa dissertação.

“Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida”
(*Maria Maria*, Milton Nascimento).

RESUMO

A presente dissertação parte da inquietação acerca do debate da dimensão técnico-operativa no Serviço Social. À vista disso, o objetivo principal da análise centra-se em identificar como se apresenta o debate da dimensão técnico-operativa na formação acadêmica-profissional em Serviço Social na contemporaneidade. Para isso, realizou-se um estudo bibliográfico sobre as principais tendências do ensino teórico-prático na formação profissional do Serviço Social ao longo do desenvolvimento sócio-histórico da profissão, bem como acerca da construção do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social e o projeto de formação profissional fundamentado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Além disso, aprofundamos nosso estudo acerca dos fundamentos do trabalho do assistente social e as dimensões constitutivas da profissão, com foco na dimensão técnico-operativa. Em seguida, analisamos parcialmente as entrevistas realizadas com os discentes formandos entre os anos de 2016 e 2019 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, buscando identificar a apropriação da dimensão técnico-operativa na formação profissional frente aos desafios postos nas relações de trabalho na atualidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Dimensão Técnico-Operativa; Formação Profissional.

RESUMEN

Esta tesis se fundamenta en la preocupación por el debate sobre la dimensión técnico-operativa en el Trabajo Social. Frente a esto, el objetivo principal del análisis es identificar cómo se presenta el debate sobre la dimensión técnico-operativa en la formación académico-profesional en Trabajo Social en la contemporaneidad. Para ello, se realizó un estudio bibliográfico sobre las principales tendencias de la enseñanza teórico-práctica en la formación profesional del Trabajo Social a lo largo del desarrollo socio-histórico de la profesión, así como sobre la construcción del proyecto ético-político hegemónico del Trabajo Social y el proyecto de formación profesional a partir de los Lineamientos Curriculares de la ABEPSS. Además, profundizamos en el estudio de los fundamentos del trabajo del trabajador social y de las dimensiones constitutivas de la profesión, centrándonos en la dimensión técnico-operativa. A continuación, analizamos parcialmente las entrevistas realizadas a estudiantes egresados entre 2016 y 2019 de la Facultad de Trabajo Social de la Universidad Federal de Juiz de Fora, buscando identificar la apropiación de la dimensión técnico-operativa en la formación profesional frente a los desafíos que plantean las relaciones laborales en la actualidad.

Palabras-clave: Trabajo Social; Dimensión Técnico-Operativa; Formación Profesional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ALAETS	Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social
ALAETS	Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social
CELATS	Centro Latinoamericano de Trabajo Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
COE	Comissão Orientadora do Estágio
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única de Trabalhadores
DAPJS	Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EAD	Ensino à Distância
EC	Emenda Constitucional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ERE	Ensino Remoto Emergenial
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FKA	Fundação Konrad Adenauer
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSS	Faculdade de Serviço Social
GEPEFSS	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISI	Instituto de Solidariedade Internacional
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEC	Ministério da Educação e Cultura

MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: DAS ORIGENS ÀS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996	25
2.1. AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL E SUAS BASES TRADICIONAIS-CONSERVADORAS: ENTRE A IDEOLOGIA DOMINANTE E OS PRECEITOS DA DOCTRINA CATÓLICA.....	27
2.2. AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL: O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE DO CONFSSIONALISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	46
2.2.1. O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro: os caminhos para a elaboração de um novo projeto de formação acadêmica	64
2.3. A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INTENÇÃO DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO: A HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	85
2.4. A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA	100
3. A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	122
3.1. O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO: OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE.....	124
3.2. AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO: A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA EM FOCO	135
3.3. O PROJETO CRÍTICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF: A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO TEÓRICO-PRÁTICO.	158
3.4. O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: A PERSPECTIVA DOS DISCENTES FORMANDOS DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF.....	166
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	212
ANEXO A	212
ANEXO B	213
ANEXO C	214
ANEXO D	215

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação é produto dos estudos dedicados ao longo da minha trajetória acadêmica na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), nos quais busquei construir apontamentos no que concerne à apreensão dos fundamentos do Serviço Social.

Nesse sentido, as reflexões apresentadas nessa dissertação centram-se na preocupação de qualificar a discussão para a categoria profissional dos desafios contemporâneos no processo de formação profissional dos assistentes sociais, em particular, na apropriação crítica da dimensão técnico-operativa.

O interesse em desenvolver esta pesquisa deriva do amadurecimento teórico crítico advindo dos espaços que experienciei durante meu processo formativo na graduação em Serviço Social, sobretudo, na inserção enquanto estagiária no órgão responsável pela fiscalização da profissão – CRESS 6ª Região / Seccional de Juiz de Fora.

A experiência no Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) me oportunizou aprofundar os estudos a respeito do processo formativo, por tratar-se de um espaço singular em que pude participar ativamente das atividades da fiscalização e orientação para os cursos de Serviço Social da área de abrangência da Seccional.

Nas visitas de fiscalização realizadas nos campos de estágio dos diversos espaços sócio-ocupacionais – entre os anos de 2018 e 2019 –, consegui observar nos profissionais uma lacuna no que concerne ao entendimento do significado social da profissão, na apreensão equivocada da relação entre teoria e prática, um desconhecimento das dimensões que constituem a profissão, incompreensão dos instrumentos e técnicas, bem como o não reconhecimento de requisições institucionais incompatíveis com a lei de regulamentação da profissão 8.662 de 1993.

Diante de tais preocupações, enquanto atividade obrigatória do processo de estágio supervisionado, elaborei uma proposta de trabalho que objetivava uma parceria entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) – através do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) –, com a Comissão de Apoio a Movimentos e Grupos Organizados (COMAGO), com proposta de potencializar a organização política da categoria por meio e com os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) da área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora, visando a contribuir com a elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento a precarização das condições éticas e

técnicas do trabalho profissional, que incidem diretamente nas atribuições privativas do/a assistente social, bem como na defesa do projeto ético-político.

As reuniões do referido projeto de intervenção foram realizadas em dez municípios com uma participação em média de 20 assistentes sociais por encontro, tornando-se – em nossa avaliação –, um importante espaço de potencialização das ações coletivas, bem como um trabalho educativo e preventivo para além das Unidades de Ensino que contribuiu para a capacitação continuada dos profissionais inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Em 2018 tive a oportunidade de participar do projeto desenvolvido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social “*ABEPSS Itinerante*”, que tinha enquanto preocupação o debate dos Fundamentos do Serviço Social, em especial, nas atribuições e competências profissionais.

As discussões realizadas na ocasião do evento estimularam o interesse em aprofundar os estudos nesta temática tão pouco explorada pela categoria profissional, tendo em vista também todas as experiências do estágio supervisionado que já vinham de encontro ao mesmo debate.

Assim, como consequência desta trajetória, propus estudar no trabalho de conclusão de curso a discussão das requisições institucionais conservadoras para o Serviço Social na contemporaneidade, destrinchando o antagonismo das atribuições dos cargos de concursos públicos e processos seletivos às competências e atribuições privativas regulamentadas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993.

Esse estudo¹ – onde os esforços centravam-se em desvendar os imbróglios no que tange ao trabalho profissional –, provocou profundos questionamentos de como o processo de formação acadêmica dos futuros assistentes sociais em tempos de aligeiramento do ensino superior oportuniza (ou não) reflexões quanto as requisições equivocadas que perpassam cotidianamente o exercício profissional.

É importante também destacar dois espaços que participei durante meu processo formativo que muito contribuíram com o encontro do atual objeto de estudo proposto. Participei da pesquisa científica “Tendências teórico-metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade”, que tinha como objeto de estudo a análise

¹ Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se disponível na biblioteca da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora sob o título “Requisições institucionais para o Serviço Social e a ofensiva conservadora: uma análise dos editais de concursos públicos e processos seletivos fiscalizados pela Seccional de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social 6º Região”.

dos Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade e como estes vem sendo tratados pelas produções da área, assim como da pesquisa “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social” em que objetivamos analisar, no momento da formação profissional do assistente social, espaços onde sejam privilegiados os debates em torno das dimensões que compõem o exercício profissional, bem como a elaboração de estratégias e táticas, o conhecimento técnico-procedimental, a escolha e o manuseio dos instrumentos, entre outras questões que perpassam cotidianamente o processo de intervenção².

Destacamos ainda que a inserção na última pesquisa acima mencionada, contava com a participação conjunta nas discussões do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Tais atividades permitiram-me refletir e questionar acerca da apreensão dos discentes sobre as dimensões que compõem a profissão, o conhecimento no que se refere ao manuseio e à escolha dos instrumentos e técnicas, o papel do estágio supervisionado na compreensão da relação teoria e prática, entre outras questões que perpassam o processo formativo.

Nesse sentido, as conjecturas que norteiam o presente estudo é se, no bojo da acumulação flexível, o currículo em vigor do Serviço Social está conseguindo oferecer aos discentes uma apreensão crítica da dimensão técnico-operativa? Quais são os desafios e as possibilidades no debate contemporâneo da dimensão técnico-operativa no campo da formação acadêmico-profissional?

Para tanto, objetivamos analisar qualitativamente 47 entrevistas realizadas com os discentes cursando o último ano de formação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2016 e 2019, buscando identificar a apropriação da dimensão técnico-operativa na formação profissional frente aos desafios postos nas relações de trabalho na atualidade.

Partindo das reflexões de Netto (2011), a institucionalização do Serviço Social na sociedade capitalista, se explica mediante os processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais no contexto de consolidação do capitalismo monopolista. Desse modo, a organização monopólica

² Pesquisa realizada no âmbito da Faculdade de Serviço Social/UFJF, coordenada pela professora Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula.

emerge com a finalidade de preservar e acrescentar lucros capitalistas, através do controle dos mercados, havendo um redimensionamento do sistema bancário e de créditos, tendo como característica a fusão de empresas.

Contudo, a ordem monopólica, ao mesmo tempo em que se consolida e se expande na busca por superlucros, enfrenta constrangimentos inerentes à própria acumulação capitalista, que requer soluções por vias extraeconômicas, isto significa, através do Estado. Este – com a finalidade de atender aos interesses da burguesia –, passa por uma refuncionalização e um redimensionamento de suas funções. Insta salientar que o Estado sempre atuou como patrono das condições externas da produção capitalista, garantindo a propriedade privada dos meios de produção burgueses.

Nas palavras de Netto (2011, p. 26):

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Quer dizer, na fase monopólica o Estado se insere na dinâmica e organização econômica, o que, em períodos anteriores ocorria de forma pontual, em situações emergenciais. Assim, as funções políticas e econômicas do Estado imbricam-se organicamente, tendo como eixo de sua intervenção a garantia dos superlucros (Netto, 2011). E é nesse contexto de consolidação do capitalismo monopolista apontado pelo autor que, de forma geral, nos países industrializados, está associada a progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social a partir dos anos 1930.

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas

sociais (Netto, 2011, p. 29).

Segundo Yamamoto e Carvalho (2014), na década de 1940 as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora brasileira eram deprimentes, dependendo para sua sobrevivência da inserção de todos os membros familiares no mercado de trabalho sem nenhuma garantia trabalhista e submetidos no interior da fábrica, ao poder e controle absoluto dos capitalistas.

Com o rebaixamento salarial e demissões, emerge a necessidade de organização da classe trabalhadora que tem suas lutas reivindicatórias centradas no poder aquisitivo dos salários, na regulamentação da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, seguro contra doenças e acidentes, entre outros.

Portanto, foram as lutas sociais que romperam com o domínio privado das relações entre capital e trabalho, trazendo para a esfera pública a questão social. O reconhecimento das mazelas sociais por parte do Estado deu origem à vários direitos sociais relativos ao trabalho, uma vez que o conjunto das classes dominantes se preocupava com a falta de instituições que auxiliassem os trabalhadores na integração física e psíquica ao trabalho fabril, no sentido em que, fora do ambiente de trabalho, os operários ficavam expostos à “rebeldia” (Yamamoto; Carvalho, 2014, p. 146).

É nesta esteira que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como um dos instrumentos empregados pelo Estado e empresariado – com auxílio da igreja católica –, para a regulação e enfrentamento da questão social.

Em outros termos, o surgimento da profissão no Brasil inicialmente não se baseou em medidas repressivas oriundas do Estado, mas sim doravante o intermédio da Igreja Católica que difunde sua concepção acerca da questão social e organiza algumas ações no país para espalhar a sua influência (Yazbek, 2018).

É, portanto, a questão social em suas variadas expressões, que se torna o objeto de intervenção do Serviço Social e a justificativa da constituição do seu espaço na divisão social e técnica do trabalho.

Urge enfatizar que o Estado brasileiro passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, através da regulamentação jurídica do mercado de trabalho e de legislações sociais e trabalhistas, bem como através da organização e prestação de Serviços Sociais. Assim, o Estado irá enfrentar a

pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora urbana³, através das políticas sociais, com o intuito de assegurar os níveis de produtividade.

A partir de então, o assistente social ingressa no mercado de trabalho na condição de trabalhador assalariado e a sua profissão somente pode ser compreendida no processo de reprodução das relações sociais, atrelado ao Estado e ao empresariado e não de forma independente. Neste sentido, a profissão não se encerra em si mesma e, nem tampouco, os resultados de sua ação decorrem exclusivamente da ação do profissional (Iamamoto, 2015).

A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho sofre alterações e se redimensiona de acordo com as feições que a questão social assume em determinado contexto histórico, social e econômico, relacionada sempre aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida da classe trabalhadora.

Dessa forma, a ação profissional possui um caráter histórico e enfrenta a necessidade de se renovar em decorrência das transformações que ocorrem nas relações sociais que particularizam o desenvolvimento do capitalismo no país (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Apreender a profissão nessa perspectiva que Iamamoto e Carvalho (2014) nos apresenta, implica compreender as consequências políticas do exercício profissional, isto é, suas dimensões objetivas e subjetivas.

Assim, esta perspectiva de análise da profissão concebe que o Serviço Social reproduz interesses contrapostos, participando tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como atendendo às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Em síntese, o Serviço Social é partícipe tanto do processo de reprodução dos interesses de conservação do capital, quanto das respostas às necessidades sociais de sobrevivência da classe trabalhadora, o que não consiste em uma dicotomia, mas do fato inegável de que o Serviço Social não tem como eliminar esta polarização do seu trabalho, considerando que as classes sociais e seus interesses só existem em relação.

Decorre daí, como exposto por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 82) o caráter

³ Entende-se aqui como classe trabalhadora aquela inserida no mercado de trabalho, somada ao seu excedente: o "exército industrial de reserva" (Netto, 2011).

contraditório da profissão de atender simultaneamente aos interesses contrapostos na sociabilidade do capital, participando dos mecanismos de dominação e exploração, bem como atendendo às necessidades sociais da classe que sobrevive da sua força de trabalho:

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela *mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer *uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (grifos dos autores).

Neste sentido, a perspectiva de análise difundida na década de 1980 por lamamoto e Carvalho⁴, possibilitou um avanço do referencial teórico-metodológico a partir da tradição marxista que avançou nos anos 1990 e conquistou hegemonia no bojo da profissão, expressando-se através da formação, do trabalho e na organização político-profissional.

Certamente, os Fundamentos⁵ tornaram-se motivo de preocupação do Serviço Social na década de 1990 – no contexto da revisão curricular –, dada a urgente necessidade de compreender a complexidade das transformações societárias

⁴ “A análise é parte do acúmulo crítico construído pelo Serviço Social latino-americano, a partir de meados da década de 60, no lastro do movimento de reconceituação, adensada na pesquisa histórica sobre a gênese e evolução do Serviço Social no Brasil – mais precisamente no eixo pioneiro de São Paulo e Rio de Janeiro” (lamamoto, 2015, p. 252).

⁵ O Serviço Social compreende os seus fundamentos na ontologia do ser social de Marx, cuja protoforma encontra-se no trabalho, sendo este, o substrato filosófico e teórico-metodológico que permite constatar que os fundamentos desta profissão se localizam no processo de produção e reprodução material e espiritual realizado pelos próprios homens no seu processo de trabalho (Guerra, 2015).

decorrentes da crise no capital que eclode em 1970 e impõe ao mundo capitalista, a recomposição do seu processo de acumulação.

A partir dessa apreensão, a revisão curricular proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) buscou não mais separar história, teoria e método, que anteriormente eram tratadas como matérias autônomas. Estas adquirem um novo tratamento integrado na matéria “Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social” (Iamamoto, 1998).

À vista disso, consolida-se assim o intitulado “Projeto Ético-Político” do Serviço Social, denotado pela Lei de Regulamentação da Profissão 8.662 de 1993, o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no ano de 1996.

Diante das novas formas de gestão do trabalho, bem como das estratégias adotadas pelo Estado em resposta às novas expressões da questão social, como consequência da reestruturação produtiva do capital e da implementação das políticas neoliberais, há transformações no mundo do trabalho e na vida social. Assim, a partir de 1990, há no Brasil a efetivação da contrarreforma do Estado com base no direcionamento neoliberal⁶.

Partindo destas ponderações, a presente dissertação debruça-se sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, evidenciando os elementos que propiciam – ou não –, a sua compreensão no âmbito da formação profissional e, conseqüentemente, as suas repercussões no campo do exercício profissional do Serviço Social.

Tal estudo será realizado à luz da teoria social de Marx, tendo esta como referência para analisar e compreender as mediações que aglutinam as dimensões do universal às singularidades da profissão. Isto é, a análise dar-se-á substanciada pelo método dialético materialista para leitura e interpretação da concretude, que possui enquanto elemento, a reprodução conceitual do movimento do real, em toda sua dinâmica e contraditoriedade.

O conhecimento para Marx é a reprodução do movimento real, ou seja, existe uma realidade – a sociedade burguesa –, que se encontra em movimento. No processo de conhecimento, o movimento real é o elemento primário, que é a base

⁶ Tal ofensiva impacta diretamente nas políticas sociais – através da contrarreforma do Estado brasileiro, em sua resposta à questão social –, no intuito de se apropriar cada vez mais de forma privada pela burguesia do fundo público (Netto e Braz, 2012).

sobre qual o sujeito atua na realidade para transformar. Exige um sujeito que quer conhecer algo (o objeto), que é o movimento real da sociedade burguesa, que se constitui na relação entre sujeito e objeto.

Isto é, o objeto de estudo de Marx foi a sociedade burguesa, sendo esta, considerada por ele como uma “totalidade concreta”, de máxima complexidade e constituída de totalidades de menor complexidade. Sendo uma totalidade concreta e articulada, a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica, o seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade (Marx, 1996).

Para tanto, visando aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo, o procedimento metodológico para a análise crítica proposta abarca uma revisão bibliográfica preliminar, seguida de uma pesquisa empírica de caráter qualitativo.

Dessa forma, esta dissertação estrutura-se em dois capítulos que buscam responder minhas inquietações no que tange ao trato da dimensão técnico-operativa no âmbito do processo formativo dos assistentes sociais.

No primeiro capítulo procuramos trazer as principais perspectivas teórico-metodológicas que direcionaram a formação acadêmica em Serviço Social no Brasil, desde o surgimento das primeiras escolas até a construção e implementação do projeto de formação profissional sustentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996. Buscamos trazer ainda nesta análise, como se deu o ensino da dimensão técnico-operativa ao longo do desenvolvimento sócio-histórico da profissão e os desafios para o ensino desta dimensão.

Importa-nos salientar que optamos por não desenvolver ao longo do nosso trabalho a análise do Serviço Social no contexto da crise sanitária e humanitária do vírus Covid-19 que levou a morte de mais de 710 mil pessoas no Brasil⁷.

Evidente que o contexto pandêmico impactou expressivamente no trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais. No entanto, considerando o período que nossa pesquisa foi realizada, optamos por analisar o desenvolvimento sócio-histórico da profissão na sociedade brasileira até o ano de 2019.

⁷ Dados do Ministério da Saúde referentes a fevereiro de 2024.

Consideramos que tal opção metodológica não irá trazer prejuízos para a análise crítica proposta, uma vez que a crise sanitária do coronavírus evidenciou a crise cíclica do capitalismo e suas estratégias de enfrentamento através do agravamento das condições sociais da classe trabalhadora.

O segundo capítulo será dedicado primeiramente ao debate da particularidade do trabalho do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, as dimensões constitutivas da profissão, em especial, a dimensão técnico-operativa, destacando os dilemas e as possibilidades do exercício profissional no cotidiano do trabalho profissional.

Os últimos dois tópicos do segundo capítulo serão dedicados à análise parcial das entrevistas da pesquisa “A formulação das estratégias e táticas técnico-operacionais: reflexões sobre formação e trabalho profissional do/a assistente social” realizadas com os discentes formandos entre os anos de 2016 e 2019 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Escolhemos trazer somente duas perguntas que constam no questionário estruturado que dizem respeito ao objeto de estudo do presente trabalho, buscando identificar a apropriação da dimensão técnico-operativa na formação profissional frente aos desafios postos nas relações de trabalho na atualidade.

Nesse caminho vislumbramos compreender qual o entendimento dos discentes no que concerne a dimensão técnico-operativa, bem como de que forma e em quais momentos da formação eles identificam a abordagem dessa dimensão.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: DAS ORIGENS ÀS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996

O primeiro capítulo deste trabalho pretende situar as principais tendências do ensino teórico-prático na formação profissional do Serviço Social ao longo do desenvolvimento sócio-histórico da profissão na sociedade brasileira, desde a sua gênese com a influência da Igreja Católica até a construção e implementação de um novo projeto profissional fundamentado na razão crítico-dialética.

A partir da compreensão da história pelo materialismo histórico-dialético, identificamos as mediações que configuram a sociedade capitalista e as determinações históricas na esteira das particularidades brasileiras que envolvem o Serviço Social (Guerra, 2018). Assim, construímos ao longo deste capítulo uma articulação entre a legitimidade, institucionalização e renovação da profissão no contexto da luta de classes na história da sociedade brasileira.

Nesse sentido, no primeiro subitem deste capítulo versaremos acerca do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no país, especialmente no que diz respeito as suas bases tradicionais-conservadoras. Ademais, também trataremos sobre a aproximação da profissão com a matriz positivista para atender as exigências de tecnificação da profissão.

Neste caminho, iremos abordar a conjuntura política, econômica e social de instauração da ditadura civil-militar no Brasil e seus impactos no Serviço Social brasileiro, visto que é neste contexto que as escolas de Serviço Social que eram vinculadas às instituições religiosas são incorporadas às instituições universitárias, possibilitando o início do declínio da legitimidade do confessionalismo na formação profissional.

Além disso, também trataremos neste segundo subitem sobre o movimento de reconceituação latino-americano e sua influência para a ruptura com as bases tradicionais do Serviço Social na esteira histórica da sociedade brasileira.

Aprofundando-se na literatura crítica, objetiva-se estudar os caminhos do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, buscando as formulações essenciais acerca do processo de hegemonia da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo e a construção de um novo projeto de formação profissional alinhado aos interesses da classe trabalhadora, expresso no currículo mínimo de 1982.

Ademais, buscamos ainda neste capítulo abordar o contexto da crise do capitalismo que eclode nos anos 1970 e as estratégias adotadas para o seu enfrentamento, pois é a partir das novas formas de gestão do trabalho que há a adoção do ideário neoliberal.

Dessa forma, indicamos a incidência deste cenário na construção do projeto profissional crítico hegemônico, que se expressa na Lei de Regulamentação da Profissão 8.662 de 1993, o Código de Ética Profissional de 1993 e o novo projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Tendo em vista o nosso objetivo neste trabalho, isto é, identificar como se apresenta o debate da dimensão técnico-operativa na formação acadêmica-profissional em Serviço Social na atualidade, buscamos fechar este capítulo trazendo o debate das transformações societárias contemporâneas e os seus rebatimentos na implementação das Diretrizes Curriculares e no ensino teórico-prático.

Para tanto, fundamentamos nosso capítulo sob à luz da teoria social de Marx através das principais referências teóricas no campo do Serviço Social, como Iamamoto e Carvalho (2014), Castro (2011), Ammann (2009), Aguiar (1982), Netto (2015), Yazbek (2018), Trindade (2001), Abramides (2019), entre outros.

2.1. AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL E SUAS BASES TRADICIONAIS-CONSERVADORAS: ENTRE A IDEOLOGIA DOMINANTE E OS PRECEITOS DA DOCTRINA CATÓLICA

Pensar na emergência do Serviço Social na sociedade brasileira, implica necessariamente ponderar a atuação da Igreja Católica e a inevitabilidade do Estado em responder às manifestações da questão social, dadas as determinações históricas mobilizadas pelas classes sociais nas duas primeiras décadas do século XX, como nos elucida Castro (2011, p. 101):

Não há dúvidas de que esta opção organizativa da Igreja foi estimulada pela magnitude alcançada pelas lutas operárias entre 1917 e 1920, dirigidas pelos anarquistas, e que expressavam o protesto proletário numa situação de queda da expansão industrial em relação aos anos da guerra. Em 1917, uma grande greve geral sacudiu a cidade de São Paulo e outras áreas interioranas. A própria capital do país foi abalada pelo movimento, que reivindicava a jornada de oito horas e aumentos salariais. O sindicalismo anarquista combatia frontalmente o Estado opressor e nutria a esperança de abatê-lo por meio de uma greve geral revolucionária que, preparada para 1918, foi duramente reprimida. No ano seguinte, movimentos grevistas voltaram a se manifestar em várias cidades brasileiras – Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro etc. –, todos abafados por uma cruel repressão. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro e, no bojo de toda esta movimentação, promulgaram-se as primeiras leis trabalhistas: uma legislação sobre habitação popular (1921), a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923) e a regulamentação dos feriados (1925).

Findando a República Velha em 1930, Getúlio Vargas ascende ao poder a partir da derrocada da política do café com leite⁸, concentrando o poder do Estado no plano federal. Seu primeiro governo ficou conhecido na história como a “Era Vargas”, uma vez que Getúlio permaneceu no comando por longos 15 anos.

Segundo os grifos de Iamamoto e Carvalho (2014), o governo Vargas investiu intensamente no mercado nacional, impulsionando o processo de industrialização e urbanização. Este processo de crescimento urbano-industrial demandava a especialização de mão-de-obra, o que propiciou investimentos no setor educacional.

⁸ A política do café com leite foi um grande acordo nacional entre as oligarquias que definiam os rumos da economia do país, isto é, do estado de Minas Gerais – que compreendiam os grandes produtores de leite no país –, e do estado de São Paulo, que produziam café. Neste acordo, as economias mineira e paulista alternavam o poder entre os anos de 1890 à 1930, na República Velha (IANNI, 1984).

Para permanecer no poder, em 1934 Vargas promulga a nova Constituição Federal que o elege indiretamente como presidente da república. Esta Carta Magna teve seu declínio em 1937, quando Getúlio Vargas fundamentado pelo subterfúgio do combate ao comunismo, anuncia o Estado Novo.

Desse modo, a Era Vargas neste período se estabelece enquanto um governo autoritário, pois determina na nova Constituição Federal o fechamento do Congresso Nacional, suprime os partidos políticos e coíbe a realização de novas eleições (BRASIL, 1937).

O acirramento da luta de classes nesta conjuntura era evidente, o que exigiu a mediação do Estado para além da repressão. É neste contexto que surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição de assistência social do país criada pelo Estado, sendo fundada pela primeira-dama Darcy Vargas. Este projeto é desenvolvido a partir da parceria entre o Estado com as entidades privadas, igreja católica e sociedade civil, alicerçado pelo voluntarismo e benevolência das primeiras-damas do governo (Fonseca e Almeida, 2016).

Diante tal contexto, a Igreja Católica se mobiliza a fim de restabelecer a hegemonia cristã perdida frente à expansão do protestantismo na sociedade civil e da laicização do Estado, a partir da queda da República Velha. Assim, a igreja expande estrategicamente as suas ações sociais para difundir sua doutrina a partir de um amplo projeto de reforma social.

Nesse sentido, importa-nos destacar as encíclicas “*Rerum Novarum*” de 1891 do Papa Leão XIII e a “*Quadragesimo Anno*” divulgada em 1931 através do Papa Pio XI, pois, conforme destaca Castro (2011, p. 64) ambas influenciaram ideologicamente o processo formativo dos primeiros Assistentes Sociais brasileiros.

Eis como a caridade, o messianismo, o espírito de sacrifício, a disciplina e a renúncia total passam a ser parte constitutiva dos aspectos doutrinários e dos hábitos que acompanharam o surgimento da profissão sob a perspectiva católica, e não é só por autodefinição interna, mas por um desígnio do vaticano. Ao lado destes elementos doutrinários, mobilizadores e coesionadores, a mensagem da Igreja, através da *Quadragesimo Anno*, enfatizou também a recuperação dos aspectos técnicos para a eficiência do trabalho assistencial, chamando ao estudo, o que resultou especialmente renovador na América Latina, onde se fez necessário que a Igreja estimulasse diretamente a criação de centros de formação superior incumbidos de difundir os conhecimentos requeridos para superar as limitações técnicas do trabalho artesanal tradicionalmente voluntário.

Emergem na década de 1920 duas instituições que possibilitaram a disseminação do pensamento social da igreja católica: a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920 no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas no ano de 1923 em São Paulo⁹. É, portanto, o desenvolvimento de tais instituições que criam as bases propícias para a fundação das escolas pioneiras de Serviço Social no país (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Com a necessidade de orientar e capacitar os membros da Ação Católica e Ação Social, surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) em setembro de 1932, que se apoia em um curso intensivo de formação para as moças de Santo Agostinho. Este curso contou com o apoio da Ação Social belga, por meio do envio de Mademoiselle Adèle de Loneaux¹⁰ – através da União Católica Internacional de Serviço Social¹¹ –, que foi responsável por direcionar a programação teórico-prática do curso (Yazbek, 2009).

O CEAS, então, surge da ânsia “[...] de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 178). Desse modo, as tarefas desenvolvidas pelo CEAS “[...] se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja” (*idem*, p. 183).

Em vista disso, considera-se que o CEAS foi fundador e mantenedor da primeira escola de Serviço Social do país, em 1936 – a Escola de Serviço Social de São Paulo –, que foi instituída após o retorno ao Brasil de duas sócias do CEAS que foram à Bélgica para estudarem no curso de Serviço Social (Aguiar, 1982). Em 1937 cria-se a segunda Escola de Serviço Social no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

No que diz respeito ao projeto pedagógico instituído na gênese das Escolas de Serviço Social, Paula (2014, p. 229) nos esclarece que:

Essas escolas apresentavam, segundo Iamamoto e Carvalho (2003), grandes carências em seus aspectos técnico e científico. Seus

⁹ “Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhe possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 177).

¹⁰ Professora da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (Yazbek, 2009).

¹¹ A UCISS foi uma organização de cunho católico criada em 1922, por intermédio das Escolas Católicas da França, Alemanha e Bélgica (Aguiar, 1982).

programas escolares não possuíam objetividade e coerência, sendo a maior parte das disciplinas sustentadas em conteúdos doutrinários. Desse modo, pouco se diferenciavam do discurso e das práticas construídas pela Ação Social Católica.

Concomitante à demanda advinda da ação social católica por uma formação especializada, que tem enquanto escopo à difusão da doutrina social da Igreja, lamamoto e Carvalho (2014, p. 186) também nos revela que emerge das instituições estatais tal necessidade. Logo:

[...] quando em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social, esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado, que assimilará a formação *doutrinária* própria do *apostolado social* (grifos do autor).

Como parte deste processo, os autores apontam que em 1939 firma-se um convênio entre o CEAS com o Departamento de Serviço Social do Estado, em visa de introduzir no currículo da Escola conteúdos que possibilitam atender as demandas advindas das prefeituras do interior do Estado de São Paulo. Tal processo demarca o princípio da compra e venda da força de trabalho destes “portadores daquela formação técnica especializada” (p. 189).

É neste contexto que, conforme apontado por Castro (2011) ocorre a intrínseca vinculação do Serviço Social com a doutrina da Igreja Católica, estando esta matriz relacionada à gênese da profissão em toda a América Latina, com particularidades diversas em cada país¹². No caso brasileiro, o Serviço Social estará orientado em nível do pensamento e da ação, pela doutrina social da igreja fundamentada no ideário franco-belga de ação e no pensamento de São Thomás de Aquino: o Tomismo (século XII) e o neotomismo (século XIX).

A formulação dos primeiros objetivos político-sociais orientava-se por um cunho humanista e conservador em contraposição ao ideário liberal e ao marxista, consoante Yazbek (2009, p.4):

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão

¹² No que diz respeito ao amplo debate da gênese do Serviço Social no continente latino-americano cf Castro (2011).

da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade de autoridade para cuidar da justiça geral.

A gênese, então, do Serviço Social brasileiro tem enquanto sustentação que o fundamenta – a partir da relação com a Igreja Católica –, os pressupostos filosóficos tomistas que concebem a sociedade enquanto a união dos sujeitos para a realização do “bem comum”.

Nesse sentido, observa-se uma atuação ideológica “que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas” (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Assim, as escolas de Serviço Social buscam recrutar alunos¹³ que dispunham de algumas características que a doutrina social católica estabelecia enquanto “qualidades naturais” necessárias para o ingresso no curso, como: ser uma pessoa com amor ao próximo, que tenha formação moral, bom humor, perseverança, simpatia, calma, ausência de defeitos físicos, boa saúde, caráter altruísta, querer ajudar, entre outros. E, para efetivação da matrícula, necessita-se de apresentação de referências de três pessoas idôneas, tal qual a realização de exames médicos (AGUIAR, 1982).

Outro aspecto apontado por Iamamoto e Carvalho (2014) diz respeito aos quatro elementos fundamentais na formação dos assistentes sociais neste contexto: técnica, científica, prática, doutrinária ou moral. Nesse sentido, Aguiar (1982) nos traz um panorama mais bem detalhado de como esses pilares eram compreendidos no currículo vigente.

A formação científica, segundo o autor, compreendia o rol de disciplinas capazes de proporcionar aos futuros assistentes sociais conhecimentos acerca do homem e da sociedade, como psicologia, sociologia e biologia. Desse modo “a formação deve levar em conta vários aspectos da vida do homem, tais como vida física, mental e moral, econômica e jurídico-social” (Aguiar, 1982, p. 33).

Quanto à formação técnica, ela consiste na formação específica do Serviço

¹³ “Quanto ao corpo discente, necessita ser selecionado. Os candidatos precisam ter o “mínimo de devotamento, de critério e de senso prático. E não serem nervosos em excesso”. Para que os alunos pudessem ser selecionados, as escolas tinham – no início – no programa, um “período de provação” que antecipava o exame de admissão. Esse período de provação era feito em forma de curso” (Aguiar, 1982, p. 35).

Social, ou – nos grifos de Aguiar (1982, p. 33) – “no estudo das teorias do Serviço Social”. Isto é, a formação técnica objetiva em ensinar o combate às mazelas sociais, posicionando a profissão neste lugar de enfrentamento aos desajustes coletivos e individuais.

Já a formação prática, resume-se ao ensinamento de “como fazer”, que, anteriormente, centrava-se nas visitas às obras sociais e as diversas famílias necessitadas. Com a organização dos estágios em Serviço Social no fim da década de 1940, o estudo da prática era realizado através dos momentos de supervisão.

Enquanto um dos eixos mais importantes no preparo profissional, a formação moral define que as escolas se preocupem em formar a personalidade dos futuros assistentes sociais, isto é, necessita-se de uma formação pessoal assentada no humanismo cristão, visto que “na falta de uma formação moral solidamente edificada (...), a ação seria falha, devido à ausência dos elementos que garantem uma ação educativa” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 236). Segundo Aguiar (1982) serão as aulas de Moral e Doutrina Católica as responsáveis por realizar as orientações para os futuros assistentes sociais no que tange aos preceitos da Igreja.

Deste modo, evidencia-se a busca por um perfil profissional que vislumbra sua atuação pautada em um caráter moralizante, que culpabiliza o indivíduo pelas suas mazelas. Pretende-se, portanto, no campo da formação, habilitar profissionais que sejam capazes,

[...] de agir com firmeza e perseverança na tarefa de reeducar as classes baixas. E, principalmente, devem ter certeza da noção de legitimidade de sua intervenção no modo de vida e consciência de seus assistidos. Os futuros Assistentes Sociais deverão, assim, estar imbuídos de esquemas de percepção e apreensão, e de intervenção junto à população cliente, através dos quais possam reproduzir as formas de exercício de controle social e de legitimação da estrutura social, objeto da ação das pioneiras (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 237).

Insta salientar que, o corpo docente era composto por religiosos, bem como educadores e profissionais liberais também vinculados ao bloco doutrinário¹⁴, o que possibilitava à profissão em sua primeira fase – do ponto de vista teórico –, uma perspectiva filosófica assentada no neotomismo. Ademais, os assistentes sociais que

¹⁴ “É preciso professores que sejam exemplos a serem seguidos; a escolha dos professores está ligada com sua orientação doutrinária; que sejam competentes em suas áreas e possibilitem a interrelação entre as disciplinas” (Aguiar, 1982, p. 35).

compunham os quadros docentes das escolas em 1947 possuíam formação nos Estados Unidos e em países da Europa como França e Bélgica, o que demarca a influência europeia e norte-americana no currículo aplicado¹⁵.

Para além das disciplinas, havia ainda círculos de estudos e orientações individuais que eram atividades que possibilitavam uma formação doutrinária e moral mais sólida. Assim, as discussões realizadas nas reuniões dos círculos de estudos, visavam o estudo dos problemas sociais e suas soluções – na perspectiva da modalidade de intervenção da Ação Católica, descrito por Aguiar (1982, p. 34) enquanto: ver, julgar e agir.

Nesse sentido, podemos indicar que o tratamento do instrumental técnico-operativo na gênese do Serviço Social no Brasil acaba por incorporar os instrumentos utilizados pelas formas tradicionais de assistência, tendo enquanto base que fundamenta seus objetivos a doutrina da ação social católica.

Outrossim, conforme os grifos de Trindade (2001), as orientações técnicas começam a ser impulsionadas nesse período, na medida em que a aproximação no âmbito da formação com as ciências sociais influencia a preocupação com a razão técnica¹⁶. Assim:

[...] alguns dos procedimentos comuns às primeiras iniciativas de assistência, que são absorvidos pela prática dos pioneiros do Serviço Social: estudo das necessidades individuais, familiares e de localidades carentes; avaliação das solicitações de ajuda; triagem dos problemas constatados; concessão de ajuda material; aconselhamentos; utilização dos recursos institucionais para encaminhamentos e incentivo à inserção no mercado de trabalho. Os agentes também realizam visitas domiciliares, elaboram inquéritos sociais, encaminhamentos e triagem/seleção dos casos. Essa intervenção tem um cunho eminentemente individualizado, pautado especialmente na manutenção de um relacionamento entre assistente social e cliente, mediado pela realização de entrevistas e visitas domiciliares (Trindade, 2001, p. 8).

¹⁵ “Como marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil, situa-se o Congresso Interamericano de Serviço Social em 1941 em Atlantic City (USA). A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social” (Iamamoto e Carvalho, 2014).

¹⁶ “Cabe destacar que a técnica aplicar-se-ia à serviço da moral doutrinária. Nesse sentido “a preocupação com os instrumentos e técnicas não poderia suplantam a moral cristã, deveria antes ser uma técnica com a finalidade de se garantirem valores morais cristãos” (Santos, 2006, p. 32).

No tocante à fundação das entidades representativas da categoria, em 1946 é constituída a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), com objetivo de articular e fortalecer as unidades de ensino no esteio da Igreja Católica, sendo a entidade responsável pela realização das convenções anuais que tinham como temática central o ensino em Serviço Social (Oliveira; Chaves, 2017)¹⁷.

Como nos aponta Closs (2015, p.71):

A ABESS [...] constitui uma significativa atuação na articulação das escolas, promovendo uma série de eventos e atividades que constituíram veículos de difusão das tendências teórico-metodológicas vigentes na profissão, com nítida influência das vinculações que esta entidade estabelece internacionalmente. Entre estas parcerias, está a UCISS, já referida, bem como a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (CORNELLY, 2003). Estas entidades, especialmente a primeira, exerceram importante influência no ensino no contexto de institucionalização da profissão, marcadamente através dos ideários católico e do pensamento franco-belga, com forte expressão nas escolas brasileiras.

No mesmo ano funda-se o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), com objetivo de representar o país nas conferências internacionais, elaborando e disseminando relatórios deste intercâmbio internacional que tinham como premissa o bem-estar social da sociedade (Aquino, 2021).

Com relação à normatização ética da profissão, surge em 1947 o primeiro Código de Ética Profissional do Serviço Social, construído pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) que direciona a forma como a intervenção profissional se concretiza por meio dos valores e princípios assentados no ideário humanista-cristão, tencionando o exercício profissional numa perspectiva moralizante (Barroco, 2010).

Nos importa o destaque à essa normatização da profissão, para compreendermos a percepção das expressões da questão social enquanto “desajustes sociais” e “disfunções sociais” que, a partir do julgamento moral, necessitavam de uma atuação profissional de caráter individualizado e psicologizante. Esta era a perspectiva lecionada nas escolas de Serviço Social à época.

¹⁷ “Até 1967 – data em que temos o Documento de Araxá – foram realizadas 14 convenções. Mesmo quando os temas eram específicos do Serviço Social, o pano de fundo era a doutrina católica. As convenções normalmente iniciavam-se com missa solene e durante certo tempo havia um dia de recolhimento, para quem desejasse, um dia antes da convenção” (Aguilar, 1982, p. 38).

Também em 1947 é promovido pelo CEAS o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado na cidade de São Paulo. De acordo com os grifos de lamamoto e Carvalho (2014), esse evento reuniu os principais representantes das entidades associadas à profissão e contribuiu para a organização do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social que aconteceu em 1949 no Rio de Janeiro.

No que diz respeito à conjuntura nacional, importa-nos destacar que a década de 1940 marca para o país um período político-econômico que tinha enquanto permissão estímulo à industrialização e, como efeito, há uma intensificação dos trabalhadores urbano-industriais¹⁸.

O Estado – para responder as reivindicações do proletariado urbano –, cria instituições¹⁹ que desenvolvem políticas sociais, demandando assim, a intervenção profissional dos assistentes sociais²⁰. Assim, as respostas à questão social são atravessadas pelo positivismo, o que justifica as exigências no que diz respeito a tecnificação da profissão.

Essas premissas eram atendidas através da produção norte-americana que possuía conexão com a psicologia, que “impulsiona a constituição de um meio cultural e ideológico favorável à hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal, no trato das manifestações da questão social” (Trindade, 2001, p. 11).

Assim, o Serviço Social brasileiro necessitando de um aparato instrumental, recorre às obras *Diagnóstico Social* (1917) e *O que é Serviço Social de Casos* (1922) elaboradas pela norte-americana Mary Richmond, o que culminou no intitulado Serviço Social de Caso.

¹⁸ “Essa expressão da produção industrial se fará acompanhar de uma intensificação da taxa de exploração da Força de Trabalho. Será um período em que os lucros industriais atingem níveis extremamente elevados garantidos pela ação coercitiva do Estado, que intensifica sua intervenção no mercado de trabalho. (...) A partir da pressão da burguesia industrial, a intensificação da intervenção do Estado no mercado de trabalho se desenvolve a partir de duas linhas fundamentais. A primeira visará bloquear a já reduzida capacidade de reivindicação dos sindicatos operários. (...) A segunda linha tomará a forma de restringir a aplicação de aspectos importantes da legislação trabalhista e, paralelamente, da decretação de leis de exceção tendentes a impedir o livre jogo da oferta e procura no mercado de trabalho” (lamamoto e Carvalho, 2014, p. 258).

¹⁹ Aqui destacamos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942; a Criação do Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946; Fundação Leão XIII também em 1946 (lamamoto e Carvalho, 2014).

²⁰ De acordo com Santos (2006), esse contexto possibilitou à profissão, no que diz respeito a formação profissional, o início do processo de egressão com suas bases católicas – ato este que só se concretiza nos anos de 1960.

Segundo os grifos de Costa (2017, p. 173), Richmond propõe que o Serviço Social “[...] considerado em sentido amplo, poderia fazer progredir a espécie humana, tornando melhores as relações sociais. Uma função conceitualmente pensada mediante o ajuste entre indivíduo e meio social [...]”. Desse modo, as expressões da “questão social” são compreendidas, ou melhor, diagnosticadas enquanto “desajustes sociais” e “disfunções sociais” que necessitam de uma atuação profissional de caráter individualizado.

Assim,

o diagnóstico social permitiria apreender a situação e a personalidade de um indivíduo que, por qualquer necessidade, recorresse a instituições sociais, subsidiando a ação profissional no sentido de o indivíduo encontrar em si mesmo solução para os problemas. Os caracteres pessoais e as relações daquele indivíduo, na família, no trabalho, na vizinhança, enfim, no meio social imediato, tomados em si, sem relação com as bases econômico-causais, não revelavam o verdadeiro caráter social dos problemas enfrentados pelo indivíduo, decorrentes de suas condições de classe e do caráter essencial da sociedade. Permaneciam no nível fenomênico da individualização. Ao mesmo tempo, o problema não só era centrado na personalidade, mas, além disso, a ação profissional deveria dirigir-se à expansão da personalidade (...) (Costa, 2017, p. 175).

De acordo com Aguiar (1982), o Serviço Social de Caso prevalece na gênese da profissão no Brasil, sendo a primeira modalidade de exercício profissional a ser ensinada nas escolas de Serviço Social. Fundamenta-se pela metodologia psicanalítica²¹, onde a preocupação central da intervenção baseava-se no indivíduo, em suas emoções, na sua personalidade.

Nesse sentido a dimensão técnico-operativa se revela por meio desta prática profissional, que nesta perspectiva organiza-se por meio de três momentos: o estudo, o diagnóstico e o tratamento. Como evidencia Trindade (2001, p. 12):

O estudo do caso refere-se à fase de investigação sobre fatores internos aos indivíduos e externos ao ambiente em que ele vive, viabilizada pela aplicação de entrevistas com o cliente e com pessoas de seu meio. Além disso, utilizam-se visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares, dentre outros

²¹ Conforme salientado por Trindade (2001), o Serviço Social de Casos “(...) chega ao país já sob os influxos da Psicologia, especialmente a partir da divulgação das ideias de Gordon Hamilton - seja através dos trabalhos de Nadir Kfoury (fruto de seus estudos nos Estados Unidos), seja com a tradução de seu livro Teoria e Prática do Serviço Social de Casos, em 1958” (Trindade, 2001, p. 11).

instrumentos. Esse estudo possibilita a elaboração de um Histórico do Caso, reunindo dados e impressões colhidos durante o inquérito. Em seguida, produz-se um diagnóstico, isto é, um parecer profissional sobre a situação psicossocial do cliente, para que seja viabilizado o tratamento. Este deve incidir sobre os fatores, de diversas ordens, que estejam interferindo na situação, podendo se concretizar através: da implementação de medidas para modificar o ambiente ou para o tratamento direto ao cliente, pautados principalmente no relacionamento assistente social/cliente; do apoio psicológico e emocional através de entrevistas e visitas.

É importante destacar que, tendo em vista que as escolas de Serviço Social no país eram orientadas pela doutrina social da igreja católica, o Serviço Social de Casos era, igualmente, norteado pelos preceitos cristãos, conforme demonstra Aguiar (1982, p. 63):

[...] no Brasil – em 1956 – o Serviço Social de Casos é aplicado dentro do espírito cristão. E partindo da colocação de Santo Tomás, que afirma ser preciso um mínimo indispensável de condições, afirma: “que o emprego do método de serviço social de casos deve ser concebido como parte integrante de um amplo trabalho social em que as demais técnicas sejam utilizadas haja vista aquelas que contribuam para a organização social da comunidade. E se possa, destarte, desenvolver uma atuação realmente eficaz em benefício da criatura humana, cujo bem-estar constitui em última análise a finalidade de todo trabalho social”.

Outra modalidade de intervenção que ganha espaço no interior da profissão ao final da Segunda Guerra Mundial, é o Serviço Social de Grupos, com a perspectiva de fortalecer os indivíduos através da convivência grupal. Esta modalidade que serviu de orientação para os profissionais tem aporte nos princípios cristãos, dado que a dimensão comunitária advém da “Doutrina do Corpo Místico de Cristo”²². Conforme Trindade (2001, p. 12):

[...] o trabalho com grupos é incorporado numa perspectiva que visa fortalecer os indivíduos, através da convivência grupal, que lhe proporcionaria um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e valores sociais vigentes. Os influxos advindos da Psicologia e da Psicanálise motivam o interesse dos assistentes

²² Acerca destes princípios, Aguiar (1982, p. 63) nos elucida em nota de rodapé: “(...) essa doutrina é vista como básica para o Serviço Social de Grupo, pois no trabalho em grupo todos os elementos são importantes e devem cooperar para o seu bom funcionamento. A doutrina do Corpo Místico de Cristo encontra em nosso século uma sistematização através da Encíclica *Mystici Corporis Christi*, de Pio XII. A encíclica foi escrita durante a 2ª Guerra Mundial, quando várias nações estavam em luta e o Papa chama a atenção para os cristãos dessas nações que são membros de um mesmo corpo: a Igreja”.

sociais brasileiros pelas técnicas de dinâmica de grupos, já que oferecem suporte para a ajuda psicossocial, tão presente na consecução da prática, naquele momento.

É importante salientar a influência de Gisela Konopka²³ no espraiamento desta modalidade no Serviço Social brasileiro, uma vez que a perspectiva contida em sua obra “Serviço Social de grupo: um processo de ajuda” foi incorporada na formação profissional dos assistentes sociais.

No que diz respeito à perspectiva teórica da autora importa-nos destacar que o trabalho com grupos no Serviço Social é compreendido enquanto uma ação socioeducacional, buscando o fortalecimento dos sujeitos por meio das trocas de experiências. Desse modo, a profissão tem enquanto finalidade nesta prática “ajudar” os indivíduos em sua “evolução”, para que se ajustem ao contexto social e consigam melhorar o seu convívio grupal.

Conforme os grifos de Konopka (1972, p. 43):

O Serviço Social de Grupo [...] é um método do Serviço Social que ajuda os indivíduos a melhorarem a sua atuação social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade.

Nesta direção, os objetivos do Serviço Social de Grupo centravam-se no “desenvolvimento da pessoa para seu potencial individual, melhoria dos relacionamentos e de sua capacidade de funcionamento social e ação social” (Konopka, 1972, p. 98).

Desse modo, a prática profissional:

[...] se baseia num otimismo que afirma que o ser humano pode ser ajudado para se modificar. Não é um otimismo romântico, mas que leva à ação – um idealismo realista. As suas premissas são: 1) o Serviço Social, como profissão, se interessa pela promoção do funcionamento social das pessoas; 2) existe uma importante correlação entre o funcionamento social e a experiência de grupo; e 3) as pessoas necessitam de ajuda – às vezes ajuda profissional – para aumento do funcionamento social (Konopka, 1972, p. 249)

²³ Graduada em filosofia, ciência educacional, história e psicologia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Emigrou para os Estados Unidos, tornando-se doutora em Assistência Social na Universidade de Columbia (Konopka, 1972).

Importa-nos destacar que a metodologia proposta por Konopka chega ao Brasil na década de 1950, mas somente nos anos de 1960 – em conjunto com o desenvolvimento de comunidade –, se consolida na profissão (Trindade, 2001).

No que concerne à conjuntura nacional, o cenário de urbanização e crescimento econômico que se processaram no país ao longo da década de 1950, fora fortalecido pelo modelo de governo de Juscelino Kubitschek – que assume a presidência do país no ano de 1956 –, onde intencionava para um projeto de desenvolvimento nacional.

A aspiração pelo desenvolvimento do país é resultante do surgimento do “Conceito Linear”, que pretende explicar o porquê – de forma quantitativa – alguns países se encontram em um estágio de desenvolvimento e, outros, de subdesenvolvimento.

Nesse sentido, Aguiar (1982, p. 74) aponta que:

Este conceito dá a entender que os países, hoje desenvolvidos, foram subdesenvolvidos e chegaram ao desenvolvimento, e, portanto, os atuais países subdesenvolvidos poderão superar os estágios de subdesenvolvidos e chegarem ao desenvolvimento. É uma questão de tempo, e mais, de trabalho e esforço.

Dessa forma, o conceito encobre a razão pela qual existem países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois esta ideologia tende a apresentar que os países que hoje são desenvolvidos transitaram – através de muito afincamento e labor –, do lugar de subdesenvolvido para desenvolvido. Concordamos com Aguiar (1982, p. 74) quando aponta que “essa ausência de clareza esconde a dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, bem como esconde a dominação e exploração a nível interno do país, das classes dominantes sobre as dominadas”.

Insta salientar que a Organização das Nações Unidas (ONU) que se funda em 1945, tem papel importante na disseminação da modernização e do desenvolvimento para os países arruinados pela II Guerra Mundial. Segundo os apontamentos de Ammann (2009), as recomendações da ONU se esforçam em solucionar os problemas com relação ao “atraso” dos países latino-americanos.

Com base em tal lógica, reconhece-se a necessidade urgente de modernizar a agricultura e criar nas áreas rurais condições favoráveis à consolidação do sistema capitalista. Tal postura casa-se perfeitamente com a política definida em âmbito nacional que aponta àquela época em direção à industrialização do país, a qual por sua vez

imprescinde da crescente oferta de produtos primários (Ammann, 2009. p. 33).

É nesse cenário que surge no Brasil o Desenvolvimento de Comunidade (DC), a partir das articulações organizacionais internacional²⁴, que intencionava uma modernização do meio rural e a ampliação do capitalismo, uma vez que “partem do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo” (Aguiar, 1982, p. 70).

Assim, no âmbito da política nacional:

O Plano de Governo JK assegura que o desenvolvimento econômico terá como consequência a eliminação da pobreza e sua perspectiva de mudança se manifesta pelo reconhecimento de que se impõe ampla reforma do sistema educacional do país: pelo estímulo à emergência de novos setores da economia; pelo investimento em áreas até então inexploradas pelo incentivo ao surgimento de novas hegemonias – desde, entretanto, que este se processe nos limites da classe dominante, bem como se respeitem a estrutura de classes e o modo de produção que a sustenta. O presidente proclama que o desenvolvimento representa uma garantia à segurança nacional, uma defesa contra as ideologias antidemocráticas e põe frequentemente em evidência o papel das forças armadas que, “com alto sendo patriótico prestaram ao Governo colaboração pronta e eficaz na pacificação dos espíritos”, permitindo “que a Nação, liberta de inquietações se entregue ao trabalho, tranquila e confiante” (Ammann, 2009, p. 59).

No decorrer deste contexto, a primeira experiência do desenvolvimento de comunidade na zona rural, ocorreu na cidade de Itaperuna no estado do Rio de Janeiro. Essa Missão Rural que adveio do “Seminário Interamericano de Educação de Adultos” ocorrido em 1949, contava com a participação de assistentes sociais, com a perspectiva de “integrar” as populações “desajustadas”, adaptando-as à “normalidade”.

Conforme os grifos de Aguiar (1982, p. 75) “essa visão de integração não levava em conta as contradições e desigualdades da sociedade. Ela conota uma visão acrítica e aclassista”. Dessa forma, os profissionais inseridos no desenvolvimento das Missões Rurais reproduziam:

[...] a ideologia das classes dirigentes interessadas em promover os obstáculos à expansão do modo de produção capitalista e em engordar a exploração da força de trabalho agrícola, pelo aumento de

²⁴ ONU, CEPAL, UNESCO, entre outros organismos (Ammann, 2009).

sua produtividade, pela modernização de suas técnicas, e pelo acirramento da denominação por parte dos detentores dos meios de produção. De resto, ao deslocar a questão agrária para o âmbito dos indivíduos – sua mentalidade, analfabetismo, doença, enfim, seu “atraso” cultural e tecnológico – vai o Desenvolvimento de Comunidade embargando a reflexão e a ação da classe trabalhadora rural sobre as estruturas geradoras de sua dominação enquanto força de trabalho e dissimulando a virulência de um modo de produção que a transforma em simples mercadoria (Ammann, 2009, p. 56).

No que diz respeito à formação profissional em Serviço Social, na medida em que buscam um avanço técnico para atuar junto às comunidades, observa-se um distanciamento da Doutrina Social da Igreja, tão logo há uma aproximação com o positivismo e com o funcionalismo. Não obstante, a atuação profissional permanecia pautada nos valores e princípios neotomistas, objetivando o desenvolvimento da sociabilidade (Netto, 2015).

Conforme os apontamentos de Santos (2006), considerando a conjuntura nacional, a formação acadêmica passa a abranger disciplinas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, além da Psicologia, Sociologia, Higiene, Moral, Pesquisa Social, Administração e Estatística.

Desse modo, as disciplinas ofertadas são norteadas pela base doutrinária, alicerçada na filosofia tomista e pela base técnica, apoiada nos valores positivistas, com o objetivo de preparar os futuros assistentes sociais para as seguintes competências:

ação organizativa e educativa entre o proletariado urbano; práticas com referencial estritamente técnico, de viés tecnicista; afirmação do Serviço Social na visão de Caso, Grupo e de Comunidade que vão tomando solidez e associando a eles o estudo, o diagnóstico e o tratamento; ação para modificar, reformar, ajustar, adaptar, controlar os conflitos e as disfunções, promovendo o indivíduo no seu meio e estabelecendo a ordem social; relevo ao Serviço Social de Grupo; criação de novas técnicas como reunião e nucleação em virtude do eixo de preocupação estar se deslocando do indivíduo para a comunidade (Santos, 2006, p. 39).

Ainda na década de 1950 – mais precisamente em 1954 –, o governo, através do Decreto 35.311, regulamenta a Lei nº 1.889 de 13 de junho de 1953 que dispõe dos objetivos do ensino em Serviço Social, regulamentando a estrutura dos cursos e reconhecendo as prerrogativas dos diplomados.

O currículo mínimo exigido no artigo 3º da referida legislação estrutura-se das seguintes disciplinas:

- I - Sociologia e Economia Social;
Direito e Legislação Social;
Higiene e Medicina Social;
Psicologia e Higiene Mental;
Ética Geral e Profissional.
- II - Introdução e fundamentos do Serviço Social;
Métodos do Serviço Social;
Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade;
Serviço Social em suas especializações;
Família - Menores - Trabalho - Médico.
- III - Pesquisa Social (BRASIL, 1953).

Assim, é possível identificar que, pelo prisma do projeto de formação profissional, este currículo é a expressão da perspectiva conservadora que se mantém até a revisão curricular de 1982 (Cardoso, 2016).

Surge em 1957 a primeira Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 3.252 –, que determina as atribuições específicas do Serviço Social, conferindo aos portadores de diploma de assistentes sociais o direito ao exercício profissional (Aguiar, 1982).

No tocante às atribuições privativas do assistente social, é curioso que – separadamente do artigo da legislação que trata especificamente das atividades privativas dos assistentes sociais –, o 5º artigo da legislação determina do mesmo modo enquanto atribuição específica que, somente os possuidores de diploma em Serviço Social possam ocupar cargos de direção, supervisão, secretaria e docência no âmbito das escolas de Serviço Social (BRASIL, 1957).

Evidenciamos neste cenário a vinculação intrínseca entre a profissão e a ideologia desenvolvimentista, que se manifesta a partir da necessidade de administrar as expressões da questão social através de práticas organizativas e educativas, conforme nos indica Aguiar (1982, p. 90) que “até a década de 1960, o Serviço Social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder”. É esta condição que marca o “tecnicismo” do Serviço Social, através da abordagem funcionalista incorporada pela profissão.

É possível observar que há, no processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social na esteira histórica da sociedade brasileira, a incorporação da

racionalidade formal-abstrata²⁵, uma vez que a profissão conglomerava métodos e técnicas com trabalhos com grupos e comunidades por meio da influência norte-americana (Santos, 2006).

Nesse sentido, podemos indicar que a formação profissional permanece ainda imbuída pelo pensamento doutrinário, mas agora há o contributo do aspecto técnico-científico importado das produções norte-americanas. O objetivo das escolas era de possibilitar aos futuros assistentes sociais um conhecimento adequado que propicie uma escolha concisa do instrumental técnico, prevalecendo “[...] a centralidade formalista do método” (Trindade, 2001, p. 14).

Em síntese, a concepção da técnica advinda das modalidades de intervenção do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade possui uma perspectiva de neutralidade e o método é compreendido enquanto “[...] um conjunto de procedimentos predeterminados, com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas, que por sua vez são abordados apenas como atitudes e habilidades” (idem).

É neste cenário que surge em 1958 a Escola de Serviço Social de Juiz de Fora, fundada sob influência da Igreja Católica, por intermédio de Padre Jaime Cornelius Jacob Snoek²⁶. Com sua chegada à cidade em 1955 e, vinculado a uma perspectiva mais “progressista” dentro da ação social da Igreja, Snoek busca estreitar contato com os sindicatos operários em funcionamento na cidade para ampliar as ações assistenciais realizadas no município, esforçando-se para atender as demandas postas pelos trabalhadores (Jacometti, 2009).

²⁵ Guerra (2003, p. 11) nos indica que a racionalidade formal abstrata é o modo de ser, de pensar e de se constituir dos processos sociais. Desse modo “[...] incorpora tanto a lógica que constitui os fenômenos e processos da sociedade quanto uma maneira de apreendê-los, uma forma de interpretá-los. Neste aspecto, se se pode dizer que no mundo burguês há racionalidades que se confrontam, também é verdade que há sempre uma racionalidade que se torna hegemônica, já que funcional à manutenção da sociabilidade que o constitui”. E continua “[...] esta racionalidade que subjaz ao pensamento conservador do status quo, opera com dois movimentos: deseconomiciza os processos sociais, retira deles as bases que os sustentam, seus fundamentos materiais e concretos e os desistoriciza, retirando-os da história. Este pensamento se institucionaliza no mundo burguês no período que o filósofo marxista húngaro G. Lukács denomina como “período de decadência ideológica da burguesia”.

²⁶ “Nascido em 25/12/20, ordenou-se pela Congregação dos Redentoristas em 1947 na Holanda. Após a realização de diversos cursos, doutorou-se, em 1949, em Teologia, pela Angelicum em Roma. Durante o período em que cursou o doutorado, despertou para os “problemas sociais” e para os trabalhos da Pastoral, aproximou-se da realidade da vida operária, sensibilizando-se para as questões da “pobreza” e da miséria do povo” (Jacometti, 2009, p. 43).

Snoek, expressando seus anseios para a Congregação das Irmãs Missionárias – entidade católica responsável pelo trabalho educativo no que tange às atividades assistenciais do estado de Minas Gerais²⁷ –, implementa o início de uma instituição de nível superior que se propõe a habilitar tecnicamente profissionais para atuar com as demandas postas pelos operários em Juiz de Fora.

Dessa forma, segundo nos indica os grifos de Paula (2003, p. 77):

Entre 1958 e 1968, a faculdade funcionou como escola particular dirigida pelas Irmãs Missionárias, seguindo as determinações do CNE (Conselho Nacional de Educação) e da ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social). Possuía um Regimento Interno que indicava como sua finalidade a formação, em nível de graduação, de profissionais de Serviço Social. Esta formação se dava através de curso ordinário que compreendia ensino teórico e prático, estágio supervisionado e um trabalho final de autoria exclusiva do aluno. A faculdade oferecia ainda cursos extraordinários de aperfeiçoamento, especialização e extensão.

Em busca da transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento do país empreendida pelo governo de JK, que seguia o lema “progredir 50 anos em 5”, aliou-se ao capital estrangeiro à vista da modernização. Neste projeto modernizador, a expansão que se pretendia abarcou também o sistema educacional.

Conforme nos elucida os estudos de Pereira (2007, p. 126), a ideologia desenvolvimentista empregou esforços no que tange ao ensino superior, uma vez que a educação “[...] adquiriu, pois, um caráter instrumental, como um “passaporte” ao desenvolvimento”. Desse modo, o que antes sucedia de forma isolada, isto é, os cursos funcionavam de maneira independente, estrutura-se então – por meio da proposta de desenvolvimento – a criação das Universidades a partir do agrupamento destes institutos.

Como afirma Pereira (2007, p. 131):

A universidade modernizada, pois, constituía-se como um dos requisitos para o processo de desenvolvimento, com base na ideologia da segurança nacional (na ótica do Estado), para a ruptura do país com a dependência econômica (para os nacionalistas) e para o reforço dos laços de dependência, copiando-se traços dos países mais “adiantados”, como os EUA (para aqueles que defendiam uma inserção subordinada e dependente ao capitalismo internacional).

²⁷ “A Congregação das Irmãs Missionárias realizava um trabalho de educação em todos os níveis: assistência à infância, à juventude, aos trabalhadores, à pobreza em geral. No final dos anos 50, mantinha seis escolas de Serviço Social” (Paula, 2003, p. 77).

É neste contexto, em 1960, que é fundada a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)²⁸, mediante Lei n° 3.858 de 23 de dezembro, sancionada pelo presidente Kubitschek. A criação da Universidade buscou agregar para a esfera pública os diversos cursos isolados de instituições particulares existentes na cidade, como as tradicionais faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia e Ciências Econômicas (Yazbeck, 1999).

O ano de 1961 marca a conclusão de curso da primeira turma da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, onde treze profissionais finalizaram seus estudos. Em 1963 o curso, até então mantido pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, conquista seu reconhecimento pelo presidente João Goulart através do decreto n° 52.210/63.

Conforme nos indica Jacometti (2009), neste período a Faculdade de Serviço Social – por tratar-se de uma escola particular – oferecia aos alunos que não dispunham de condições financeiras para custear sua formação acadêmica, bolsas de estudos que eram subsidiadas por doações realizadas pelos membros da Igreja Católica.

É possível apontar então que se introduz no Serviço Social uma mudança no perfil do corpo discente, o que antes se restringia às elites intelectuais, agora com as bolsas de estudo, estudantes pertencentes à classe trabalhadora matricularam-se para o curso.

Este cenário oportuniza a aproximação dos futuros profissionais com a realidade vivida pela classe que sobrevive da sua venda de trabalho, o que acarreta – no âmbito da formação acadêmica –, contestações quanto aos objetivos profissionais do Serviço Social, qual iremos nos debruçar no próximo tópico deste capítulo.

²⁸ Aqui destacamos o surgimento da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por tratar-se do cenário em que se assenta a nossa pesquisa.

2.2. AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL: O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE DO CONFSSIONALISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A década de 1960 no continente latino americano foi marcada por diversos processos societários, que sucederam as bases para o questionamento quanto ao conservadorismo presente na perspectiva tradicional da profissão.

As lutas sociais que eclodiam na América Latina em razão do período ditatorial burguês no continente, foram fundamentais no que concerne às indagações quanto aos fundamentos da profissão, suas finalidades, seus compromissos ético-políticos, sua formação profissional e procedimentos operativos (Aquino *et al.*, 2022).

A Revolução de Cuba em 1959 responsável por emergir a perspectiva da revolução socialista, impulsionou na América Latina – em especial na América do Sul –, uma sequência de golpes militares financiados pelos Estados Unidos. No Brasil e Bolívia em 1964; Argentina em 1966 e 1976; Peru 1968; em 1973 no Uruguai e Chile (Iamamoto, 2022).

Para o Serviço Social, esta efervescência política proporcionou o início de um processo que redimensionará o entendimento de profissão e que elucida o caráter político de sua intervenção, culminando no declínio da legitimidade do Serviço Social Tradicional (Batistoni, 2017).

Em 1961 o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) organiza o II Congresso de Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro, com o tema “O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”. A partir da análise dos anais do referido encontro, Aguiar (1982, p. 99) ressalta que, ainda no início da década, o Serviço Social assume que a sua funcionalidade é contribuir na superação do subdesenvolvimento nacional.

Conforme os grifos de Aquino *et al* (2018), este Congresso demarca para a categoria profissional a apropriação da nomenclatura “Desenvolvimento e Organização de Comunidade”, já utilizada desde 1960 no bojo acadêmico pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Tal cenário sinaliza o apoderamento do Desenvolvimento de Comunidade enquanto modalidade de intervenção profissional:

Os assistentes sociais se propõem ao enquadramento da proposta desenvolvimentista. Está na pauta do trabalho - e da formação profissional, principalmente de pós-graduação (CARVALHO e IAMAMOTO, 1988) –, contribuir para as mudanças necessárias para

levar a cabo o projeto desenvolvimentista, na árdua tarefa de extrair os segmentos populacionais marginalizados do progresso (p. 7).

Objetivando analisar a intervenção profissional na realidade brasileira sustentada pelo Desenvolvimento e Organização de Comunidade, em 1963 ocorre uma Convenção da ABESS, que tem enquanto preocupação discutir acerca do papel das Escolas de Serviço Social na capacitação técnica dos futuros profissionais, que colaborarão para o desenvolvimento do país (Aguiar, 1982).

É pertinente destacar que no ano de 1962 é fundado o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)²⁹, órgão responsável pela fiscalização e normatização do exercício da profissão. Neste período, a entidade assumia uma postura burocrática, visto que os profissionais que representavam a entidade encontravam-se em plena consonância com a prisma desenvolvimentista adotada hegemonicamente pela profissão.

Em maio de 1965 realizou-se no Brasil, mais especificamente na cidade de Porto Alegre, o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, reunindo profissionais do Brasil, Bolívia, Uruguai, Argentina e Paraguai. De acordo com Aguiar (1982), a discussão durante o evento pautou-se na importância da inserção da atuação profissional no processo de desenvolvimento, mas levantou-se a necessidade de se construir um Serviço Social voltado para as particularidades da realidade latino-americana.

Assim, o corpo profissional que participou do referido encontro ficou reconhecido na história da profissão no continente como a “Geração 65”, em razão da movimentação proposta por estes profissionais que inaugura a contestação das práticas profissionais características do Serviço Social tradicional.

No mesmo ano, no V Congresso Pan Americano de Serviço Social preparado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) no Peru, criou-se estrategicamente a *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS)*³⁰, almejando uma articulação política e acadêmica do Serviço Social nos países sul-americanos. Ao mesmo tempo, a OEA foi responsável por patrocinar a primeira Reunião do Grupo de Trabalho acerca do Desenvolvimento de Comunidade dos países do Cone Sul, realizada no Paraguai.

²⁹ Atualmente Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

³⁰ Atualmente ALAEITS (Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social).

A crise no desenvolvimento do capitalismo na década de 1960 é o cenário propício em que se assenta o início do processo contestação do tradicionalismo no Serviço Social latino-americano. Como sinaliza Netto (2015, p. 187) “o tensionamento das estruturas sociais no mundo capitalista, quer nas suas áreas centrais, quer nas periféricas, ganhou uma nova dinâmica”. A crise do capital contribuiu, então, para a mobilização da classe trabalhadora que evidencia publicamente as suas reivindicações econômicas, sociais e culturais e, ademais, contestam “a racionalidade do Estado burguês e suas instituições; nas suas expressões mais radicais, negam a ordem burguesa e o seu estilo de vida” (idem).

Nesse sentido, aproximando-se das lutas empreendidas pela classe trabalhadora que revela o período de crise que o capital se encontrava, o Serviço Social se vê atravessado por um período de inflexão, pois passa-se a questionar sua prática profissional.

Este é o advento do Movimento de Reconceituação, que vislumbra construir uma nova cultura profissional para a profissão que compreendesse as particularidades históricas do continente e se espraia pela América Latina a partir das parcas aproximações com a leitura marxista.

Nas palavras de Netto (2015, p. 194):

O recurso dos reconceitualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire.

Nesse sentido, o movimento possui base teórico-metodológica eclética, visto que várias perspectivas antagônicas ao tradicionalismo se expressam na busca por construir uma alternativa crítica para o Serviço Social. Assim, apesar da dúbia aproximação com a tradição marxista, é inegável que este movimento que contesta o lastro conservador da gênese da profissão, instaurou no Serviço Social as bases para a apropriação de uma consciência crítica com relação ao entendimento da profissão acerca da questão social e a sua intervenção profissional junto às suas expressões (Iamamoto, 2019).

Lopes (2016, p. 238) destaca os principais eixos que sustentam a erosão da legitimidade do tradicionalismo e que possibilitou avanços do Serviço Social no continente latinoamericano:

a) as relações de exploração e dominação das classes trabalhadoras e subalternas no capitalismo, e as relações de domínio do imperialismo, sob o capitalismo monopolista, com os países do continente; b) a tendência, desde sua origem, a atender, fundamentalmente, os interesses das classes dominantes, no exercício profissional como funcionários de instituições privadas, da Igreja e do Estado, mediando práticas assistencialistas, filantrópicas e de ajustamento ao sistema, ao status quo; c) a necessidade de, na contradição de sua atuação na mediação da relação entre as classes em confronto nas relações do capitalismo, vincular-se aos interesses das classes dominadas e exploradas, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes; d) o caráter pragmatista do Serviço Social, até então dependente da literatura europeia e norte-americana e de manuais de orientação de prática.

Deste modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social – que se expressa através da articulação das forças acadêmico-profissionais na América Latina – datado pela literatura de 1965 até meados de 1975³¹, projetava “[...] lutar para garantir a vinculação do Serviço Social aos interesses das classes trabalhadoras, exploradas, dominadas [...], em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes” (Lopes, 2016, p. 238).

No período histórico em que se é datado o processo de reconceituação latino-americana, ocorre uma sequência de Seminários Regionais Latino-Americanos de Serviço Social, incumbidos pela articulação política-acadêmica da categoria profissional no continente. Em 1966 o Uruguai recebeu o II Seminário, Argentina em 1967 o III; em 1969 o Chile recepcionou o IV Seminário; o V aconteceu na Bolívia em 1970 e, em 1972, o VI Seminário ocorreu novamente na cidade de Porto Alegre, no Brasil (NETTO, 2015).

Urge enfatizar que, em julho de 1974 após um encontro ocorrido na capital da Costa Rica, surge o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS), organismo acadêmico da ALAETS que se constituiu no decurso de um Projeto de Trabalho Social do Instituto de Solidariedade Internacional (ISI) – entidade pertencente à Fundação

³¹ É importante demarcar que o movimento teve incidências diferentes em cada país, devido suas particularidades conjunturais e a sua diluição deu-se em razão dos golpes militares na América Latina Netto (2015, p. 193) aponta que seu exaurimento ocorreu devido a supressão de espaços político democráticos.

Konrad Adenauer (FKA) (Netto, 2015).

A fundação do CELATS tem por finalidade fortalecer teoricamente a ALAETS por meio do desenvolvimento de investigação, capacitação continuada, produção de conhecimento, além da documentação e comunicação. Nesse aspecto, o CELATS contribuiu significativamente para o aprofundamento e difusão da teoria marxista para a categoria profissional no continente latino-americano, especialmente através das publicações da Revista *Acción Crítica* amplamente divulgada para os profissionais do continente (Ramonda, 2014).

No âmbito da formação acadêmica e profissional, o CELATS foi pioneiro na apropriação da pesquisa enquanto uma competência do Serviço Social. Sua política de investigação que coloca a profissão como objeto de sua própria análise, rompe com a análise endógena da intervenção profissional defendida pelo Serviço Social Tradicional, uma vez que aponta para:

os sujeitos sociais a quem se dirige a atuação profissional, suas lutas e suas particularidades (indígenas, camponeses, operários, populações urbanas); o perfil profissional do Serviço Social em países latino-americanos; as bases e feições da organização profissional, corporativa e política; os espaços sócio-ocupacionais mais representativos no mercado de trabalho; as políticas sociais e o processo de formação histórica do Serviço Social na história das sociedades nacionais (Iamamoto *et al*, 2022, p. 39).

Assim, concordamos com Leila Lima³² quando afirma que o legado do CELATS no que tange à reconceituar a profissão teórica, prática e metodologicamente foi fundamental e determinante para o desenvolvimento da relação do Serviço Social com a teoria social de Marx:

o CELATS conformou um importante e articulado núcleo pensante, que contribuía para o debate conectado com as principais tendências da época e que colaborou para dar direção ao pensamento das unidades de ensino de Serviço Social (Santos, L., 2007, p. 169).

Outrossim, é fundamental destacar que as intervenções profissionais realizadas no contexto do Desenvolvimento de Comunidade, propiciaram a incipiente aproximação dos assistentes sociais com os movimentos sociais.

³² Leila Lima dos Santos é assistente social que atuou como diretora do CELATS entre os anos de 1977 e 1983, tendo papel fundamental para o movimento de reconceituação latino-americano e para a renovação do Serviço Social brasileiro.

Segundo Duriguetto e Marro (2016), os trabalhos desenvolvidos em articulação com organizações políticas e movimentos sociais da classe trabalhadora, contribuíram para o rompimento da visão assistencialista e positivista da questão social.

Tal movimento que busca por um Serviço Social crítico na América Latina fora descontinuado em razão do contexto repressivo dos golpes militares no continente, patrocinado pela hegemonia imperialista. Desse modo, Netto (2015) o define como um movimento inconcluso, mas substancial para a pavimentação de um caminho de descontinuidade com as concepções conservadoras da profissão:

Em suas várias correntes, a Reconceituação criticou a pseudoneutralidade político-ideológica do Serviço Social tradicional que tinha vigência entre nós, denunciou a debilidade teórica dos seus fundamentos e demonstrou a extrema limitação dos efeitos/impactos da sua intervenção (Netto, 2007, p. 137).

O período autocrático burguês que se instaura no Brasil a partir de abril de 1964, expressa a inauguração de um processo político que busca deter – por meio de medidas repressivas advindas do Estado –, as ações democráticas que ocorriam no início da década de 1960.

Contextualizando brevemente a realidade brasileira neste período histórico que precedeu o golpe militar, em 1961 Jânio Quadros foi eleito presidente do país por meio do voto direto³³. Seu governo foi marcado por uma grande crise econômica, acarretando uma grave instabilidade política que culminou em sua renúncia em agosto do mesmo ano em que se elegeu.

Assim, João Goulart – vice-presidente, popularmente conhecido como Jango –, tomou posse da presidência em setembro de 1961, mas a sua atuação era limitada por efeito da aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 4 de 02 de setembro de 1961, que instaurou no Brasil um governo parlamentarista³⁴. Dessa forma, Jango era

³³ É relevante destacar que nesta conjuntura, o voto direto era restrito à uma parcela pequena da população.

³⁴ O posicionamento progressista de Jango, bem como a missão oficial que cumpria na China causava incômodo nos ministros militares que quiseram impedir que Jango tomasse posse do cargo. Assim, tensionaram para a aprovação do sistema parlamentarista, diminuindo o poder de Jango que, estrategicamente apoiou tal decisão junto ao Congresso Nacional e ministros do governo (NETTO, 2015).

chefe de Estado e dividia o Poder Executivo com o chefe de governo escolhido pelo parlamento³⁵.

Segundo Netto (2015), a posse de Jango conferiu vivacidade à esquerda e aos grupos nacionalistas que defendiam reformas de base, visto que o presidente se comprometia com a luta dos trabalhadores, em favor dos avanços sociais e da democracia.

Importa-nos salientar que Jango não vislumbra o socialismo, mas enquanto nacionalista, assume publicamente compromissos que estavam na ordem do dia dos movimentos sociais que pleiteavam por reformas no âmbito fiscal, urbano, universitário, administrativo e, especialmente, lutavam pela reforma agrária.

Essa posição de Jango marcou o período de seu governo como uma época de intenso confronto político, pois o Congresso Nacional que representava os interesses da burguesia, bem como as forças militares, compreendiam que as reivindicações sociais reconhecidas pelo presidente aspiravam pelo comunismo (Lara; Silva, 2015).

Em 1963 o sistema parlamentarista é revogado e restaura-se então, o regime presidencialista. Em março de 1964 o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) realiza um comício na Estação Ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro com a presença de João Goulart que em seu discurso, reafirma o compromisso urgente em se realizar o projeto de reforma agrária, em busca de alterações estruturais que diminuam as desigualdades sociais no país.

É importante demarcar que, historicamente considera-se que a participação de Jango neste evento organizado pelo CGT que se mobilizavam em defesa das reformas de base, contrariando os interesses econômicos da burguesia nacional, foi o estopim para sua destituição, isto é, desencadeou o golpe de Estado de 1964 (Netto, 2015).

Por intermédio das forças militares que já se articulavam em virtude de toda a ebulição política que sucedia e com o apoio dos Estados Unidos à sombra da trama da Guerra Fria desde 1945 com a investida anticomunista, na madrugada do último dia do mês de março, as tropas militares lideradas pelo General Olympio Mourão Filho deslocam-se da 4ª Região Militar – situada em Juiz de Fora –, sentido Rio de Janeiro

³⁵ Tancredo Neves tornou-se primeiro-ministro de 1961 a 1962, Francisco Brochado da Rocha em 1962 e Hermes Lima, de 1962 até o fim do regime, em 1963.

para a deposição de João Goulart no dia seguinte. Sem apoio, não restou alternativas para Jango, que não pedir asilo político em Montevideu, no Uruguai.

Partindo das concepções de Florestan Fernandes, Netto (2015) denomina a ascensão dos militares ao poder, isto é, o golpe de abril de 1964 enquanto uma “autocracia burguesa”, por compreender que as forças armadas foram instrumentalizadas para instaurar um regime ditatorial em benefício das elites econômicas e reacionárias. Nas palavras de Ianni (2019, p. 304-305):

O bloco de poder que organizou, planejou e deu o golpe de Estado de 31 de março de 1964, e consolidou-se no controle do aparelho estatal, na prática realizou uma ampla e brutal contrarrevolução. Foi a resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes) ao ascenso político da classe operária e do campesinato. [...] Sob vários aspectos, pois, o golpe de 1964 e a ditadura militar organizada desde então foram uma resposta contrarrevolucionária, da grande burguesia financeira e monopolista, ao ascenso político dos operários e camponeses.

Por conseguinte, conforme os grifos de Lara; Silva (2015, p. 278) é importante salientar que os interesses da burguesia no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no país, giravam em torno de:

promover a internacionalização da economia e a reconcentração de renda, poder e propriedade nas mãos de corporações transnacionais, monopólios estatais e privados e grandes latifundiários, aprofundando sua integração com o mercado mundial e suas ligações com o capital financeiro e industrial internacionais.

Assim, a ditadura civil-militar instituiu em 3 de abril de 1964³⁶, o Marechal Castelo Branco como presidente do país. Seu comando ficou marcado por inviabilizar as mobilizações democráticas, por meio da repressão às principais lideranças políticas que organizavam as lutas em defesa das reformas de base.

³⁶ “[...] a ditadura foi levada a adotar medidas e políticas de cunho social, educacional, econômico, político, cultural e outras que aceleram o processo de transformação da sociedade brasileira em uma vasta fábrica de produção de lucro, renda e juro; ou mais-valia. O capitalismo desenvolveu-se bastante, em termos intensivos e extensivos, na cidade e no campo. Ao mesmo tempo que se desenvolvem as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, desenvolvem-se as classes sociais, a produção de mais-valia absoluta e relativa, o poder do capital e as contradições de classes. Mais do que em qualquer época anterior, a sociedade brasileira ganhou ainda mais ampla e nitidamente o jeito de uma vasta fábrica, sob o lema “segurança e desenvolvimento” (Ianni, 1984, p. 94).

Nesse sentido, o primeiro Ato Institucional (AI-1) decretado uma semana após a instauração do golpe de Estado evidencia as medidas criadas pelos militares com a intenção de deter àqueles que pleiteavam melhores condições de vida para a classe trabalhadora no país, sendo apontados como “inimigos da revolução” (Netto, 2015).

Instituía-se a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos de parlamentares, na tentativa de “tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964).

No que diz respeito ao mundo do trabalho, o arrocho salarial promovido pelo golpe civil-militar demonstra toda a sua funcionalidade em prol da acumulação do capital. Em vista de todo o contexto repressivo que se encontravam os sindicatos e partidos políticos de esquerda, as medidas de reajustes salariais maximizaram a exploração da força de trabalho.

Para manter tais medidas de achatamento do salário dos trabalhadores, ainda em 1964 foi promulgada a Lei de Greve que inviabilizava as greves e manifestações da classe trabalhadora. Ao passo que se intensificava a precarização da força de trabalho, diversas indústrias e empresas estrangeiras entraram no país à custo da superexploração dos trabalhadores, o que proporcionou as altas taxas de lucratividade (Netto, 2015).

Em outubro de 1965 o governo de Castelo Branco aprovou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), com objetivo de reprimir os políticos opositores ao regime. Assim, a partir do decreto do segundo ato, os partidos políticos que anteriormente existiam foram impedidos de atuar, adotando-se o bipartidarismo. Assim, surge a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) representando os apoiantes do governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que tinha sua atuação cerceada por aglutinar aqueles que se opunham à ditadura (Fernandes, 1980).

A respeito do Serviço Social, após 18 anos de vigência do primeiro Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, em 1965 há uma revisão dos pressupostos éticos do Serviço Social, tendo em vista a incorporação das referências teórico-metodológicas das produções norte-americanas e as transformações societárias do período ditatorial.

Segundo os grifos de Barroco (2010), o referido documento que direciona eticamente os assistentes sociais, é aprovado a partir da preocupação da categoria profissional com o rigor técnico científico na atuação profissional. Não obstante,

apesar da intencionalidade de “modernizar” os compromissos éticos profissionais dos assistentes sociais, o Código de 1965 ainda portava elementos da filosofia tomista.

Desse modo, os deveres profissionais são fundamentados pelo neotomismo, reforçando o mesmo perfil ético tradicional do código anterior. Defende-se a neutralidade para intervir nos problemas sociais, buscando ajudar no desenvolvimento do bem comum, conforme os artigos do capítulo II do Código de Ética:

Art. 6º- O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade.

Art. 7º- Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social.

Art. 8º- O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa.

Art. 9º- O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais (BRASIL, 1965).

Nesse sentido, Barroco (2010) afirma que, ainda que se pretendia uma “modernização” no que tange aos direcionamentos éticos da profissão, é evidente que a perspectiva conservadora ainda se faz presente nas novas orientações éticas para os assistentes sociais, aprovada no lapso da ditadura civil-militar.

Com intuito de legitimar e institucionalizar a ditadura civil-militar, em 1967 foi promulgada uma nova Constituição Federal, responsável por dismantlar a democracia a partir da centralização do poder Executivo às forças militares. Os Atos Institucionais e complementares então aprovados foram incorporados à Carga Magna, o que reiterou a suspensão de todos os direitos que foram retirados a partir do regime instalado desde 1964 (BRASIL, 1967).

Importa-nos destacar que as forças militares não eram um grupo homogêneo neste processo. Netto (2015) indica a existência de duas perspectivas que tinham interesses distintos: por um lado, liderada por Castelo Branco existia a “Sorbonne”, defendiam que a atuação dos militares no governo era emergencial e vislumbravam repassar o poder para os civis; de outro, a perspectiva liderada por Costa e Silva, conhecidos como “linha dura”, que concordavam que os militares se mantivessem no poder para apartar todo e qualquer indício comunista,

usando todo aparato fascista e repressivo do Estado.

Sem muito apoio entre os militares, burguesia e Congresso Nacional, Castelo Branco finda seu governo e o principal líder da vertente “linha dura”, o General Costa e Silva, assume a presidência em 1968. Seu comando ficou marcado pela aprovação do 5º Ato Institucional (AI-5), caracterizando o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil.

Este é o Ato Institucional que representa a institucionalização da violência e da repressão contra àqueles que se opunham à autocracia burguesa. Líderes sindicais, políticos, jornalistas, estudantes, intelectuais, artistas, entre outros que contestavam à condução do Estado pelas forças militares foram cassados, presos, torturados física e psicologicamente, exilados, e por vezes, assassinados³⁷.

É importante enfatizar que uma parcela significativa da categoria profissional alinhados à vertente crítica do Movimento de Reconceituação, estiveram presentes na resistência contra a ditadura civil-militar. Em razão disso, muitos assistentes sociais e estudantes que estavam inseridos no movimento sindical, movimentos progressistas da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação³⁸, em partidos políticos, bem como no movimento estudantil através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), foram vítimas da truculência do regime autocrático burguês.

A exemplo, em 12 de outubro de 1968 o movimento estudantil organizou na cidade de Ibiúna – São Paulo, o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) que contou com a participação de representantes do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). A luta dos estudantes se direcionava “contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, direito à sexualidade e decisão sobre nossos corpos. A luta pelo direito ao aborto era parte de nosso debate” (Abramides, 2017, p. 58).

Neste período, partidos políticos, movimentos sociais e qualquer tipo de

³⁷ Ainda nos dias de hoje, há muitos desaparecidos políticos que não se sabe o paradeiro, mortos pela ditadura civil-militar.

³⁸ A Teologia da Libertação advém da Ação Católica Especializada, no qual a juventude cristã vislumbrava uma nova sociabilidade anticapitalista. Se organizavam através da Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Destacamos a atuação dos estudantes de Serviço Social na militância da esquerda católica através da JUC, tornando-se uma das grandes referências deste movimento (Moreira; Caputi, 2017).

organização comunitária foram colocados na clandestinidade, entre estes, a UNE. Assim, na mesa de abertura do Congresso, todos foram surpreendidos com a repressão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que prendeu diversos estudantes, incluindo 25 mulheres estudantes de Serviço Social (Abramides, 2016).

Em seu depoimento para o livro *“Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura”*, publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2017 com intuito de resgatar a memória necessária destas violações de direito no interior da ditadura civil-militar, Abramides (2017, p. 58-59) relata o episódio de Ibiúna:

No 30º Congresso da UNE, eu era delegada de base, eleita em assembleia dos estudantes para participar do evento. Era presidente do Grêmio da Escola de Serviço Social (GESS) e também fui eleita, em julho de 1968 no congresso estudantil em Fortaleza, membro da direção nacional da ENESSO [...]. Primeiro, fomos todos para o presídio Tiradentes. Éramos cerca de quarenta jovens mulheres em cada cela. O frio era intenso, dormíamos em valete, para nos aquecer e sentirmos mais próximas umas das outras. O banheiro era um só, ali mesmo. Estávamos incomunicáveis e não sabíamos nada de que se passava lá fora. Os carcereiros nos traziam comida fria em lata de cera. Era ruim... À noite, ouvíamos berros que, depois soubemos, eram para criar um clima de terror (as torturas não se deram naquele momento, afinal eram mais de mil estudantes [...]). Depois do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o terror se intensifica com as torturas, desaparecimentos e extermínios. Somente pudemos sair para tomar sol no pátio com as presas comuns quando fomos transferidas para o Carandiru. À noite, os carcereiros andavam pelos corredores com um molho de chaves e iam passando nos ferros das grades das celas, fazendo um barulho e gritando “você vão ser ouvidos e ai de quem não falar a verdade”. O dia em que levaram uma a uma para o DEOPS foi de terror. Ficamos cada uma de nós sozinhas em uma pequena sala, aguardando para um depoimento horas a fio. Ouvíamos berros, ficávamos apavoradas envoltas nos nossos 19 anos. No cubículo de portas fechadas e ouvindo lá de fora gritos de pessoas que estavam sob tortura, os policiais gritavam: “você está ouvindo estes berros? Se não disser a verdade, logo será você!”. A noite que passei neste cubículo com tortura a ameaça foi infernal, de verdadeiro terror, aos meus 19 anos, como os outros mil jovens sob uma tortura psicológica que parecia não ter fim. Sabíamos que falaríamos a mesma coisa e que era verdadeira: éramos estudantes eleitas pelos estudantes, para participar de um congresso que lutava pelos nossos direitos (Abramides, 2017, p. 59).

Este relato de Maria Beatriz Costa Abramides e as demais memórias que se encontram nesta coletânea, exprimem todo o horror e terrorismo de Estado

praticado pelas forças militares e traduzem o motivo pelo qual este período é considerado o mais violento e sombrio da autocracia burguesa.

Todos que contestavam a ditadura civil-militar são julgados sem direito a recursos pelos tribunais militares, conforme estabelece a Lei de Segurança Nacional, havendo, assim, julgamentos arbitrários. Consequência disso, vários militantes perderam seus empregos e foram condenados à prisão, como narrado pela assistente social Maria Lúcia de Souza (2017, p. 66):

Acabei sendo condenada pela Auditoria Militar da 7ª CJM, por crimes de natureza política e também por subversão, por participar do movimento estudantil e sindical. Cumpri pena na Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica, em Maceió (AL) e Delegacia do Pilar, no interior de Alagoas. [...] quando do período da clandestinidade, era, também, funcionária pública federal do Ministério da Saúde (Departamento de Endemias Rurais) e fui exonerada por abandono de emprego.

O período de 1969 a 1974 é comandado por Emílio Garrastazu Médici que ficou conhecido na história do regime ditatorial como o período de intenso crescimento positivo, no que tange às políticas econômicas. O “Milagre Econômico” expressa o então desenvolvimento da economia nacional, com a expansão das indústrias e aumento das exportações.

Tal “milagre” sucede à proposta de modernização do país, uma vez que o então presidente Médici propiciou-se uma abertura considerável para o capital financeiro estrangeiro, que garantiu suas altas taxas de lucro devido ao arrocho salarial. Por outro lado, no que diz respeito à repressão do Estado, este ciclo significou os “anos de chumbo” da autocracia burguesa, expresso pelo mais alto nível de violência contra àqueles que se manifestavam em oposição ao governo ditatorial (Lara; Silva, 2015).

A estagnação do salário mínimo – que não acompanhava o reajuste da inflação –, isto é, o arrocho salarial, foi responsável pelo aumento da pobreza e da desigualdade social no país, o que predisps aos opositores políticos da autocracia burguesa organizar mesmo na clandestinidade, várias formas de lutas e resistências que colocaram na cena pública a concentração de renda dos governos ditatoriais, visto que o crescimento econômico não incidiu para a classe trabalhadora. Segundo Paulino (2020, p. 570)

[...] a questão social foi se agravando cada vez mais, resultando em

uma população carente de atenção do Estado, encontrando-se no Brasil altos índices de subnutrição, excessivos dados de acidentes de trabalho, surtos de doenças “verminoses intestinais, malária, doença de chagas e esquistossomose” - e a fome.

Este cenário exige o governo ditatorial burguês a intervir na questão social para além das vias repressivas, isto é, necessitavam investir em políticas sociais públicas capazes de apaziguar toda a efervescência política contestatória para conseguir se manter no poder.

É neste imbróglio que Netto (2015, p. 150-160) aponta haver uma reestruturação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, que requisita uma atuação profissional de caráter técnico, buscando responder as novas demandas burocráticas do Estado:

É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente. A reorganização do Estado, “racionalizado” para gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona inteira e profundamente não só o sentido das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las. O tradicional grande empregador dos assistentes sociais reformula substantivamente [...] as estruturas onde se inseriam aqueles profissionais – na abertura de uma série de reformas que, atingindo primeiramente o sistema previdenciário, haveria de alterar de cima a baixo o conjunto de instituições e aparatos governamentais através dos quais se interfere na “questão social”.

Tal cenário também possibilitou a entrada do Serviço Social nas médias e grandes empresas, que requisitavam a atuação profissional do assistente social em razão do crescimento industrial nos anos do “milagre”, mas simultaneamente, para controle e vigilância dos trabalhadores no âmbito da produção.

Este contexto promoveu significativas alterações no que se refere às novas exigências profissionais ao Serviço Social, como aponta Netto (2015, p. 162):

A racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido de compatibilização do seu desempenho com normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade.

É nesta conjuntura de novos padrões de requisições para o Serviço Social que

a profissão se insere no circuito universitário. Assim, as antigas escolas que eram vinculadas às instituições religiosas são incorporadas às instituições Federais e Católicas (PUCs)³⁹, o que além de amplificar o rol de disciplinas disponibilizadas para os cursos, possibilitou a aproximação da profissão com as demais áreas de conhecimento.

A primeira Escola de Serviço Social de São Paulo foi incorporada pela PUC-SP, no Rio de Janeiro a primeira Escola de Serviço Social vinculou-se ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Belo Horizonte a Escola de Serviço Social de Minas Gerais foi integrada à PUC-MG e, acompanhando este processo, após 16 anos em atividade, a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora se incorpora à UFJF através do projeto de Lei 2176/1974.

Assim, a formação acadêmico-profissional que ainda se revestia da perspectiva conservadora, se vê atravessada pela inserção nas universidades no contexto ditatorial burguês, o que impõe à profissão revisar o currículo posto, pois:

[...] implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua condução – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em pressupostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” - com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais” (Netto, 2015, p. 163).

É relevante demarcar que o Serviço Social se insere no ambiente das universidades após a aprovação da Reforma Universitária aprovada sob a égide da autocracia burguesa no ano de 1968⁴⁰. Decretada no período de intensa repressão, os debates e estudos que conduziram à reforma universitária não contou com a presença dos principais protagonistas deste processo que tão intensamente reivindicavam por reformas universitárias desde o início da década: os professores e o movimento estudantil.

³⁹ A Pontifícia Universidade Católica surge na década de 1940, a partir da união entre as faculdades geridas pela Igreja.

⁴⁰ Aprovada sob governo de Costa e Silva.

Como explana Netto (2015, p. 87-88) a reforma universitária que se seguiu advinda da política educacional da ditadura militar, detinha uma lógica tecnocrática e empresarial, em que o sistema de ensino portava papel estratégico no processo de desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, o autor esboça os principais aspectos do projeto de reforma universitária da autocracia burguesa. Em primeiro lugar:

No ensino superior, a introdução da “lógica empresarial”, conduzindo a vida acadêmica a um patamar antes desconhecido de burocratização, teve por efeito uma **racionalização** segmentar que derivou numa **irracionalidade global** (Freitag, 1968, p. 89). Aqui, a política educacional da ditadura lavrou no que Cunha (1985, p. 234) designou como **perspectiva de contenção**: as medidas racionalizadoras impostas com a reforma universitária (departamentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação) não só propiciaram ao Estado uma enorme economia de recursos como, sobretudo, instauraram mecanismos de **exclusão no interior** do próprio sistema universitário (grifos do autor).

Ademais,

(...) a política educacional da ditadura para o ensino superior não se submeteu à orientação dos interesses do grande capital apenas contendo o acesso à graduação e reduzindo a alocação de recursos públicos, liberados para investimentos em áreas mais prioritárias para os monopólios: **transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis – a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num “grande negócio”**. A assim chamada livre iniciativa encontrou aí um dos seus vários paraísos, estabelecendo as suas universidades – o que não impediu, por vários canais, que nelas fossem injetados vultuosos recursos públicos –, preferencialmente frequentadas (e pagas) por alunos oriundos e/ou situados dos/nos níveis socioeconômicos inferiores (...) (*ibidem*, grifos nossos).

Dessa forma, a política econômica do ciclo autocrático burguês no início dos anos 1970 no governo de Médici encontrava-se completamente voltada para a integração dos monopólios ao aparato estatal. Assim, assentimos com Netto (2015, p. 59) quando afirma que neste período “(...) a ditadura ajusta *estruturalmente* o Estado

de que antes se apossara para a funcionalidade econômica e política do projeto modernizador” (grifos do autor).⁴¹

Em 1973, no contexto da crise internacional do petróleo, começa-se o processo de esgotamento do “milagre econômico brasileiro”. Um enorme descontrole fiscal engendra uma instabilidade na inflação, o crescimento da dívida externa e uma intensa desvalorização da moeda nacional. Para a classe trabalhadora, isto significou o crescimento da taxa de desemprego, a desvalorização salarial e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais.

À vista disso, são expressivas as manifestações contrárias ao ciclo ditatorial burguês, que já não mais apresentava um desenvolvimento positivo no que diz respeito à economia nacional. Intentando a permanência das forças militares no poder, General Ernesto Geisel assume o comando da presidência em 1974 neste período de crise de hegemonia da ditadura civil-militar (Netto, 2015).

É neste contexto que em 1975 o Serviço Social busca revisitar seu direcionamento ético, a fim de reformular o Código de Ética Profissional. Segundo Barroco (2011), esta nova orientação ética se apresenta em total sintonia com o projeto modernizador da ditadura militar, o que fica evidente com a supressão de alguns princípios que norteavam a profissão, como o pluralismo e a democracia.

Trindade (2001, p. 15) nesse aspecto aponta que:

O conservadorismo continua muito presente no universo ideológico no qual transita o Serviço Social, especialmente no tocante às características da política tecno-burocrática de gestão da economia e das relações sociais. Essas políticas baseiam-se numa razão técnica e num saber científico, ambos colocados pretensamente “a serviço de todos” e voltados ao atendimento do “bem-comum”. Daí a sintonia entre os propósitos integradores das propostas modernizadoras e a necessidade de controle social e político das classes subalternas, colocada pelas classes dirigentes da ditadura.

O acirramento das tensões sociais e os conflitos se tornaram crescentes, visto que esta conjuntura de crise do plano econômico assumido pelo período ditatorial burguês além de provocar um desgaste político entre os militares e parcelas da burguesia nacional que exigiam uma ampliação na participação política, também

⁴¹ Neste contexto houve um grande incentivo para o setor da construção civil. Destacamos a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da Ponte Rio-Niterói.

oportunizou o ressurgimento do movimento operário e os movimentos sociais que organizaram as mobilizações em defesa da redemocratização do país.

Este contexto de efervescência política evidencia o declínio da autocracia burguesa no Brasil, não restando outra alternativa ao governo comandado por Geisel a não ser conduzir o Estado para uma transição democrática, como nos aponta Evangelista (2021, p. 96-97):

A ascensão do movimento operário estava articulada com o avanço da crise do modelo econômico, na medida que o primeiro avançava diante das mazelas e sequelas sociais, o segundo entrava numa crise irreversível. Dessa maneira, era evidente a necessidade de criação dos meios políticos para o funcionamento e pacificação dos antagonismos de classes. De um lado, abrir espaço político para absorver e manipular as pautas das classes sociais antagônicas. Por outro lado, era necessária a permanência da autocracia burguesa. No primeiro movimento, uma lacuna e abertura política para os conflitos sociais no interior do Estado. No segundo movimento, a continuidade dos mecanismos de contrarrevolução prolongada, seja nos termos do poder político do Estado, seja nos termos econômicos de um novo ciclo de acumulação capitalista.

Esta transição “lenta, gradual e segura” estabelecida pelo governo se deu em razão da reprovação do regime ditatorial-burguês pelas massas populares, visto que com o enfraquecimento da economia, quase metade do Congresso Nacional eleito em 1974 integravam à oposição política ao governo. Nesse sentido, Fernandes (1980) nos aponta que a estratégia implantada por Geisel para garantir uma transição democrática gradativa foi estabelecer o “pacote de abril”, que entre as medidas constava o alargamento do tempo de duração de seu mandato e fechamento do Congresso Nacional.

Ademais, após 10 anos de vigência da institucionalização da extrema violência do Estado sob o comando das Forças Armadas, o AI-5 foi revogado no fim do governo Geisel, o que demonstra a disposição para uma lenta abertura democrática. Toda esta manobra política garantiu que em 1979 ocorresse a passagem de mandato para o último militar a ocupar o cargo de presidente do país, o General João Batista Figueiredo que no mesmo ano promulga a Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, conhecida como a “Lei da Anistia” permitindo que as lideranças políticas, artistas, jornalistas e intelectuais perseguidos durante os anos de chumbo retornassem do exílio político.

É nesta conjuntura que emergem as mobilizações do movimento operário, especialmente as greves dos metalúrgicos no ABC Paulista⁴². Ainda que as principais lutas reivindicatórias tangessem na insatisfação com o arrocho salarial, estas mobilizações representam o ressurgimento do movimento sindical classista que “passa a contestar o modelo econômico concentrador de renda da ditadura civil-militar e a lutar por liberdades democráticas e direitos sociais” (Lara; Silva, 2015, p. 280).

O novo sindicalismo, que se manifesta expressivamente na oposição ao estado militar-fascista, além de propiciar uma articulação política junto aos movimentos sociais na luta pela redemocratização do país, colaborou também para um amplo processo de organização da classe trabalhadora – que neste período retornam aos seus sindicatos (Abramides, 2016).

Este influxo se desenvolve igualmente no bojo do Serviço Social, com a retomada dos assistentes sociais aos sindicatos, o que contribuiu com a organização política da Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

É neste cenário que os distintos projetos profissionais disputam a hegemonia, a partir de um longo processo que redimensionará a apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social, o qual nos debruçaremos adiante.

2.2.1. O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro: os caminhos para a elaboração de um novo projeto de formação acadêmica

Conforme exposto, a dinâmica política da sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no que se refere ao protagonismo das lutas do movimento operário, foram os pressupostos para que as bases ideológicas e políticas que até então direcionavam o Serviço Social fossem questionadas.

É importante destacar – assim como já salientado –, que a federalização das agências de formação profissional em Serviço Social foi um dos fatores determinantes que contribuíram para a laicização da profissão, possibilitando conforme Netto (2015, p. 88) indagações quanto as práticas profissionais apoiadas no “(...) confessionalismo,

⁴² É neste contexto que surge Luís Inácio Lula da Silva, uma das principais lideranças sindicalistas das greves dos operários no ABC Paulista e que disputará a presidência do país após o fim da ditadura civil-militar e a retomada do voto popular.

o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências”.

Também é relevante apontar a argumentação de Trindade (2001, p. 14) no que diz respeito a transformação da própria legitimidade da profissão. As novas requisições institucionais para a profissão no período em que se instaura a ditadura civil-militar no país, exigem por profissionais que respondam à racionalidade burocrático-administrativa do projeto de modernização. Assim:

os assistentes sociais assumem atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução final, que já lhes eram peculiar. Com isso, novos instrumentais de intervenção passam a fazer parte do cotidiano profissional, exigindo o domínio de um arsenal técnico mais sofisticado.

Para responder a essas novas demandas institucionais, a formação profissional vê a necessidade de buscar um suporte teórico-metodológico mais sólido e, dentro do espaço universitário, se aproxima paulatinamente das disciplinas afins das ciências sociais, apropriando-se sobretudo da matriz positivista que dá o suporte pretendido à modernização da prática profissional (Yazbek, 2018).

É neste cenário que o Serviço Social brasileiro no âmago da conjuntura de acirramento da luta de classes da autocracia burguesa no país, inspirados pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano, se vê atravessado por um processo que busca construir uma nova concepção de profissão a partir da reflexão de seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Assim, a intitulada “Renovação do Serviço Social”⁴³ germina no Brasil a partir dos “Seminários de Teorização do Serviço Social” organizados pelo CBCISS, entre as décadas de 1960 a 1980. Estes encontros exteriorizaram a heterogeneidade em torno dos debates quanto a natureza do Serviço Social, seus objetivos, metodologia e o papel da profissão na realidade brasileira (Batistoni, 2017).

Nesse sentido, os estudos realizados por Netto (2015) apontam a existência de

⁴³ Termo indicado pelo professor Dr. José Paulo Netto em sua tese de doutoramento intitulada “Autocracia burguesa e Serviço Social” defendida na PUC-SP em 1990, qual deu origem a duas grandes obras de referência para o Serviço Social brasileiro: os livros “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” e “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”.

três projetos profissionais que circundavam no interior da profissão neste período de renovação da profissão: a vertente modernizadora, a perspectiva de atualização do conservadorismo e a vertente que intenciona a ruptura com o conservadorismo.

Em março de 1967 o CBCISS promoveu na cidade de Araxá – localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais –, o primeiro seminário que contou com a participação de 38 assistentes sociais (CBCISS, 1986). Como resultado deste seminário foi elaborado um relatório que apresentou a síntese do debate ocorrido, divulgado posteriormente para a categoria profissional como o “Documento de Araxá”.

Ao apreciar as formulações do referido encontro, Netto (2015) observa que apesar da proposição de novas bases técnicas e científicas para o Serviço Social, o que se defende nada mais é que a adequação da profissão ao arrojado projeto modernizador da autocracia burguesa. Aguiar (1982, p. 127) também demarca esta concepção em sua pesquisa, quando afirma que

[...] o Documento se insere numa **perspectiva liberal** e que a partir dela **o Serviço Social aceita, justifica e legitima, na prática e na teoria, uma sociedade capitalista; reconhece as imperfeições da ordem social vigente, tanto que pretende melhorá-la; sua teoria e prática se colocam no sentido de aperfeiçoamento dessa ordem** em que assistencialismo, tomismo, funcionalismo e desenvolvimentismo nada mais são que referências ideológicas das mudanças sociais que marcam em cada época a busca da cientificidade ou racionalidade que confirmam respeito (grifos nossos).

No que tange às respostas profissionais, o Documento de Araxá explicita uma inclinação forte ao “eficientismo” próprio do conservadorismo burguês, se referenciando teórica e ideologicamente da perspectiva estrutural funcionalista, que nas palavras de Yazbek (2018, p. 58):

[...] é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão **propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas** para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (grifos da autora).

Caminhando na busca da teorização do Serviço Social, em 1970 ocorre o II Seminário na cidade de Teresópolis - Rio de Janeiro, que contou com a presença de

33 profissionais. Divididos em dois grupos de debates, os principais pontos discutidos neste encontro foram os fundamentos da metodologia do Serviço Social, a concepção científica da prática do Serviço Social e a aplicação da metodologia do Serviço Social (CBCISS, 1986).

Apesar dos esforços empreendidos no sentido de avançar as formulações concebidas em Araxá, o documento elaborado pelo CBCISS após o encontro de Teresópolis indica que o entendimento da profissão permanecia ainda imbuída de um conteúdo reformista tendo em vista a incorporação por parte dos assistentes sociais de teorias e técnicas que respondam as requisições do modo de produção capitalista.

A partir disso, Netto (2015, p. 213) demarca que as concepções teóricas e metodológicas presentes nos textos de Araxá e Teresópolis representam a “[...] consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes”.

Desse modo, estes seminários representam a vertente modernizadora do processo de renovação da profissão, visto que a perspectiva teórica adotada compreende a atuação profissional como uma mera execução das requisições institucionais, em que os “problemas sociais” são o objeto de intervenção do assistente social.

Segundo Netto (2015), esta tendência teórica hegemônica até então na profissão, começa a ser questionada pelos assistentes sociais que a partir da aproximação com a tradição marxista se opunham as práticas tradicionais do Serviço Social e se posicionavam contra toda a violência e opressão advinda do período ditatorial burguês. Este cenário possibilitou um refluxo conservador no movimento de renovação da profissão, que contestava tanto as tendências marxistas que emergiu na profissão, quanto as formulações assentadas no positivismo da vertente modernizadora.

Desse modo, o CBCISS organiza o III Seminário de Teorização do Serviço Social no ano de 1978, reunindo 25 profissionais em Sumaré – cidade localizada na região metropolitana de Campinas, no estado de São Paulo. O encontro teve como temática central discutir a cientificidade do Serviço Social, trazendo para o debate toda a discussão anteriormente realizada nos seminários predecessores.

Netto (2015), a partir da relatoria realizada no encontro, evidencia que há no debate realizado, uma resistência dos profissionais às novas bases técnicas e científicas propostas pela vertente modernizadora. Assim, fundamentados pela

perspectiva fenomenológica, a síntese deste encontro é uma defesa à uma intervenção profissional que objetiva “ajustar” a subjetividade do “cliente” através da ajuda psicossocial.

A principal referência que fundamenta o debate de Sumaré é de autoria de Anna Augusta de Almeida, que sugere uma “nova proposta” metodológica para a atuação profissional por meio de três etapas: diálogo, pessoa e transformação.

O objeto do Serviço Social nesta perspectiva é o homem singular, no qual a prática profissional se voltará na ajuda ao cliente – através do diálogo – para se ajustar ao meio social, pois “a transformação social exige esforço intencional de cada um para conhecer e mudar o mundo. [...] a transformação do mundo se efetiva pela transformação dos sujeitos individuais” (Yazbek, 2018, p. 74).

Desse modo, Netto (2015) aponta que há nas formulações constitutivas do Documento de Sumaré um resgate da dimensão filosófica do Serviço Social Tradicional, uma vez que se propõe enquanto metodologia o diálogo – estabelecido por meio da entrevista –, como principal instrumento tático-interventor para uma resolução dos problemas individuais dos clientes, através da lógica psicologizante com um forte apelo aos princípios cristãos. À vista disso, o autor o classifica como uma das expressões da reatualização do conservadorismo no movimento de renovação do Serviço Social⁴⁴, dado que a proposta metodológica defendida neste seminário não são novas para a profissão.

Em contrapartida, em 1972 surge no contexto universitário uma nova proposta de projeto pedagógico para a formação profissional que expressa uma nova concepção de profissão. Este projeto foi criado na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte da PUC de Minas Gerais, construído a partir das primeiras aproximações de um grupo de profissionais com a teoria marxista⁴⁵ e suas formulações decorrem do movimento de reconceituação latino-americano, na tentativa de superar o conservadorismo impregnado na profissão desde a sua gênese.

Este grupo de docentes inspiradas pelas experiências do desenvolvimento de comunidade e especialmente do Serviço Social rural sob orientação da pedagogia de

⁴⁴ Conforme os grifos de Netto (2015), outro encontro realizado em Alto da Boa Vista, no ano de 1984 (IV Seminário de Teorização do Serviço Social) também demonstra elementos dessa nova roupagem do conservadorismo no Serviço Social.

⁴⁵ De acordo com a pesquisa apresentada por Batistoni *et. al* (2018) destacamos a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, além da presença de Marilda Iamamoto neste processo.

Paulo Freire⁴⁶, desenvolveu o projeto que vislumbra uma nova perspectiva para o exercício e formação profissional, num processo de descontinuidade com os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e interventivos do Serviço Social Tradicional.

Nas palavras de Batistoni *et al* (2018, p. 14), na proposta da faculdade mineira:

Critica-se a aparente “neutralidade” teórico-prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, conforme documentos. Põe-se em questão os elementos teóricos que, não revelados aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica, dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto”. A crítica se desdobra à importação de modelos teórico operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social.

Dessa forma, o chamado “Método BH” propôs uma reestruturação do ensino teórico-prático – considerando neste contexto a reforma do ensino superior empreendida pela ditadura civil-militar –, que almejava um novo perfil profissional em que sua competência técnica esteja vinculada a sua sensibilidade política, assentada em fundamentos teóricos, interventivos e investigativos (Netto, 2015).

As experiências foram desenvolvidas por meio da extensão universitária nos campos de estágios, através da articulação da escola de Serviço Social da PUC-MG com as prefeituras e agências de prestação de serviços nas cidades de Belo Horizonte, João Monlevade, Contagem, Formiga, Itajubá e principalmente em Itabira. É importante destacar o protagonismo dos campos de estágio neste processo, que conseguiu exprimir nos espaços institucionais a crítica ao conservadorismo do Serviço Social tradicional (Batistoni, 2019).

Apesar do seu surgimento na década de 1970, é somente na década seguinte após o declínio da autocracia burguesa que o “Método BH” se espraia em âmbito nacional para a categoria profissional, possibilitando experiências que se alinham ao direcionamento ideopolítico do projeto de ruptura, em que:

⁴⁶ Estas práticas de educação popular estavam vinculadas ao Movimento de Educação de Base (Batistoni, 2019).

as “probleáticas sociais” são relacionadas às desigualdades produzidas pelo capitalismo, rejeitando-se a sua compreensão como disfunções individuais que precisem de “tratamento” social. Assim, a atuação profissional volta-se para as abordagens coletivas que procuram mobilizar a população, para reivindicar o atendimento às suas necessidades. A prioridade passa a ser o incentivo à participação da população na definição das necessidades a serem atendidas e na execução de ações de mobilização e organização social. Daí a preocupação dos profissionais com a conscientização política dessa classe (Trindade, 2001, p. 18).

Aliados da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho, os profissionais que defendiam a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, estavam presentes nos espaços de organização e de luta, como os movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e as organizações populares na luta pela redemocratização do país.

Neste contexto, destacamos a organização política do MESS que além do importante papel na defesa das liberdades democráticas no período ditatorial burguês, foi ator fundamental na luta por um novo projeto de profissão vinculado aos interesses da classe trabalhadora, principalmente no que se refere aos tensionamentos por um novo currículo para o Serviço Social.

Abramides (2017) destaca a organização político-sindical dos assistentes sociais enquanto outro importante protagonista na disputa pela direção política e social da profissão, sendo fundamental no que tange a mobilização e articulação dos profissionais na defesa de um projeto profissional em articulação à um projeto societário emancipatório.

Insta salientar a realização do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em 1978 na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, com apoio financeiro e político do CELATS e assentado nas críticas presentes no Método BH ao conservadorismo no Serviço Social.

Este encontro que reuniu entidades do estado de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia foi um marco histórico na profissão, pois além de fortalecer a organização sindical dos assistentes sociais no país, deliberaram por “[...] realizar uma pesquisa nacional sobre salário, condições de trabalho e carga horária dos assistentes sociais para mobilizar os profissionais a partir de seus locais de trabalho para a luta sindical” (Abramides, 2017, p. 184).

Ainda em 1978 aconteceu um II Encontro Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, para debater acerca da defesa dos direitos sociais e trabalhistas, especialmente no que se refere ao debate do piso salarial dos assistentes sociais e também das lutas mais gerais dos trabalhadores, significando uma “[...] experiência articulada de reorganização político-sindical da categoria em âmbito nacional” (Duriguetto; Rezende, 2019, p. 14).

Nesse sentido, todo este movimento sindical oportunizou aos assistentes sociais o seu reconhecimento enquanto parte da classe trabalhadora e, assim, fortaleceu-se a articulação com as lutas mais amplas dos trabalhadores, como salienta Abramides (2017, p. 185):

A participação ativa dos assistentes sociais organizados nas Apas e sindicatos estabeleceu uma ampla mobilização dos profissionais nas assembleias de base, na luta por cargos e carreiras no INSS, na luta por concurso público nas instituições estatais, na participação no I Congresso da Mulher paulista, na atuação e apoio às lutas feministas, na luta pelo Sistema Único de Saúde e reforma sanitária, na luta pela democratização das instituições com eleições para cargos de chefias, na participação em campanhas salariais unificadas dos trabalhadores em serviço público, na participação efetiva no movimento sindical classista, no apoio às greves em curso de trabalhadores, no apoio a projetos profissionais nos vários espaços sócio-ocupacionais voltados aos interesses dos usuários, na luta por direitos sociais, inserção na luta pela reforma agrária e urbana, apoio às ocupações de terras no campo e na cidade, na luta pelo ensino público, laico, universal, gratuito e de qualidade, na luta contra o pagamento da dívida externa, na solidariedade de classe às lutas latino-americanas e internacionais.

Esta rearticulação do movimento sindical da categoria no contexto de efervescência política, abriu possibilidades para que os posicionamentos minoritários até aquele momento – visto que as entidades representativas da categoria ainda eram orientadas por profissionais que vislumbravam de uma perspectiva conservadora –, se fortalecessem para então romper com o direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social tradicional (Batistoni, 2017).

Nesse sentido, os esforços dos profissionais que alinhados ao amplo processo de luta para o fim da ditadura civil-militar buscavam romper igualmente com os traços conservadores na profissão. Assim, a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (CENEAS) organiza estrategicamente em 1979 o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais uma semana

antes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS).

Este encontro que precede o III CBAS foi fundamental para definir as estratégias de ação crítica durante o Congresso, que foi delineado pelo do conjunto CFAS/CRAS sob direção dos setores tecnicistas e conservadores do Serviço Social e contou com o patrocínio do governo ditatorial burguês, havendo na mesa de abertura a presença de seus dirigentes.

Abramides (2017, p. 186) destaca as deliberações aprovadas no III Encontro:

[...] Elaboramos um documento das entidades sindicais a ser divulgado, panfletado e trabalhado com a categoria durante o congresso e cuja nota apresentava os seguintes pontos: repúdio ao convite a representantes da ditadura militar para estar na mesa de abertura do congresso, críticas à limitada participação dos estudantes, ao preço alto das inscrições, à definição de temas e setorização dos debates, à ausência de participação da categoria em todo o processo. As dirigentes sindicais de assistentes sociais estiveram no CBAS, se organizaram pelas plenárias simultâneas por área de atuação e desde o primeiro momento sentiram a insatisfação dos congressistas.

O III CBAS ocorreu na cidade de São Paulo entre os dias 23 e 27 de setembro de 1979 no Centro de Convenções do Anhembi. Durante o evento, as estratégias políticas do coletivo de profissionais que compartilhavam das deliberações sindicais exteriorizam-se através dos enfrentamentos e embates realizados.

As críticas necessárias ao Congresso resultaram na reviravolta ocorrida com a deposição da organização do evento, que a partir do segundo dia foi dirigido pelas entidades sindicais. Ao fim do evento, as grandes referências políticas que estiveram presentes na luta pela abertura democrática foram homenageadas na plenária, demarcando um profundo divisor de águas no direcionamento ideológico e político da profissão.

Dessa forma concordamos com os grifos de Abramides (2016) quando assegura que o “Congresso da Virada” se tornou um grande marco histórico e político no que diz respeito ao compromisso da vertente de intenção de ruptura junto aos interesses da classe trabalhadora e o rompimento com o conservadorismo.

A entrada do Serviço Social na década de 1980 caminha em conjunto aos avanços significativos para a classe trabalhadora⁴⁷ no país, em meio a uma forte crise

⁴⁷ Refiro-me ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos

inflacionária e aumento exponencial da dívida externa por efeito da ditadura, como nos aponta Behring e Boschetti (2011, p. 138):

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembradas como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988. O recrudescimento do endividamento externo e suas consequências são dados fundamentais para entender o ocaso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina.

É nesta conjuntura que a profissão aprofunda sua aproximação com o marxismo, constituindo-se como sua maior manifestação os estudos elaborados por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, o livro "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica" publicado em 1982.

Fundamentados pela teoria social de Marx os autores revelam nesta obra o significado social da profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais, respondendo aos interesses contrapostos da relação capital e trabalho. Emerge a partir de então, essa dimensão contraditória das requisições e demandas que se apresentam ao Serviço Social na trama das relações sociais⁴⁸.

Trabalhadores (CUT) em 1983, tornando-se "[...] instrumento político de expressão dos interesses da classe trabalhadora, tendo nos interesses dessa classe a referência central para um projeto de transformação da sociedade" (Montaño e Duriguetto, 2011, p. 243).

⁴⁸ "A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista é apreendida como reprodução desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições: de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social –jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas –através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção da vida material, pensam e se posicionam na sociedade. Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador, o que se encontra na gênese da "questão social" nessa sociedade. Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também,

Nesse sentido, o marxismo propicia que os assistentes sociais compreendam a questão social como a manifestação das desigualdades sociais peculiares do sistema capitalista, sendo suas manifestações “[...] indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política” (Yazbek, 2009, p. 127).

Dessa forma, Trindade (2001, p. 20) indica que esta racionalidade crítica advinda da aproximação da profissão com os escritos de Marx, suscitou numa reflexão crítica dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, recusando a suposta neutralidade em seu manuseio a partir da compreensão do seu caráter político-ideológico. Portanto:

Coloca-se cada vez mais a necessidade dos profissionais se apropriarem de um arsenal heurístico que possibilite uma análise crítica e realista das contradições e possibilidades contidas na dinâmica das políticas sociais - tomadas como espaço privilegiado de intervenção. Os procedimentos interventivos são colocados em articulação direta com as práticas organizativas das classes populares, exigindo que o assistente social se aproprie de instrumentos e técnicas capazes de potencializar uma prática de cunho coletivo.

A partir dessa nova concepção, processou-se a disputa política pela direção das entidades representativas do Serviço Social conquistando “[...] novos direcionamentos e reorganizando seu papel na relação com os assistentes sociais e as instituições” (Cardoso, 2016, p. 445). É neste contexto, após o III CBAS, que a ABESS se responsabiliza pela organização dos debates em torno da formação e transforma-se em Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social⁴⁹.

Diante a ascensão da vertente crítica no direcionamento político destas entidades, que foi possível na década de 1980 trilhar um novo caminho para o Serviço Social no âmbito da formação profissional através de um processo amplo de revisão curricular. Este percurso fora iniciado através da Convenção da ABESS em 1975 na cidade de Piracicaba, onde o corpo profissional que pressionava por uma mudança

criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofunda desigualdades; e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia de parte das diferentes classes e grupos na sociedade” (Iamamoto, 2018, p. 217).

⁴⁹ Apenas na década de 1990, com a incorporação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que a ABESS muda sua nomenclatura para ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

na estrutura da formação profissional sugeriu enquanto compromisso a construção de um novo direcionamento para os cursos de Serviço Social.

Neste caminho, em 1977 a ABESS realizou a XX Convenção na cidade de Belo Horizonte que, para além de refletir e discutir os conteúdos dos currículos ainda em vigor nos Cursos de Serviço Social, propôs a “[...] estrutura curricular a ser encaminhada como sugestão ao Conselho Federal de Educação para o estabelecimento de um novo Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social” (Pereira, 1984, p. 17).

EM 1979 realiza-se a XXI Convenção da ABESS em Natal, sendo este encontro responsável pela apreciação e aprovação da proposta de currículo⁵⁰. Ademais, esta Convenção também aprovou uma mudança estatutária que possibilitou a partir de então, a participação ampla e paritária daqueles sujeitos protagonistas no processo de formação: alunos, professores e supervisores de campo. Essa alteração “[...] ampliou e democratizou a entidade, assim como permitiu que o grupo crítico assumisse, pela primeira vez, em 1981 na convenção de Vitória, a presidência da entidade representada pela Professora Josefa Batista Lopes” (Teixeira, 2019, p. 136).

O anteprojeto de reforma curricular nos explicita o balanço realizado ao longo da década de 1970 acerca do processo de formação profissional, sintetizado no Parecer nº 412/82 no qual evidencia a crítica ao predomínio da matriz positivista no currículo anteriormente aprovado no contexto da Reforma Universitária no período da autocracia burguesa:

Nestes doze anos de vigência do currículo mínimo do curso de Serviço Social (Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/03/70), predominou, na formação desse profissional, uma visão fragmentada da realidade, em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos volta dos para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível minimizada nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo, aos poucos, substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social (MEC/CFE, 1982).

Inspirados pela tradição marxista, busca-se romper com a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade que vigorava até então no Serviço Social, indicando nesta

⁵⁰ Teixeira (2019) destaca a presença de representantes do movimento estudantil neste encontro, visto que os estudantes já sinalizavam, desde a Convenção de 1977, o anseio em participar deste debate fulcral para o corpo discente.

perspectiva a indissociável relação entre o exercício profissional e a realidade social, dado que “[...] é só a partir da leitura crítica dessa realidade (como espaço de contradição e conflitos) que o profissional terá condições de desenvolver qualquer metodologia, o que envolve a relação entre refletir/agir/refletir” (Cardoso, 2016, p.445).

Nesse sentido, a aprovação do Currículo Mínimo em agosto de 1982 pelo Conselho Federal de Educação se configura como o primeiro instrumento legal que evidencia a hegemonia da vertente de ruptura com o conservadorismo, pois:

Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem, como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. [...] Torna-se, portanto, fundamental **capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação.** [...] Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva, a formação acadêmica pressupõe: 1) Um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade. 2) Um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas (MEC/CFE, 1982).

É inegável que o processo de revisão curricular ocorrido em 1982 contribuiu significativamente para que a profissão rompesse com a herança conservadora da sua gênese, reconstruindo-se a partir da articulação com a teoria social marxista.

Um projeto de formação profissional alinhado à racionalidade crítica possibilitou, nesta conjuntura, a ruptura com a formação de perfis profissionais que compartilham de práticas que reforçavam a lógica da sociabilidade do capital. Neste contexto, Netto (1984, p. 13) salienta que a nova proposta de formação para o Serviço Social propõe-se a:

[...] preparar um profissional que, apto para responder às requisições imediatas do mercado de trabalho, esteja qualificado para identificar – para além das exigências institucionais – as necessidades virtuais emergentes no movimento social. A competência é reclamada exatamente para dar conta dos procedimentos técnico-profissionais vigentes e, ao mesmo tempo, assinalar as suas fronteiras. O esforço remete-se à necessidade de modificar a própria natureza tradicional da formação do assistente social, fazendo convergir nela os perfis do *técnico e do trabalhador intelectual*. Mais ainda, está em jogo uma *estratégia política*: as formas de viabilizar uma inflexão na formação

no interior das agências universitárias - estratégia que requer alianças, táticas e meios para desbloquear os condutos acadêmicos e pedagógicos (grifos do autor).

A carga horária de 2700 horas proposta no currículo mínimo dividia-se em duas áreas: básica e profissionalizante. As disciplinas de Sociologia, Filosofia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Economia, Psicologia, Antropologia, Legislação Social e Direito pertencentes ao ciclo básico, eram as responsáveis por conduzir aos discentes o conhecimento da realidade social, o conhecimento da “clientela” e da legitimidade e institucionalização da profissão nesta sociabilidade.

O rol de disciplinas que faziam parte do ciclo profissionalizante tinham por objetivo proporcionar aos estudantes um conhecimento sobre a função social da intervenção profissional e as competências profissionais: Teoria do Serviço Social, História do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, Política Social, Administração em Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Ética Profissional em Serviço Social, Planejamento Social e Pesquisa em Serviço Social. Ademais, faziam parte das disciplinas complementares obrigatórias o Trabalho de Conclusão de Curso, Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física e Estágio Supervisionado (Castro; Toledo, 2011).

É neste contexto que Castro e Toledo (2011) indicam que no ano de 1983 foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFJF a reforma curricular do curso de Serviço Social. Essa reforma curricular – tendo por fundamento a vertente de intenção de ruptura do movimento de renovação no Serviço Social –, modifica radicalmente o projeto de formação profissional do curso, acompanhando as mudanças sociais, políticas e econômicas do país.

Essa mudança curricular oriunda do debate da categoria profissional na década de 1980 se evidencia nos trabalhos de conclusão de cursos defendidos na Faculdade de Serviço Social da UFJF. De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2016, p. 252), as monografias defendidas após a aprovação de um novo currículo exterioriza a formação de um perfil profissional alinhado à um projeto de profissão que busca “[...] desvelar o evoluir do Serviço Social no sentido de compreender a imbricação histórica entre modo de produção capitalista, questão social e gênese da profissão”.

Com a aprovação do currículo mínimo, os cursos de Serviço Social tiveram dois anos para ajustes e implementação das alterações propostas em seus projetos pedagógicos. Este processo foi acompanhado pela ABESS através de pesquisas

publicadas ao longo da década de 1980 e início da década de 1990⁵¹ que avaliaram as bases do novo currículo e apontaram seus avanços e fragilidades.

Nesse sentido, interessados em aprofundar o debate no interior da categoria profissional, as produções apontam alguns equívocos teóricos presentes no currículo aprovado na década de 1980. Entre eles, evidenciamos a análise apresentada por Carvalho *et al* (1984) que identificam a presença de uma perspectiva mecanicista, isto é, ainda há uma compreensão de que a formação profissional tem função exclusiva de preparar o discente para as requisições estabelecidas socialmente pelo mercado de trabalho e, por outro lado, há uma perspectiva idealista, que desconsidera os dados da própria realidade social em que se assenta o exercício profissional.

Partindo das reflexões de Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto em 1982, esta pesquisa aponta que há um descompasso entre as matérias, conteúdos e disciplinas da estrutura curricular proposta promovendo uma incoerência interna na formulação das diretrizes da formação profissional, conforme os grifos de Carvalho *et al* (1984, p. 132):

A estrutura curricular é definida de forma fragmentada em função de disciplinas isoladas em vez de temas e eixos. Assim, não ficam suficientemente explicitados os conhecimentos fundamentais na formação do assistente social, o que repercute no estabelecimento do conteúdo das várias disciplinas.

Fruto da palestra proferida na 24^a Convenção da ABESS⁵², Netto (1986) apresenta suas considerações quanto a concepção e, conseqüentemente, a segmentação de teoria, método e história no currículo mínimo de 1982. De acordo com o autor, os conteúdos ministrados nas disciplinas do ciclo profissionalizante, tratavam:

⁵¹ Estes estudos foram divulgados para a categoria profissional especialmente na Revista Serviço Social e Sociedade n° 14 publicada em 1984, bem como nos Cadernos ABESS de n° 1 (1986), n° 3 (1989), n° 4 (1991), n° 5 (1992) e n° 6 (1993).

⁵² Realizada na cidade de Niterói - Rio de Janeiro em 1985, buscando impulsionar o debate coletivo da categoria profissional acerca do processo formativo dos assistentes sociais, esta Convenção reuniu os professores Luís Eduardo Wanderley e Alba Maria Pinho de Carvalho, que palestraram acerca da conjuntura nacional e a formação profissional. Os professores Vicente de Paula Faleiros, José Paulo Netto e Tereza Queiroz – esta, representando o CELATS – foram os responsáveis por fomentar o debate sobre Teoria, Método e História do Serviço Social. Assim, estas ilustres contribuições foram transcritas e publicadas em 1986 no Caderno ABESS intitulado “O processo da formação profissional do Assistente Social”.

1. **na história** o qual trata do processo de institucionalização da profissão, como foram consagradas as práticas profissionais, como se deu a evolução dessas práticas; 2. no plano da **metodologia**, que trataria, em princípio, das estratégias de intervenção, dos modelos de intervenção e, em alguma medida, de fornecer algum parâmetro para que o profissional consiga delimitar minimamente o campo de intervenção que lhe seria próprio; 3. e no plano da **teoria**, em que se discutiriam eventualmente as categorias epistemológicas, as relações do conhecimento com a prática, sujeito-objeto; ou seja: nós teríamos nesta proposta, que já viceja entre as escolas, já ganha hegemonia entre as escolas, um rearranjo dos conteúdos que eram dados anteriormente (Netto, 1986, p. 49, grifos nossos).

A partir deste apontamento, Netto (1986) destaca que há dois pilares – equivocados a partir da dialética marxista –, que concebem o novo currículo mínimo: a existência de uma metodologia própria do Serviço Social, bem como a existência de uma estrutura científica, isto é, de uma teoria do Serviço Social.

Nesse sentido, o autor demarca que o método “[...] é uma relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto investigado” (p. 52). Dessa forma “[...] para abordar um fenômeno determinado, e abordá-lo na sua verdade constituinte [...] só uma perspectiva metodológica é adequada” (*ibidem*). Logo, para apreender o fenômeno social da sociedade, há duas matrizes metodológicas: o pensamento positivista – que sustenta a dinâmica do capital por não ir além da “aparência coisificada dos fenômenos sociais” –, e a vertente que inspirada em Marx, que busca conhecer os fenômenos em sua totalidade, indo à sua essência.

Dessa maneira, Netto (1986, p. 54) aponta que há uma forte invasão do positivismo na tendência que se propõe marxista no Serviço Social, uma vez que a busca por uma metodologia para a intervenção profissional expressa uma concepção estrutural-funcionalista que pretende “[...] cortar um fenômeno da realidade, abstraí-lo, estudá-lo em si e depois remetê-lo, reenviá-lo à totalidade social”. Assim essa troca de influências entre as tendências teórico-metodológicas que se colidem neste contexto, conduz a profissão ao ecletismo.

À vista disso, há enormes equívocos na concepção de uma metodologia do Serviço Social e de uma teoria do Serviço Social no currículo de 1982. Nas palavras de Netto (1986, p. 55-56):

É evidente que o que está por trás da noção de uma teoria do Serviço Social e de uma metodologia do Serviço Social é algo muito preciso. É a ideia de que o objeto sobre o qual vai elaborar. Daí derivam duas noções [...]: a ideia de que a teoria é qualquer sistematização abstrata

da prática. Você sistematiza a sua prática e está fazendo teoria. Isso é um terrível equívoco; a sistematização da prática é mais do que necessária para que ela não se reitere aleatoriamente, mas isto não é teoria. [...] em segundo lugar a questão do método: supõe-se que o método é uma pauta determinada de procedimentos para conhecer alguma coisa – daí a ideia de “aplicar” o método. Se o método é, na verdade, a relação constituinte, necessária e objetiva entre o investigador e o objeto investigado, é evidente que não posso “aplicar” método do mesmo jeito que aplico injeção na veia.

Assim, ainda no que se refere ao método, Netto (1986, p. 56) ressalta que:

Confunde-se método como pauta de intervenção, ou seja, como estratégia de intervenção, como estratégia de ação. É evidente que as estratégias de ação são intercambiáveis. Elas são selecionáveis – eu posso escolher estratégias de ação alternativas. Mas isso não é método. Algumas pessoas tendem a reduzir a questão dizendo: Bom, mas nós chamamos a isso metodologia de ação. Podem até chamar, mas não tem nada a ver com método. Isto é um conjunto de procedimentos prático-empíricos, prático-imediatos, implementados para atingir determinados resultados.

É nesta esteira que Santos (2006, p. 56) aponta que “[...] o currículo implementado a partir de 1982 prioriza o ensino da teoria em detrimento do ensino da prática”, uma vez que a categoria – com receio de inclinar-se ao tecnicismo do pensamento positivista –, rejeitam neste período o debate da dimensão técnico-operativa, principalmente com relação aos instrumentos e técnicas comumente utilizados pelas práticas do Serviço Social de Caso e de Grupo.

Esta tendência nos revela um equívoco quanto a compreensão de que existem instrumentos e técnicas próprios de cada teoria. Este equívoco reforça a concepção de que a teoria marxista não instrumentaliza para a prática⁵³ o que demonstra, portanto, a ainda frágil apreensão da teoria social de Marx por parte da categoria profissional.

A partir de 1983 a categoria profissional, através do Conjunto CFAS/CRAS, começa a repensar o direcionamento ético representado pelo documento normativo ainda vigente de 1975. Este processo se consuma em 1986, com a aprovação de um novo Código de Ética para os assistentes sociais que demarca o compromisso ético-político do Serviço Social com os interesses da classe trabalhadora⁵⁴.

⁵³ Pretendemos debruçar acerca deste debate no segundo capítulo do trabalho, qual nos subsidiará para a análise da pesquisa.

⁵⁴ Este Código exterioriza “[...] uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a

Destacamos que os mesmos equívocos presentes no âmbito da formação profissional, também refletem no campo da orientação ético-política da profissão. Barroco (2010, p. 158) considera que, apesar do documento de 1986 incorporar os elementos da nova concepção crítica da profissão, há “[...] uma ausência da dialética na sistematização ética”, o que evidencia a necessidade da profissão em aprofundar-se nos escritos de Marx.

Outra interpretação enviesada da teoria marxista por parte da categoria profissional neste período é explícita pela compreensão de que a responsabilidade de transformação do real, ou seja, a extinção da sociabilidade que explora, oprime, desumaniza e mata, é tarefa da profissão. Assim, há uma clara confusão entre a profissão e a militância política, uma vez que a luta de classes que se incumbe da responsabilidade por transformar a sociedade.

Insta salientar que é no decorrer deste processo renovador para o Serviço Social no Brasil que a profissão começa a ser reconhecida como área de saber, visto a consolidação dos cursos de pós-graduação a nível de mestrado, bem como a construção dos cursos de doutorado⁵⁵, que contribuiriam para o aprofundamento e apropriação teórica do marxismo, a produção de conhecimentos e a qualificação dos profissionais inseridos nas atividades docentes.

Este cenário corrobora para que o Serviço Social alcance a sua maturidade intelectual, principalmente a partir da apropriação das obras de grandes autores da vertente marxista, especialmente os descritos por Yazbek (2018): György Lukács e Antônio Gramsci.

Os avanços no que tange à dimensão da pesquisa na profissão manifestam-se após a criação do Centro de Documentação e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) no ano de 1987, principal responsável pela “[...] articulação dos pesquisadores da área, na consolidação da pós-graduação, mas também, e

perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora” (CFAS, 1986).

⁵⁵ O primeiro curso de doutorado em Serviço Social no continente latino-americano foi inaugurado no ano de 1981 na PUC-SP. Nesse sentido, destacamos o pioneirismo do Serviço Social brasileiro no que tange aos avanços da pós-graduação na América Latina.

principalmente, construindo pesquisas que subsidiaram decisões políticas da ABESS” (Teixeira, 2019, p. 141).

No que diz respeito a conjuntura nacional, diante o refluxo das forças militares o deputado federal Dante de Oliveira propõe um projeto de emenda à Constituição Federal com objetivo de reconstruir a democracia através das eleições diretas para a presidência da República. Assim, inicia-se entre os anos de 1983 e 1984 as maiores manifestações de massa promovidas no Brasil, a partir da adesão dos movimentos sociais e operários na luta pelo restabelecimento da democracia, as Diretas Já! (Montaño; Duriguetto, 2011).

Ainda de forma indireta, Tancredo Neves é eleito presidente em 1985, mas não assumiu o cargo devido seu falecimento antes de sua posse, assumindo o cargo o vice-presidente José Sarney – marcando assim, o fim da ditadura civil-militar no Brasil.

Com a luta dos movimentos sociais da classe trabalhadora que exigiam a institucionalização das respostas do Estado quanto às expressões da questão social, há no ano de 1988 a aprovação de uma nova Constituição da República que contém avanços legislativos no âmbito dos direitos sociais. Nesse sentido, o artigo 6º da Carta Magna define que todos possuem direito

[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (BRASIL, 1988).

Ressaltamos que a “Constituição Cidadã” expressou avanços significativos em relação a institucionalização das políticas de saúde, assistência social e previdência social, inaugurando a estruturação da Seguridade Social no Brasil⁵⁶. Ainda que as conquistas da classe trabalhadora estejam presentes na Constituição de 1988, Behring e Boschetti (2011, p. 141-142) apontam que há no interior das suas disposições, um forte lastro conservador.

⁵⁶ Segundo Behring e Boschetti (2011), este novo quadro da proteção social permite ao Serviço Social atuar junto aos processos de planejamento e gerenciamento das políticas sociais.

[...] a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos [...]. mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotados, dentre outras) a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica. Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em novas paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares.

Em 1989 ocorre a primeira disputa presidencial com o voto direto da população. O segundo turno do pleito tinha como representante da classe trabalhadora o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que enfrentou o candidato Fernando Collor de Melo, que representava o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) através de seu discurso liberal.

Importante destacar que a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe –, caracteriza os anos de 1980 enquanto uma “década perdida”, visto o aumento da pobreza e do endividamento dos países latino-americanos. Mézáros (2011) denomina este contexto econômico em que a primeira eleição presidencial direta no Brasil se realiza, enquanto um processo de crise estrutural da acumulação do capital.

Esta conjuntura contribui para a vitória do projeto liberal de Collor, que ao assumir a presidência do país, implementa diversas políticas neoliberais em consonância ao Consenso de Washington – que indicava aos países latino-americanos um plano de ajustes em dez áreas, enumeradas por Montañó e Duriguetto (2011, p. 211):

[...] 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual.

Nesse sentido, a década de 1990 marca para o Brasil e para todos os países da América Latina, as transformações na vida social e no mundo do trabalho através da

reestruturação produtiva do capital, que impulsiona a substituição da força de trabalho, intensifica a precarização do contrato de trabalho, bem como a subcontratação. Assim, este novo projeto político hegemônico designou “[...] uma drástica restrição nos gastos estatais, reduzindo o financiamento das políticas sociais, reformando a seguridade social, reestruturando a base tributária e privatizando as empresas públicas” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 211)

É neste cenário adverso para a classe trabalhadora que o Serviço Social consolida um projeto de profissão que tem em seu horizonte um novo projeto societário, onde o gênero humano será realmente livre, podendo escolher entre alternativas concretas no sentido de busca de seu desenvolvimento pleno e emancipado. Este projeto profissional alicerçado na teoria social marxista conquista a sua hegemonia a partir da década de 1990, qual nos debruçaremos a seguir.

2.3. A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INTENÇÃO DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO: A HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O colapso do modelo econômico denominado fordismo-keynesianismo no continente europeu, suscitou na segunda grande crise do capitalismo experienciada pelos países industrializados no século XX. As consequências do esgotamento da expansão capitalista desde a década de 1970⁵⁷, tem seu ápice na década de 1980 resultando numa grande crise macroeconômica, produtiva e financeira.

Soares (1995) demarca que, por efeito deste contexto, se manifesta a estagflação, isto é, uma crescente taxa de desemprego associada ao aumento da inflação crônica, o que demonstra a amplitude dessa crise global do capital e a necessidade de estratégias para combater este declínio da acumulação capitalista. Nas palavras da autora:

É o avanço do capitalismo, portanto, através do aumento da rivalidade entre suas corporações gigantes, "solidarizando" os espaços econômicos nacionais, homogeneizando os padrões de produção e consumo e introduzindo profundas diferenças sociais nas áreas de penetração recente, que determina a tão propalada decadência do "estatismo". Ou seja, o intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira que o acompanharam, levaram à uma perda considerável da autonomia dos Estados Nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas econômicas e demonstrando a precarização de suas políticas sociais. Essa é a base real para a crise do Estado Capitalista [...] (Soares, 1975, p. 6).

Nesse sentido, Harvey (2008) salienta que essa onda longa de estagnação do capital incitou a implementação de um novo modelo de produção, isto é, na busca por garantir o processo de acumulação do capital, instaura-se o que o autor denomina de

⁵⁷ Nas palavras de Netto e Braz (2012), a ruína dos "anos dourados" do capitalismo monopolista esgota-se a partir da queda da taxa de lucro "[...] entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: *nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas o período anterior*. Entre 1971 e 1973, dois detonadores anunciaram que a ilusão do "capitalismo democrático" chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela *Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP*" (grifos dos autores).

acumulação flexível⁵⁸. Estas transformações se expressam através do ataque brutal ao trabalho, como a manutenção do desemprego, da instabilidade, do fortalecimento de regimes de trabalho instáveis como o subemprego, a retirada do poder sindical, entre outros aspectos.

Conforme já indicado anteriormente, nos países da América Latina as medidas de ajustes foram recomendadas a partir do Consenso de Washington, que surgiu após um encontro em 1989 entre o governo norte americano com alguns economistas latino-americano e os organismos financeiros internacionais, a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Desse modo, as propostas acordadas entre os atores presentes na reunião de Washington aspiram, aos países do continente latino-americano, um conjunto de reformas políticas econômicas e sociais fundamentadas pelo neoliberalismo. Nas palavras de Behring (2018, p. 2):

O neoliberalismo [...] é, portanto, uma espécie de razão do mundo à qual os projetos político-econômicos em curso estiveram mais ou menos conscientemente submetidos. Esta resposta burguesa se conecta visceralmente com as contradições geradas pela profunda e estrutural crise do capitalismo em curso desde o início dos anos setenta, em que pese suas diferentes manifestações ao longo do tempo, sendo a mais forte a crise das *subprimes* de 2008/2009. O neoliberalismo é o corolário da reação burguesa à sua própria crise e que tem como eixo central uma forte ofensiva sobre os trabalhadores, tendo em vista a extração do mais valor em condições ótimas ao redor do mundo, em especial nos países dependentes, em busca do diferencial de produtividade do trabalho (Mandel, 1982) e onde a regra é a superexploração da força de trabalho (Marini, 1973). A

⁵⁸ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (Harvey, 2008, p. 140).

reconstituição da superpopulação relativa e alteração das condições de oferta da força de trabalho com as expropriações daí decorrentes (Boschetti, 2016 e Fontes, 2010) se tornam elementos vitais para a recuperação das taxas de lucro, mesmo que ao custo da barbarização da vida. E as medidas de ajuste e contrarreformas tornam-se estratégicas nessa direção (grifos da autora).

Assim, para manutenção do processo de acumulação do sistema capitalista, esta perspectiva ideológica requer uma atuação mínima do Estado, isto é, o neoliberalismo impõe uma modernização do Estado através do enxugamento da máquina pública, da limitação dos gastos do Estado, da privatização de empresas estatais junto a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização, a redução dos investimentos em direitos sociais e, conseqüentemente, o fim da seguridade social, e outras ajustes que simbolizam o “Estado mínimo”. Para Netto e Braz (2012, p. 239) “[...] nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (grifos dos autores).

Desse modo, observa-se que diversos governos latino-americanos adotaram as políticas econômicas neoliberais na década de 1990, especialmente os países localizados no Cone Sul como o Chile com o governo de Eduardo Frei, Argentina com Carlos Menem, Luis Lacalle no Uruguai, no Paraguai com Juan Wasmosy e, no Brasil, através do governo de Fernando Collor (Bandeira, 2002).

Importa-nos salientar que todos os países da América do Sul estavam passando pelo fim dos governos ditatoriais na década de 1980 e, portanto, a perspectiva desenvolvimentista que até então vigorava nestes países foi substituída pelos ajustes neoliberais recomendados pelo Consenso de Washington.

No que se refere a conjuntura nacional, conforme já explicitado, a primeira eleição com voto direto no Brasil em 1989 foi marcada pela disputa no segundo turno entre dois projetos distintos de governo: de um lado, o sindicalista Lula – representando os interesses da classe trabalhadora –, de outro, Collor de Melo – que representava os interesses da burguesia nacional.

Collor assume a presidência em 1990 e, fundamentado pela perspectiva neoliberal, institui uma série de ajustes político-econômicos no país⁵⁹. É no comando

⁵⁹ Em seu primeiro ano de mandato, com objetivo de controlar as altas taxas inflacionárias o governo implementou o “Plano Collor I”, uma política econômica pautada na redução forçada da liquidez através do confisco das poupanças, atingindo especialmente os pequenos correntistas. Ademais, o governo altera a moeda nacional para cruzeiros Sem muitos

de Collor que se inicia o processo de privatização das empresas estatais, a reforma administrativa, o congelamento dos salários, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, abertura do mercado ao capital exterior, o aumento das tarifas públicas, congelamento dos preços dos produtos, e outras mudanças que não foram suficientes para controlar a inflação.

Este cenário conduziu a economia brasileira a uma forte recessão, período marcado pela queda do Produto Interno Bruto (PIB), o sucateamento da indústria nacional, a deterioração dos serviços públicos, o arrocho salarial e o crescimento da taxa de desemprego (Soares, 1995). Desse modo, o Congresso Nacional e o Senado – pressionados tanto pela burguesia nacional, quanto pela classe trabalhadora –, instaura o processo de impeachment contra Fernando Collor que, em meio à polêmicas de corrupção, anuncia sua renúncia ao cargo e torna-se inelegível ao final do ano de 1992.

O então vice-presidente Itamar Franco assume a presidência do país com a responsabilidade de regular o descontrole da inflação e todo o contexto recessivo da economia. Assim, em 1993 nomeia Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda para reorganizar a economia e controlar os altos índices inflacionários – o que só foi possível a partir da construção e implementação do Plano Real.

A eleição presidencial de 1994 foi responsável pela designação de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil. Com sua ascensão ao poder, FHC aprovou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) criado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, que indica a necessidade de promover uma reformulação do Estado. De acordo com o documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos

resultados satisfatórios para a crise da inflação, ainda no mesmo ano, o governo anuncia o “Plano Collor II” que estabeleceu o corte dos gastos públicos, a restrição ao crédito, a renegociação da dívida externa e abertura para o capital financeiro internacional (Santos, 2012).

sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado (BRASIL, 1995, p. 17).

É possível identificar que as mudanças indicadas pelo PDRE são fundamentadas pelas medidas engendradas pelo Consenso de Washington, conduzindo ao Estado um redirecionamento em sua intervenção a partir da elaboração de reformas sociais e ajustes econômicos para garantir a restauração da acumulação capitalista.

Nesse sentido, o documento atribui à carta constitucional de 1988 o engessamento do aparelho estatal, e, portanto, culpabiliza os avanços no que diz respeito aos direitos sociais à crise econômica – o que justifica a necessidade de reforma do Estado. Assim, o governo FHC consoma o processo de contrarreforma do Estado brasileiro apoiado pela ideologia neoliberal. Adotamos o termo “contrarreforma” pois conforme os grifos de Behring e Boschetti (2011, p. 149):

Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as majorias. Portanto, o reformismo, mesmo que não concordemos com suas estratégias e que se possa e se deva criticá-lo, como fizeram revolucionários de períodos diferentes, a exemplo de Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel, dentre outros, é um patrimônio da esquerda.

Desse modo, as autoras afirmam que a contrarreforma neoliberal promove o desmonte dos direitos sociais previstos pela Constituição de 1988 a partir da transferência da responsabilidade do Estado no que tange as respostas à questão social para a sociedade civil, isto é, para o terceiro setor.

Ademais, Behring e Boschetti (2011) apontam que o rearranjo do papel estatal conduz a entrega de uma considerável parcela do patrimônio estatal nacional para o

mercado estrangeiro através das privatizações a baixos custos, o que acarretou num desmonte do parque industrial nacional.

Este cenário de desmonte impacta brutalmente a classe trabalhadora a partir da expansão da desigualdade social, o aumento do desemprego, a perda de direitos sociais e trabalhistas, a fragmentação e focalização das políticas sociais, entre outros regressos. Outrossim, o trabalho profissional dos assistentes sociais é atravessado por essa nova estrutura institucional do terceiro setor que “[...] desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado” (Behring; Boschetti, 2011, p.154).

É nesta conjuntura da década de 1990 em que se apresentam novas demandas e requisições institucionais para o Serviço Social, que a profissão constrói novas normativas profissionais fundamentadas pela teoria social marxista.

Desta forma, a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares reformuladas na conjuntura de ofensiva neoliberal expressam um novo projeto de profissão articulado à um projeto de transformação da sociedade: o Projeto Ético-Político, que “[...] mergulha na apreensão dos aportes da tradição marxista para compreender a realidade a partir de suas contradições e da perspectiva de totalidade” (Behring; Boschetti, 2016, p. 128).

Nesse sentido, aprova-se em 1993 a nova lei de regulamentação da profissão que exterioriza, ao longo de seu conteúdo, a nova concepção de profissão fundamentada pelo processo de intenção de ruptura com o conservadorismo. Assim, os artigos 4º e 5º da Lei 8.662 que tratam acerca das competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, são elaborados a partir da compreensão da questão social enquanto matéria fundante da intervenção profissional.

É nessa perspectiva que o 4º artigo da nova lei de regulamentação institui que os profissionais formados em Serviço Social têm competência para elaborar, implementar, avaliar e executar políticas sociais, e projetos e programas, bem como no encaminhamento, orientação social, assessoria e consultoria à órgãos da administração pública, empresas e movimentos sociais, entre outras atividades genéricas que podem ser desempenhadas por outros profissionais.

No tocante às atribuições profissionais privativas do assistente social, o 5º artigo refere-se as ações que competem à área, matéria e unidade de Serviço Social, sendo,

portanto, atividades exclusivas aos diplomados em Serviço Social e habilitados para o exercício da profissão, por isso não podem ser imputadas a outros profissionais.

Nas palavras de Lamamoto (2012, p. 39):

A matéria diz respeito à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente”; a “área refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social”; já a unidade consiste na “ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim ou agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências. Em síntese, a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho.

Tendo em vista nossa preocupação com o processo formativo dos assistentes sociais, o 5º artigo da Lei 8.662/93 descreve as atividades que são singulares aos assistentes sociais inseridos no âmbito da docência, conforme consta:

V- assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII- dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

Desse modo, é possível identificar que as atividades descritas acima no campo da formação profissional, isto é, o rol de disciplinas que tratam da matéria de Serviço Social, bem como a supervisão dos estágios em Serviço Social, a coordenação de cursos e outras atividades acadêmicas que necessitam do conhecimento específico do Serviço Social, são atividades que a categoria profissional – a partir de todo o debate em torno da construção do instrumento que regulamenta a profissão –, compreendeu precisarem da aptidão e capacidade técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica dos assistentes sociais.

Esta determinação legal demonstra a preocupação da categoria profissional com uma formação acadêmica de qualidade, que seja capaz de imprimir a direção social consolidada através dos fundamentos teóricos e políticos incorporados pelo movimento de reconceituação latino-americano.

Outrossim, a Lei 8.662/93 foi responsável por reestruturar as entidades incumbidas pela fiscalização do exercício da profissão, mudando inclusive suas nomenclaturas – o que antes era denominado Conjunto CFAS/CRAS, modifica-se

para Conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social).

A respeito da ética profissional, apesar do Código de Ética Profissional de 1986 já esboçar a ruptura com o tradicionalismo e o conservadorismo do Serviço Social Tradicional, ainda havia uma apropriação equivocada da teoria de Marx. Assim, através da Resolução do CFESS nº 273 que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais em 1993, a categoria profissional aprova este novo documento que orienta eticamente os assistentes sociais.

Dessa forma, o Código de Ética aprovado em 1993 evidencia o acúmulo teórico e o avanço da dimensão ético-política quanto a apropriação do marxismo, sua centralidade do trabalho na constituição do ser social, bem como a articulação com valores como a democracia, a liberdade, a justiça social e ao conjunto de direitos humanos e sociais, reafirmando o compromisso com as lutas gerais da classe trabalhadora (Barroco, 2011).

Esta maturidade intelectual do Serviço Social na década de 1990 é fruto de todo o debate ocorrido ao longo das décadas de 1970 e, especialmente em 1980 no Brasil, onde a categoria profissional se comprometeu com a discussão de um novo projeto de formação acadêmica para o Serviço Social. Assim, salientamos a importância do currículo mínimo aprovado em 1982 para consolidação de um projeto profissional que busca romper com a herança conservadora da profissão.

Conforme já salientado, Teixeira (2019) aponta que a partir da implementação do currículo de 1982, sucedeu ao longo da década de 1980 amplas pesquisas que analisaram os projetos pedagógicos dos cursos. Destas investigações emergiram críticas necessárias a estrutura curricular e aos conteúdos ministrados que não refletiam a concepção crítica marxista, qual o Serviço Social propunha a se fundamentar.

Destacamos aqui principalmente um equívoco explícito no currículo mínimo, que é a incorreta compreensão que a responsabilidade de transformação do real, ou seja, a extinção da sociabilidade que explora, oprime, desumaniza e mata, é tarefa da profissão. Assim, há uma clara confusão entre a profissão e a militância política, uma vez que a luta de classes que se incumbe da responsabilidade por transformar a sociedade (Teixeira, 2019).

Buscando superar estes desacertos, entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas

à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais. Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea de qualidade.

Com base neste diagnóstico, em dezembro de 1995 foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS ocorrida em Recife, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular (ABESS, 1996, p. 3).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 expressam a nova compreensão do significado social da profissão, a partir da apropriação da teoria social crítica marxista que possibilita a leitura sócio-histórica da realidade social.

Diante disso, exige-se que a formação acadêmica seja apta para graduar um novo perfil profissional, habilitados para construir respostas profissionais que se colocam ao lado dos interesses da classe trabalhadora. Nas palavras de Netto (1999, p. 13) “[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira”

Assim, abarcam as diretrizes que norteiam o currículo mínimo:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas consolidadas e emergentes postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Conforme exposto por Teixeira (2019), a nova proposta curricular buscava superar a fragmentação que há no currículo de 1982 entre as matérias teoria, história e método do Serviço Social, bem como romper com a perspectiva formalista presente no currículo anterior.

Nesse sentido, alicerçados no método materialista dialético de Marx – que determina que o processo de construção do conhecimento se efetiva a partir da

articulação das categorias totalidade⁶⁰, contradição e mediação –, as Diretrizes Curriculares de 1996 aprovadas pela categoria profissional, inaugura para o Serviço Social uma lógica curricular que apreende a indissociabilidade dos núcleos que o fundamentam: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Compreendê-los numa perspectiva de totalidade, isto é, superar a tríade teoria, história e método, sistematizando-as em uma disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, indica a apropriação da visão ontológica do ser social conforme nos elucida Guerra (1997, p. 3, 4):

[...] entendemos que cabe ao Serviço Social buscar nas diversas e diferentes formas de conhecimento e interpretação da realidade, aquela que mais se atém, que mais se aproxima, que permite a compreensão não apenas do que é, mas, sobretudo das tendências, do movimento, do vir a ser da realidade social. É neste sentido que os fundamentos da **ontologia do ser social que se constitui pelo trabalho** coloca-se como uma referência necessária, pertinente e relevante para o Serviço Social. Mas não é só isso: ela é a única capaz de permitir a crítica radical do cotidiano, através da qual se alcança a lógica constitutiva da sociedade capitalista, a racionalidade (ou irracionalidade) do mundo burguês. Pensar num patamar mais elevado de racionalidade, que busque apreender a totalidade pela qual o movimento histórico da realidade social se constitui e a lógica específica que a rege, por meio da captura da sua gênese, necessidades e desenvolvimentos, requer a realização da crítica à racionalidade dominante, do padrão e dos critérios de cientificidade e de objetividade que sustentam o paradigma hegemônico nas ciências sociais. Requer, ainda, nada conceder às correntes irracionistas que, do mesmo modo, são responsáveis pela fratura ontológica na relação totalizadora entre o sujeito e a realidade objetiva (grifos da autora).

Essa nova perspectiva da formação profissional fundamentada a partir do materialismo histórico-dialético, permite que a profissão compreenda a “questão social” como a manifestação das desigualdades sociais peculiares do sistema capitalista, sendo suas manifestações “[...] indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política” (Yazbek, 2009, p. 127).

Nas palavras de Guerra (2018, p. 35):

⁶⁰ A partir da razão crítico-dialética, a totalidade é concebida enquanto um complexo de complexos – expressão lukacsiana (Guerra, 1997).

[...] ao se conceber a história a partir do materialismo histórico-dialético, é possível identificar por quais mediações as determinações históricas da sociedade brasileira [...] enredam o Serviço Social e como essa profissão se entretetece nessa teia de mediações que configura a sociedade capitalista e as particularidades brasileiras. Nela, a história da sociedade é mobilizada pelas classes sociais. A luta de classes como motor da história põe e repõe a necessidade da profissão e os dilemas nos quais atua.

Enquanto pressupostos básicos para uma formação profissional de qualidade, as matérias de pesquisa e ética neste novo currículo têm a imprescindibilidade de serem inseridas transversalmente em todos os conteúdos e disciplinas ao longo da trajetória acadêmica do discente.

No que tange ao ensino da ética, ela não se limita ao instrumento legal “Código de Ética Profissional”, que determina um conjunto de normatizações básicas para o assistente social, mas a ética é compreendida em um sentido mais amplo, entendendo que todas as nossas escolhas expressam valores, portanto, vislumbra-se que o ensino da ética possibilite um perfil profissional crítico, que defronte aos valores do capitalismo.

Aqui concordamos com os grifos de Barroco (2011), que destaca que a concepção da ética se assenta no trabalho como categoria ontológica, tendo a liberdade como valor ético central. É nesse sentido que a transversalidade da ética no currículo novo aponta a articulação entre os núcleos de fundamentação.

Nas palavras de Teixeira (2019, p. 92):

Ter a ética como transversal no projeto de formação e sua materialidade nos projetos políticos pedagógicos dos cursos é considerar suas bases ontológicas na constituição do ser social, e que este é, ao mesmo tempo, capaz de atribuir valores para o seu desenvolvimento. Portanto, trata-se da capacidade específica construída pelo homem de realizar escolhas conscientes entre alternativas e objetivá-las por meio de inúmeras mediações: —Por seu caráter consciente, a ética não comporta omissões; todos os atos sociais são intencionais, e essa teleologia tem uma objetivação ética constituída por posicionamento de valor (BRITES; BARROCO, 2000, p. 21). Assim, essa escolha requer liberdade, segundo as autoras. A liberdade que funda a ação ética não é um valor abstrato, objetiva-se em condições concretas de transformar seus projetos ideais em condições concretas de vivência da liberdade.

No que se refere a pesquisa, as Diretrizes Curriculares a compreendem tanto na sua dimensão formativa, quanto na sua dimensão interventiva. Importa-nos destacar o advento da articulação substancial entre a pesquisa acadêmica e o fazer

profissional, conforme nos aponta Bourguignon (2007, p. 49):

A relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de ampliação das demandas sociais, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico-metodológicos, coerentes com sua natureza e com as exigências societárias. Entretanto, é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social, e é neste contexto que se enfrenta o desafio de construir articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional.

Nesse sentido, considera-se importante que os discentes sejam estimulados no âmbito da formação profissional a produzir pesquisas científicas que contribuam principalmente com os debates acerca dos fundamentos do Serviço Social. Teixeira (2019) também indica a importância de que estes futuros profissionais, quando atuando nos diversos espaços sócio-ocupacionais, façam a sistematização da prática profissional, o que se torna fundamental para retroalimentar a formação acadêmica.

Desse modo, a década de 1990 foi um marco histórico no amadurecimento das dimensões constitutivas do Serviço Social por meio da aprovação de uma nova Lei de Regulamentação da Profissão 8.662 em 1993, como também a construção do Código de Ética Profissional no mesmo ano e a elaboração das Diretrizes Curriculares em 1996 que, enquanto expressões do projeto ético-político profissional crítico, apontam uma nova perspectiva para a intervenção profissional (Teixeira, 2019).

Portanto, esse conjunto de legislações e normativas aprovadas pela categoria profissional ao longo da década de 1990, a partir dos debates coletivos e democráticos realizados pelas entidades representativas da categoria, exteriorizam a defesa por um projeto de profissão que tem em seu horizonte um projeto societário com valores opostos à sociabilidade do capital.

Em contrapartida, conforme já salientado, a década de 1990 marca as transformações no modo de produção capitalista, através das crises cíclicas do capital (Mandel, 1982). Neste contexto, o Estado reestrutura-se através de medidas neoliberais que refuncionalizam as maiores empregadoras de assistentes sociais, isto é, as políticas sociais.

Assim, a formação profissional apoiada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, amargam as consequências advindas do afunilamento das políticas públicas e o avanço da ofensiva neoliberal que progride em virtude da reeleição de FHC que permanece seguindo aos ditames dos organismos multilaterais afinados ao FMI.

Desse modo, no mesmo ano em que o Serviço Social aprova um novo direcionamento curricular para a profissão que vislumbra a formação de um perfil profissional crítico e reflexivo, o governo brasileiro institui uma lógica oposta para o ensino superior.

Com base na alteração da natureza das universidades, a contrarreforma ensino superior legitima uma lógica funcional e operacional para as universidades, isto é, uma formação flexível, instantânea e rápida, com conteúdo e pesquisas adequadas às demandas do mercado, uma determinação à produtividade quantitativa, entre outras características que desconfiguram a formação acadêmica, como corrobora Abramides (2019, p. 169):

A lógica é a de expansão e substituição das Instituições Sociais por Organizações Sociais (OSs), definidas como “instituições de direito privado e de interesse público”. A contrarreforma do ensino superior se apoia na Lei de Diretrizes Básicas (LDB) – n. 9.394/96 – e detém seus traços centrais na ótica da contrarreforma do Estado, que supõe a expansão do ensino privado, a supressão do caráter universalista e público do ensino, a redução da autonomia universitária, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a subordinação do ensino ao mercado. O projeto de educação contido na LDB se explicita na relação custo-benefício por dois objetivos centrais: o primeiro, de natureza ideológica, ao transformar as Instituições Sociais em Organizações Sociais; o segundo, por transferir os centros intermediários de decisão para a área de influência do grande capital.

São nessas circunstâncias que a contrarreforma, na esfera das universidades, imprime a destruição do ensino público através da redução dos recursos para a educação, somado a ausência de contratação por meio de concursos públicos, que garanta a qualidade do ensino. Simultaneamente, o projeto neoliberal do governo Cardoso cria o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) no intuito de incentivar o ensino privado, o que favoreceu sua expansão acelerada.

Nesse sentido, observa-se que há um movimento de desresponsabilização do Estado no que tange a política educacional, pois “[...] retira a educação da esfera dos direitos e a coloca como um serviço disponível no mercado” (Abramides, 2019, p. 171), o que propicia a intensificação do ensino privado, que neste período já contabilizava 78,52% das instituições de ensino superior, o que demonstra o aligeiramento das universidades públicas.

É neste cenário em que a educação se inclina para a esfera privada que – enquanto estratégia do capital –, começa-se a ofertar a modalidade de ensino à

distância (EAD), na busca por atender as exigências do mercado em “[...] investir menos em educação, conceder diploma em menor tempo, precarizar o trabalho com menores salários, sustentar o ensino como negócio privatista para o capital” (Abramides, 2019, p. 171).

No terreno de aligeiramento da formação profissional que o projeto ético-político do Serviço Social enfrenta seus maiores desafios, visto que a mercantilização da formação pretende construir um perfil profissional que se limita à operacionalização da política e responda aos valores da sociabilidade burguesa, antagônico ao pretendido pela vertente crítica da profissão.

Abreu (2016) destaca o protagonismo da ABEPSS na defesa de uma formação de qualidade ancorada nos valores e princípios do projeto profissional hegemônico frente essas estratégias de mercantilização da educação, visto que este cenário oportuniza a disputa entre projetos profissionais no interior do Serviço Social.

Essa conjuntura impacta o cotidiano de trabalho do assistente social inserido no campo da docência que, enquanto trabalhador assalariado, sofre as alterações que afligem a classe trabalhadora: a desvalorização salarial, a flexibilidade nas formas de contratação, além da inadequação das condições técnicas e éticas que assegurem um ensino de qualidade condizente as normativas da profissão.

Dessa forma, destacamos que o avanço das medidas neoliberais no país, especialmente no âmbito da educação, alarga as possibilidades de que tendências conservadoras retomem ao Serviço Social, posto que a hegemonia de um projeto de profissão está sempre em disputa (Netto, 2015).

Neste aspecto, Santos (2006) indica que a formação fragilizada, por sua vez, não irá proporcionar ao profissional a análise crítica acerca da dimensão técnico-operativa, incorrendo ao risco de reduzi-la aos instrumentos – perdendo de vista a unidade entre as três dimensões que constituem a profissão. Em concomitância, estes profissionais que estarão inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais, não conseguirão reconhecer as requisições que se apresentam para a o Serviço Social, desnudando todas as determinações engendradas nas demandas institucionalizadas.

Isso posto, há de se acordar que compreender a dimensão técnico-operativa reduzida ao instrumental, abre possibilidades para uma intervenção profissional tecnicista, restringindo a atuação profissional nos limites da política social fragmentada e focalizada, como aponta Moljo e Silva (2018, p. 135):

Os desdobramentos disso, no âmbito da profissão, têm reafirmado um velho-novo tensionamento no campo da formação profissional pertinentemente apontado por Netto (1996, p. 126) desde os anos 1990: a disputa entre formar o técnico bem adestrado capaz de operar a instrumentalidade sobre as demandas do mercado; e o intelectual, no sentido aqui tratado, qualificado teórica, ética, política e operativamente. É importante ressaltar que o problema não está na dimensão operativa (um aspecto absolutamente necessário), mas no seu culto unicamente técnico-instrumental, comandado prioritária ou até unicamente pelo “fazer profissional” despidido da qualificação intelectual, com ou sem o aval da(o) profissional de Serviço Social (grifo dos autores).

Com a intenção de ruptura com o conservadorismo, engendramos um projeto de profissão articulado à valores e princípios que fortalecem a luta da classe trabalhadora e se opõe ao capital e suas formas de exploração e opressão. Como destaca Teixeira e Braz (2009, p. 189):

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente [...].

Logo, a formação profissional na perspectiva do projeto ético-político hegemônico, proporcionará a apreensão das dimensões que constituem a profissão e possibilitará o desvelamento das reais determinações das necessidades e demandas sociais institucionalizadas, que aparecem para o/a assistente social no espaço sócio-ocupacional enquanto requisições neutras.

2.4. A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA

Conforme já salientado, no mesmo ano em que a ABEPSS aprova as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, foi aprovada no segundo mandato de FHC no governo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que propõe uma série de transformações para o ensino superior.

A proposta presente pelo rol de novas legislações que buscam reformar a política educacional do país na década de 1990, compreende a educação e as demais políticas públicas enquanto compromissos não exclusivos do Estado, o que sinaliza sua desresponsabilização e, conseqüentemente, a privatização dos serviços sociais. Nas palavras de Pereira (2009, p. 269):

Saúde, previdência e educação passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro. Assim, a figura do cidadão reposiciona-se para a de “cidadão-consumidor” (caso tenha renda para consumir planos de saúde, previdência e mensalidades escolares) e “cidadão-pobre” (MOTA, 1995), alvo das políticas focalistas estatais e/ou “beneficiário” de projetos sociais realizados pelo “Terceiro Setor”, majoritariamente com recursos públicos.

Nesse sentido, o projeto de contrarreforma das políticas sociais exterioriza a pretensão do Estado capitalista em expandir o setor privado, isto é, um Estado funcional aos interesses da dominação burguesa (Netto; Braz, 2012). As conseqüências desse projeto para o ensino superior brasileiro se expressam na expansão dos cursos oferecidos pela iniciativa privada, o estímulo as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, a dissolução da relação ensino, pesquisa e extensão nas universidades, visto que as pesquisas e atividades acadêmicas ajustam-se a lógica da lucratividade do capital.

Dessa forma, a aprovação da LDB é responsável pela flexibilização das modalidades de ensino no país, o que permite a instauração da modalidade de ensino à distância (EAD) através da Portaria nº 301/1998 do MEC. Assim, torna-se frágil e precarizada a entrada e permanência dos estudantes no ensino superior brasileiro, uma vez que a racionalidade neoliberal demanda uma formação flexível, de curta duração, pragmática e instrumental (Abreu, 2016).

No ano de 1999, foi aprovada pelos países da União Europeia a Declaração de Bolonha, que tinha por objetivo estabelecer um novo projeto de educação superior para padronizar a qualificação dos alunos do ensino superior no continente europeu. Para isso, cria-se o Espaço Europeu de Ensino Superior em que os países comprometidos com o processo de Bolonha adotassem as medidas necessárias para uniformizar os sistemas de ensino superior, tornando-o mais competitivo internacionalmente (Farage, 2021).

Importa-nos salientar este episódio, pois os preceitos expressos no Processo de Bolonha constituem-se como um marco histórico no que diz respeito à contrarreforma do ensino superior na América Latina, uma vez que essas concepções são incorporadas pelos países latino-americanos “[...] em uma explicitação da dimensão colonizadora, com a subordinação de países de capitalismo tardio aos países de capitalismo desenvolvido” (Farage, 2021, p. 53).

Retomando o contexto brasileiro, o projeto de educação conduzido pelo governo FHC e expresso na LDB, concebe a política de educação como uma qualificação da força de trabalho para as necessidades do mercado, difundindo no âmbito da formação profissional a perspectiva ideológica da burguesia.

É nesta esteira que a ABEPSS em 1999 criou uma Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social⁶⁴ responsável por elaborar um documento nas normas do MEC, mas fundamentado na direção teórica e política da proposta da ABEPSS de 1996 –, para ser apreciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desse modo, em 2001 através dos pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, o MEC homologa o texto legal das diretrizes curriculares, que transverte o conteúdo da formação profissional, como aponta lamamoto (2014, p. 617):

[...] o texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 4/7/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social. Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os tópicos de estudos

foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país.

Nesse sentido, as exigências do MEC – pautadas pelo processo de contrarreforma do ensino superior –, submetem as propostas curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 ao ideário neoliberal, o que compromete a formação profissional em Serviço Social no horizonte do projeto ético-político construído coletivamente pelas entidades representativas da categoria profissional.

Em 2002, o candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva (PT) ganha a disputa presidencial em segundo turno, derrotando o candidato José Serra (PSDB). Sua ascensão ao poder significou para a classe trabalhadora a expectativa de que o projeto de expansão do neoliberalismo executado pelos dois mandatos de FHC fosse descontinuado.

Conforme já ressaltado, o PT emerge na cena política brasileira através das diversas mobilizações dos movimentos sociais no contexto de luta pelo fim da autocracia burguesa. É importante rememorar o surgimento do partido, pois esperava-se que o projeto conduzido pelo governo petista estivesse vinculado aos interesses da classe trabalhadora, o que não aconteceu.

Assim, o que se assistiu nos anos em que Lula assumiu seu primeiro mandato no governo federal (2003 - 2007) foi o aprofundamento da política neoliberal ora orquestrada pelo governo inconcluso de Collor e intensificada pelos dois governos de FHC, no qual o PT antagonizava. Desse modo, o PT se aliou com a burguesia nacional, assumindo o discurso neoliberal da estabilidade econômica da nação e “[...] incorporou a falácia da resolução da dívida social através do crescimento econômico” (Paula, 2014, p. 190).

Nesse sentido observa-se o agravamento das contrarreformas do Estado que retrocede os direitos conquistados pela classe trabalhadora, com aumento da concentração de renda, o aumento do desemprego, o arrocho salarial, a perda de direitos trabalhistas e sociais. Dessa forma, concordamos com Paula (2014, p. 223) quando aponta que “[...] o PT se transmutou em mais um partido de sustentação dos

interesses da burguesia, colocando-se a serviço do capital financeiro e da grande burguesia internacional e nacional”.

No que diz respeito à educação superior, Abreu (2016) aponta que o governo Lula promoveu uma ampla expansão das vagas fundamentado pelo discurso da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES). Contraditoriamente ao que se esperava do governo petista, a implementação do plano do governo para amplificar o acesso ao ensino superior se deu através do financiamento do setor privado. Assim, observa-se o afastamento do PT das demandas do movimento estudantil por maior investimento nas universidades públicas.

Dessa forma, ao longo dos dois mandatos de Lula na presidência é possível observar a promulgação de um conjunto de legislações responsáveis por reformular a política de educação superior no país. Destacamos a Lei nº 10.861/2004 que instaura o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)⁶¹, a Lei nº 11.079/2004, que institui a Parceria Público-Privada; o Decreto nº 5.205/2004, que dispõe sobre as parcerias entre as instituições federais e as fundações de apoio privado; Lei n. 10.973/2004, dispõe sobre incentivos à Inovação Tecnológica; Lei nº 11.096/2005 que inaugura o Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁶²; Decreto nº 5.800/2006, que inaugura o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB⁶³; Decreto nº 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Segundo o ensaio de Lima (2011) é notório que este conjunto de medidas político-jurídicas aprovadas na primeira década do século XXI, apontam para “1) o fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público-privadas na educação superior; 3) a operacionalização dos

⁶¹ A partir do SINAES que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) avalia as instituições de educação superior, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (BRASIL, 2004).

⁶² Programa “[...] destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos” (BRASIL, 2005).

⁶³ Com objetivo de oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, a UAB busca o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, fomentando a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

contratos de gestão [...] e 4) a garantia a coesão social em torno das reformas estruturais [...]” (p. 90).

Essa lógica mercantil adotada pelo governo Lula para o ensino superior brasileiro pode ser observada conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2008 que Lima (2011, p. 90) nos apresenta:

Se em 2002 (final do governo Cardoso) do total de 1.637 IES, 195 eram públicas e 1.442, privadas, em 2008, do total de 2.251 IES, 235 eram públicas e 2.016 eram IES privadas. Em relação à organização acadêmica, em 2002 o número de instituições estava assim distribuído: de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 centros universitários e 1.398 faculdades isoladas. Em 2008, de 2.252 IES, 183 eram universidades, 124 centros universitários e 1.945 eram faculdades isoladas (BRASIL, 2008). Ainda que apresentasse alterações em relação ao número de IES públicas, especialmente em relação às universidades, permaneceu a execução da política do BM: diversificação das IES e dos cursos e das suas fontes de financiamento.

No que diz respeito ao REUNI, Lima (2013) destaca que o programa começa a ser implantado no ano de 2008 com objetivo de reestruturar as instituições públicas federais e expandir o número de discentes de graduação. Evidentemente inspirada nas concepções presentes na Declaração de Bolonha, este processo de reestruturação das universidades federais expressa a flexibilização dos currículos, que proporcionou a revisão da estrutura acadêmica através da criação de cursos de curta duração, bacharelados interdisciplinares, diversificar as modalidades de ensino, ampliar a mobilidade estudantil, aumentar o número de vagas de ingressos e ocupar as vagas ociosas, principalmente nos cursos de período noturno.

Esta série de mudanças adotadas a partir do REUNI é justificada pelo legítimo discurso de democratizar o acesso ao ensino superior público, possibilitando a permanência dos estudantes nas universidades federais. Todavia, o que se observou ao longo da sua execução foi a precarização do trabalho docente, a substituição de concursos públicos para expansão do corpo docente pela contratação temporária de professores substitutos, ínfimas bolsas de estudo para os discentes de pós-graduação, uma certificação em massa, equipamentos e estruturas físicas insuficientes, a dissolução da relação ensino, pesquisa e extensão, entre outros (Lima, 2013).

Assim, os dados coletados por Lima (2013) indicam que entre 2006 e 2010 houve um aumento de 63% das vagas nos cursos de graduação presencial das

universidades federais. Para os cursos de Serviço Social, representou o aumento de 116,19%, o que nos coloca no segundo lugar do ranking entre os trinta cursos com maior oferta de vagas nos processos seletivos das IFES no ano de 2010⁶⁴.

Conforme nos demonstra Ferreira (2011), na região sudeste do país, a principal estratégia de expansão foi a criação de novos cursos. Destacamos no estado de Minas Gerais a criação dos cursos de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em 2006, em 2009 da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e em 2010 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No que tange ao curso de Serviço Social da UFJF, em 2010 há o aumento de 60 vagas para 70 vagas, visto a criação do curso no período noturno. É importante salientar que a oferta do curso presencial noturno pela Faculdade de Serviço Social da UFJF não indica a adesão ao programa do REUNI, dado que o debate para abertura do curso no turno da noite já permeava pelo corpo discente e docente anteriormente as propostas do REUNI⁶⁵.

O projeto de educação neoliberal-flexível (Sakurada, 2018), isto é, a instauração de uma formação acadêmica voltada para responder as necessidades do mercado capitalista vão impor novos desafios para o Serviço Social, uma vez que esta formação inclinada exclusivamente para o ensino é incompatível com os princípios que fundamentam a formação profissional defendida pelas Diretrizes Curriculares de 1996, em especial a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, o aligeiramento da formação profissional impacta diretamente a construção de um perfil profissional alinhado aos preceitos defendidos hegemonicamente pela categoria profissional, uma vez que a tendência em formar profissionais que se limitam à operacionalização da política e, conseqüentemente, respondendo aos valores da sociabilidade burguesa, fomenta a disputa entre projetos profissionais distintos (Moljo e Silva).

Outro impacto a ser considerado com relação ao aumento exponencial do número de vagas ofertadas nos cursos de Serviço Social, diz respeito ao mercado de

⁶⁴ Relatório elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2010, que traz os dados da expansão das IFES entre 2006 e 2010.

⁶⁵ Para aprofundar os estudos acerca dos rebatimentos do REUNI na formação profissional em Serviço Social na região sudeste, indicamos a pesquisa de mestrado elaborada por Ferreira (2011) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF.

trabalho profissional que encontra nessa conjuntura um contingente profissional acrescido.

Desse modo, a categoria profissional enfrenta o crescimento do desemprego, a precarização das suas condições de trabalho, os salários cada vez mais baixos, a grande rotatividade de profissionais nos diversos espaços ocupacionais, entre outros. Nesse aspecto, lamamoto (2015, p. 440) sugere a interessante hipótese de que

[...] o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais –, um curso barato, voltado predominantemente ao público feminino –, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva* (grifos da autora).

Interessa-nos indicar que a primeira década dos anos 2000 em que há o agravamento da contrarreforma do Estado significou para o Serviço Social o amadurecimento quanto suas dimensões jurídico-políticas, visto que o Conjunto CFESS/CRESS publicizou um importante conjunto de atos administrativos normativos para orientar o exercício da profissão.

Destacamos a Resolução CFESS nº 493/2006 responsável por regulamentar e garantir as condições éticas e técnicas mínimas necessárias para a realização da atividade profissional do/a assistente social, garantindo ao usuário o direito ao sigilo profissional; a Resolução CFESS nº 557/2009 que incumbi ao assistente social garantir a especificidade de sua área de atuação quando emitir pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos com outros profissionais; a Resolução CFESS nº 556/2009 que estabelece os procedimentos para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social, garantindo o sigilo profissional; a Resolução CFESS nº 569/2010, responsável por vedar a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, e a Resolução CFESS nº 572/2010, que dispõe da obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos.

É possível observar que esse conjunto de documentos normativos promulgados ao longo dos primeiros anos do século XXI compartilham de preocupações em comum no que se refere às especificidades da profissão neste contexto de ofensiva neoliberal. Em outras palavras, as resoluções aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS

potencializam – no âmbito político-jurídico –, a defesa da profissão no horizonte do projeto crítico hegemônico.

Nesse sentido, é importante destacar especificamente a Resolução 569/2010 que surgiu a partir do crescimento de uma modalidade de intervenção profissional que se autodenomina Serviço Social Clínico. Esta proposta compreende a profissão a partir de abordagens terapêuticas e diagnósticos clínicos, contesta o referencial teórico-metodológico difundido pelo Movimento de Reconceituação e recupera os conceitos superados do “Serviço Social de Casos”, uma vez que “[...] utilizam-se de concepções teórico-metodológicas advindas da psicanálise, reportando-se à subjetividade no trato das necessidades objetivas dos sujeitos sociais” (Paula, 2014, p. 305).

A expansão desta vertente que defende as “práticas terapêuticas” no Serviço Social sucede da flexibilização das relações de trabalho no contexto de crise do capital, que demanda por profissionais polivalentes, versáteis e multitarefas. A prática profissional do Serviço Social Clínico é voltada para pessoa-situação-ambiente, onde os instrumentais técnico-operativos utilizados nas “práticas terapêuticas” são o atendimento individualizado, anamnese social, diagnóstico, plano de tratamento psicossocial, oficinas terapêuticas, supervisão clínica, entre outros (Paula, 2014).

Nesta concepção de profissão, o objetivo do trabalho profissional centra-se no fortalecimento psicossocial dos clientes. Assim, concordamos com os grifos de Paula (2014) quando aponta que esta perspectiva naturaliza as expressões da questão social através da sua psicologização⁶⁶.

Neste contexto, as entidades representativas da categoria profissional centraram esforços para dialogar e construir parâmetros norteadores para o desenvolvimento de supervisão de estágio em Serviço Social, considerando a contribuição dessa atividade para a formação acadêmica dos discentes, assim como para o processo de trabalho

⁶⁶ “A psicologização funciona, então, como um elemento legitimador da ordem monopólica, não só quando coloca sobre o indivíduo a responsabilidade por seu destino social, mas, principalmente, quando incorpora, nas instituições que se propõem a solucionar as refrações da questão social, práticas com forte conteúdo de indução comportamental. Com isso, não se consegue apenas uma ação sobre as personalidades individuais, mas empreende-se uma forte tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica” (Trindade, 2001, p. 11).

profissional dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, entre eles, no exercício da docência.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares de 1996 concebe o estágio supervisionado enquanto:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABEPSS, 1996).

Assim, a partir de um amplo processo de construção coletiva o Conjunto CFESS/CRESS tornou público no ano de 2008 a Resolução nº 533, responsável por orientar a categoria profissional quanto as condições mínimas para realização da supervisão direta de estágio no Serviço Social⁶⁷.

A Lei nº 8.662/93 preconiza em seu artigo 5º inciso VI, que a supervisão de estágio no Serviço Social é atribuição privativa dos assistentes sociais. Isto posto, a Resolução 533/2008 dispõe acerca da normatização e regulamentação de tal atividade, buscando resguardar os direitos e as responsabilidades dos sujeitos envolvidos neste processo: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, garantindo a qualidade do estágio supervisionado.

Nesse sentido, é de responsabilidade das unidades de ensino encaminhar aos CRESS da área de jurisdição os campos de estágio abertos, o registro profissional dos supervisores de campo e acadêmico, o nome do discente estagiário, bem como certificar-se das condições éticas e técnicas do campo de estágio e se as atividades realizadas correspondem ao previsto no 4º e 5º artigo da lei de regulamentação da profissão.

Fica incumbida às instituições que serão palco da realização do estágio supervisionado, propiciar as condições físicas previstas na Resolução nº 493/2006, como espaço adequado, equipamentos necessários, sigilo profissional, entre outros.

⁶⁷ É importante salientar que o ano de 2008 também marca a aprovação da Lei do Estágio nº 11.788, que normatiza o estágio de estudantes de todas as áreas.

Ademais, o assistente social responsável pela supervisão de estágio deve ser funcionário do quadro de pessoal da instituição em que o estágio se realiza, garantindo o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas.

Ao supervisor de campo, a resolução determina o encaminhamento às unidades de ensino o plano de trabalho e sua proposta de supervisão, bem como orientar e avaliar o discente conforme o plano de estágio construído coletivamente com o estagiário e supervisor acadêmico. Ademais, estabelece o limite de 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas de trabalho semanais, o que – considerando a Lei 12.317/2010⁶⁸ –, são no máximo 3 (três) estagiários para cada assistente social supervisor de campo.

No que tange ao papel do supervisor acadêmico, a resolução determina enquanto responsabilidade orientar e avaliar o aprendizado do estagiário, contribuindo para a apreensão crítica das dimensões constitutivas da profissão, além de construir as mediações necessárias para que os alunos compreendam a indissociabilidade entre teoria e prática.

Conforme o 8º artigo da referida Resolução, os assistentes sociais supervisores – acadêmico e de campo –, têm responsabilidade ética e técnica pelo processo de supervisão de estágio e, por isso, possuem a tarefa de:

I. Avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio; II. Acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º; III. Planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio; IV. Verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório; V. Realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio; VI. Atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota (CFESS, 2008).

Nessa mesma direção, a ABEPSS construiu coletivamente através das diversas oficinas ocorridas ao longo de 2009 um importante instrumento político-pedagógico. A Política Nacional de Estágio publicada em abril de 2010, exprime detalhadamente

⁶⁸ Lei aprovada em 26 de agosto de 2010, passando a vigorar acrescida do art. 5º-A da Lei 8.662/1993, que determina a duração do trabalho do Assistente Social em 30 (trinta) horas semanais, sem redução salarial.

para a categoria profissional a concepção de estágio supervisionado no horizonte do projeto profissional crítico hegemônico da profissão, construindo parâmetros orientadores para a realização de um estágio qualificado, que possibilite aos discentes apreender as mediações e determinações que afligem o real.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. [...] Assim, o processo de formação profissional e, particularmente o estágio supervisionado curricular, devem garantir a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social; das condições de trabalho dos assistentes sociais; das conjunturas; das instituições; do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos teóricos e saberes prático-interventivos, além, é claro, dos fundamentos e da lógica tendencial que os constituem (Política Nacional de Estágio, 2010, p. 10-11).

Dessa forma, o estágio supervisionado é um elemento primordial da formação profissional em Serviço Social, sendo um constante processo de aproximação com o cotidiano de trabalho e a observação dos dilemas indissociáveis do fazer profissional, que possibilita aos discentes compreender a relação intrínseca das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (Lewgoy, 2013).

No tocante a conjuntura nacional, o ano de 2011 é marcado pela posse de Dilma Rousseff à presidência do país, tornando-se a primeira mulher a conquistar a vitória nas eleições presidenciais, disputada em segundo turno contra o representante do PSDB José Serra. O governo Dilma tinha como vice-presidente Michel Temer – filiado ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –, no qual deram continuidade à política econômica e social de conciliação de classes adotada pelos dois mandatos de Lula.

Para a educação, isto significou a continuação do projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas (Keller, 2018), expresso na criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) – que tinha como objetivo possibilitar aos trabalhadores e estudantes de ensino médio o acesso à cursos técnicos profissionalizantes –, bem como o desenvolvimento do FIES e a manutenção

do PROUNI, subsidiando a ampliação das vagas nas instituições privadas em detrimento das universidades públicas.

Ainda no primeiro ano de governo, Dilma defronta-se com os reflexos do agravamento da crise do capital de 2008, desencadeada pelo mercado imobiliário nos Estados Unidos⁶⁹. O quadro de crise econômica é enfrentado pelo Ministério da Fazenda através de diversas medidas - entre elas, a redução da taxa de juros pelo Banco Central -, o que tensionou a relação entre o governo e os banqueiros, propiciando o início do esgotamento do pacto de conciliação de classes.

Outra questão enfrentada em seu primeiro mandato, foram as diversas manifestações sucedidas em 2013 conhecidas nacionalmente como as “Jornadas de Junho”. Estes protestos que inicialmente tinha como agenda o reajuste da tarifa de transporte público em São Paulo⁷⁰, rapidamente se espalhou pelo país a partir da incorporação de várias reivindicações como a diminuição dos gastos em infraestrutura esportiva⁷¹, pelo fim da corrupção, maiores investimentos na educação e saúde pública, entre outras pautas (Araújo Valença, 2020).

É importante demarcar que este movimento foi cooptado ideologicamente pela grande mídia empresarial que – enquanto aparelho privado de hegemonia⁷² –, criminalizou num primeiro momento, os atos que até então incorporavam a luta pelo passe livre.

⁶⁹ David Harvey (2011) oferece uma importante contribuição sobre o fluxo do capital e sua crise em 2008.

⁷⁰ “Em seis de junho ocorreu o primeiro ato contra o reajuste das passagens em São Paulo. Um ato, ressalte-se, que fora convocado pelo Movimento Passe Livre e outras entidades (inclusive, entre elas, juventudes partidárias de esquerda). Na realidade, há anos que as capitais brasileiras têm sido sacudidas por mobilizações contra reajustes de passagens. Em Natal (RN), por exemplo, elas ocorrem desde a década de 1990, sendo que em 2012 tomou uma forma organizativa própria, denominada “Revolta do Busão”, agregando anarquistas, militantes de juventudes partidárias, estudantes, entre outros que, em assembleias, decidem o futuro do movimento. Tais atos representam a busca nas ruas da retomada da esfera pública, da política e do debate que se “privatizou” ao longo das últimas décadas, apesar de se tratar de uma concessão do Município: o sentido do transporte público e a abertura de sua planilha de custos” (Araújo Valença, 2020, p. 32).

⁷¹ Insta salientar que o Brasil foi indicado a sediar a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o que demandou grandiosos investimentos públicos.

⁷² Na concepção de Gramsci, aparelhos privados de hegemonia são instituições como igrejas, mídia, sindicatos, partidos políticos, entre outros que influenciam – através da difusão de seu discurso –, a opinião pública, para controle da classe que sobrevive de sua força de trabalho ideologicamente (Duriguetto; Souza Filho, 2021).

Com a grande repercussão da repressão militar sofrida pelos manifestantes e difundida nacionalmente através das redes sociais, a cobertura midiática reestrutura o seu discurso, conforme nos elucida Araújo Valença (2020, p. 36-37):

A partir daí, o tom seria de apoio irrestrito às manifestações, de um lado e, de outro, mostrar que elas não eram por apenas vinte centavos. Quanto ao primeiro aspecto, a inversão ideológica que perdurara por décadas – pela qual pequenos grupos que se excediam em manifestações de rua acabavam por caracterizá-las por completo – viu-se desfeita: a partir daquele momento os atos eram em si pacíficos e, pequenos grupos, sempre ao final deles, cometiam excessos injustificados. Em paralelo, os partidos de esquerda, aqueles que eram responsabilizados pela “baderna” dos primeiros atos, agora, seriam oportunistas. Teriam eles chegado após o “gigante acordar!”, para dele se apropriar e se beneficiar? Uma linha editorial de caráter cirúrgico, tênue e subliminar, passou a associar os grupos, as entidades e os partidos à violência nos atos. Manifestantes, pacíficos, diziam que não os queriam, nem os seus símbolos e nem as suas bandeiras. Essa cobertura da mídia, meticulosa, selecionava imagens e episódios e, assim, encobria não apenas a história e o sentido dos atos, mas também a organização de setores de extrema direita e a extrema violência contra manifestantes de esquerda que apenas externalizavam suas preferências políticas.

É neste contexto que grupos neofascistas se inserem nas manifestações e, portanto, o discurso ideológico transforma os protestos em apartidários, em demonstração ao patriotismo, os protestos são do “povo”, do “cidadão brasileiro”, contra a corrupção generalizada e os gastos com a Copa do Mundo. Assim, militantes de esquerda e filiados aos partidos políticos foram expulsos violentamente dos atos e o que antes pautava-se no direito à mobilidade urbana, transfigura-se em “[...] algo gerencial e de qualidade de serviços públicos, e não de modelo de sociedade e urbanização (Araújo Valença, 2020, p. 39).

Este cenário propicia a crise do governo Dilma, pois conforme os grifos de Keller (2018), para além dessa onda de manifestações, há um quadro de desaceleração da economia somado à dificuldade de comunicação com o Poder Legislativo e Judiciário. Com sua reeleição no ano de 2014, a oposição política ao governo – em conjunto aos movimentos que se intitularam apartidários, como o Movimento Brasil Livre (MBL) –, mobilizaram manifestações de apoio a Operação Lava Jato⁷³ e reivindicavam a cassação do mandato de Dilma Rousseff.

⁷³ Investigação da Polícia Federal comandada pelo juiz Sérgio Moro, responsável por investigar um grande esquema de corrupção na Petrobrás.

Nesta conjuntura adversa para o governo federal, no que toca à educação brasileira, destacamos o sancionamento da Lei 13.005/2014 responsável por instituir o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento foi elaborado em conjunto às entidades representativas da área educacional, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino brasileiro através de uma série de metas e estratégias para serem alcançadas ao longo de dez anos pela política educacional. Consta em suas diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo ;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Desse modo, para o ensino superior as metas de número 12, 13 e 14 da PNE projetam a expansão das vagas oferecidas para a graduação, bem como aumentar o número de matrículas para os cursos de pós-graduação stricto sensu. Ademais, para garantir a qualidade do ensino universitário, preocupa-se em ampliar a admissão de mestres e doutores no corpo docente.

Ao longo de todo o ano de 2015 foram protocolados diversos pedidos de impeachment contra a presidente, sendo acolhido em dezembro do mesmo ano pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Em abril de 2016, o Senado Federal aceita a denúncia elaborada pela Câmara dos Deputados e determina o afastamento de Dilma Rousseff do cargo.

Como resultado deste processo, a presidente Dilma Rousseff foi destituída de seu segundo mandato por crime de responsabilidade fiscal. Dessa forma, o então vice-presidente Michel Temer assume definitivamente o cargo de presidente do país.

Concordamos com a conjectura de Cassin (2022) quando nos indica que, apesar do processo de impeachment ter ocorrido dentro da legalidade formal conforme previsto pela Constituição Federal de 1988, ficou evidente o golpe de Estado promovido pelo conluio entre as forças políticas conservadoras do Poder Legislativo, Judiciário, da Polícia Federal.

A particularidade desse golpe reside na manutenção do regime democrático, isto é, o golpe foi articulado e processado no interior e por meio dos dispositivos da democracia liberal burguesa (DEMIER, 2017). O golpe de 2016 foi a alternativa encontrada pelas classes dominantes para deter os impactos da crise econômica e a instabilidade política, adequando o País às exigências da acumulação capitalista em nível mundial (Cassin, 2022, p. 20).

Para Behring (2023, p. 18):

Esses segmentos, mesmo beneficiados por inúmeras políticas nos treze anos de governos petistas, não enxergavam no governo Dilma Rousseff a capacidade de conduzir suas demandas no ritmo e intensidade desejados, dentre elas: a intensificação da exploração da força de trabalho; a exploração capitalista dos recursos naturais brasileiros, a exemplo do pré-sal, aquíferos e mineração (com o foco na Amazônia); um ajuste fiscal ainda mais profundo para que o fundo público possa funcionar como pressuposto geral da reprodução do capital, donde decorreu a abrangente contrarreforma da previdência em 2019, em mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores. Com o golpe de 2016 se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo [...].

Os rebatimentos desta conjuntura para o ensino superior expressam-se especialmente quando o governo Temer aprova a EC n° 95, responsável por estabelecer um Novo Regime Fiscal que limita os investimentos e gastos públicos ao longo dos próximos vinte anos (BRASIL, 2016).

Este ajuste fiscal significou o congelamento dos recursos especialmente para as áreas da saúde, educação, habitação e assistência social, suscitando o desmonte das políticas sociais. Assim, a EC/95 deteriora “[...] ano após ano, a parcela do fundo público destinada aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, garantindo o superávit primário para a remuneração do capital portador de juros” (Cassin, 2022, p. 22).

Para a educação – área em que dedicamos nossa preocupação –, a falta de investimentos públicos pelos próximos 20 anos obstaculiza a implementação das metas e estratégias traçadas pela PNE, impossibilitando assim, o alcance do seu

principal objetivo: a aplicação a partir de 2024 de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na política educacional.

No que se refere aos direitos previdenciários, o governo Temer apresenta ao Congresso no ano de 2016 a PEC 287/2016 – que propõe o enxugamento de gastos da Previdência Social através do aumento do tempo de contribuição dos trabalhadores ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e aumento da idade mínima para aposentadoria⁷⁴.

No tocante aos direitos trabalhistas, os ataques se expressam através da aprovação em 2017 da Lei nº 13.429, responsável por flexibilizar a contratação dos trabalhadores terceirizados, reduzindo os salários e aumentando a instabilidade do vínculo empregatício. Seguindo na mesma perspectiva ideológica, há a aprovação da Lei 13.467/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo a flexibilização da jornada de trabalho, do pagamento de horas extras e da compensação de horas, a fragmentação das férias, além de tornar facultativa a contribuição sindical e permitir a negociação direta entre empregadores e empregados, cooperando para o enfraquecimento das entidades sindicais (Cassin, 2022).

Nas palavras de Cassin (2022, p. 23):

As medidas adotadas pelo governo Temer traduziram uma tentativa de contrarrestar a queda da taxa de lucro por meio do aumento da exploração do trabalho, redução dos salários e elevação da superpopulação relativa, acentuando os efeitos do que Marini (2011) qualificou como a superexploração da força de trabalho. O governo golpista de Temer, por seu caráter transitório e ilegítimo, cumpriu a sina de ser “uma ponte para o futuro” de obscurantismo que reinaria no Brasil a partir de 2019 — uma espécie de antessala do neofascismo ultraneoliberal. O novo regime fiscal e a contrarreforma trabalhista prepararam o terreno para a avalanche de austeridade fiscal e ataques aos direitos e políticas sociais processada no governo subsequente.

Assim, as transformações societárias delineadas no Brasil a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 – em que há uma intensa ofensiva aos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora –, colocam desafios para um projeto societário ancorado em princípios e valores emancipatórios, uma vez que este

⁷⁴ A tramitação da proposta foi suspensa pelo governo em 2018, como consequência do enfraquecimento do apoio parlamentar — ante as manifestações que se formaram em Brasília e a proximidade das eleições — e por força da intervenção federal no Rio de Janeiro [...]” (Cassin 2022, p, 23).

contexto propicia o avanço do pensamento conservador com traços reacionários que tensiona o Estado democrático.

Nesse sentido, emerge na cena política nacional o então deputado federal do estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro. Ao se candidatar ao cargo de presidente do país no pleito de 2018 – representando a extrema-direita brasileira pelo Partido Social Liberal (PSL) –, derrota o candidato Fernando Haddad (PT) no segundo turno das eleições com aproximadamente 58 milhões de votos.

A conjuntura política em que sucedeu a vitória de Bolsonaro e seu vice-presidente general do exército Hamilton Mourão, é marcada especialmente pela prisão arbitrária de Lula pela Operação Lava Jato em abril de 2018. Delineado pelo então juiz Sérgio Moro – que posteriormente assume o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro –, o aprisionamento político de Lula ocorreu enquanto ele lidera os índices de intenção de voto, o impedindo de concorrer às eleições presidenciais.

Salientamos ainda neste contexto, o assassinato brutal da vereadora e socióloga Marielle Franco (PSOL) que em sua carreira política atuou em defesa dos direitos humanos, da população negra, mulheres e da comunidade LGBTQIA+, denunciando a violência policial nas periferias urbanas e a forte atividade de grupos milicianos na cidade do Rio de Janeiro (Cassin, 2022). A execução da parlamentar Marielle Franco que também vitimou o seu motorista Anderson Gomes, explicita a barbárie e o autoritarismo da classe dominante que assola o Brasil na conjuntura contemporânea⁷⁵.

Neste cenário ainda se destaca a avalanche de *fake news* nas redes sociais financiadas por grandes empresários, banqueiros e políticos, com objetivo de difundir a ideologia burguesa para capturar “[...] a subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas (Duarte; Lima, 2022, p. 16). Portanto,

⁷⁵ Importa-nos salientar que após seis anos deste bárbaro crime, a Polícia Federal concluiu a investigação da morte de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A delação do ex-policial militar Ronnie Lessa (preso desde 2019 apontado como autor dos disparos contra o carro da vereadora) indica o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Domingos Brazão e o deputado federal Chiquinho Brazão como responsáveis por encomendar o crime com a ajuda do delegado e ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, acusado de planejar o assassinato e atrapalhar as investigações. No dia 24 de março de 2024, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal realizou uma operação na cidade do Rio de Janeiro para prender os irmãos Brazão e o delegado Barbosa pelo planejamento e execução de Marielle Franco. Para mais detalhes de toda investigação e todos os responsáveis pelo crime, Cf. < <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/27/infografico-quem-e-quem-no-caso-marielle-franco.ghtml> >.

manifesta-se a eclosão do neofascismo reacionário ultraneoliberal no Brasil, tendo na figura de Bolsonaro sua representação política no governo federal.

Nas palavras de Cassin (2022, p. 25):

A eleição de Bolsonaro converge com a tendência internacional de ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou neofascista que, de acordo com Löwy (2020, p. 13), “já governa metade dos países em escala planetária: um fenômeno sem precedente desde os anos de 1930”. Malgrado as particularidades que assumem em cada país, os traços gerais que unificam estes governos são o autoritarismo, o nacionalismo integral, a intolerância religiosa ou étnica e a violência policial/militar. O governo Bolsonaro, para o autor, se enquadra na designação de neofascista, posto que o termo “conservadorismo”, muito em voga no Brasil, é insuficiente para abarcar todas as determinações do fenômeno bolsonarista: “não se trata de uma corrente conservadora, no sentido tradicionalista da palavra, nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal” (LÖWY, 2020, p. 14). O termo neofascista se justifica pela presença de traços fascistas sem que estes sejam necessariamente uma reprodução do passado.

Em continuidade ao projeto ultraneoliberal desenvolvido por seu predecessor, Bolsonaro estreia seu mandato aprovando o menor percentual de aumento de salário-mínimo desde a década de 1990, renunciando “[...] o teor de austeridade de sua agenda econômica” (Cassin, 2022, p. 25).

Ainda no primeiro ano do governo, entre as medidas de aprofundamento da contrarreforma do Estado, destaca-se a aprovação da EC 103/2019 responsável pela alteração da previdência social⁷⁶, bem como a sanção da Medida Provisória n° 905/2019 que institui o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”⁷⁷. Tais mudanças já

⁷⁶ “Aprovada em outubro de 2019, na forma da EC 103/2019, a nova contrarreforma da previdência ampliou o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para receber o benefício correspondente ao valor integral dos salários dos trabalhadores ativos; aumentou a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e elevou o tempo de contribuição para 15 e 20 anos, respectivamente; aumentou a idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem) e reduziu o valor das pensões. Além disso, foram instituídas novas alíquotas de contribuição e novas regras para o cálculo do valor da aposentadoria. O golpe de morte da EC 103/2019, todavia, foi a desconstitucionalização da previdência social, que autoriza a realização de futuras mudanças por meio de leis complementares e não mais como emendas à Constituição — as quais exigem discussão e votação em dois turnos nas duas casas legislativas — o que facilita sobremaneira novos ataques a esta política social” (Cassin, 2022, p. 26).

⁷⁷ O contrato de trabalho “verde e amarelo” tem por objetivo a flexibilização da legislação trabalhista para promover a inserção dos jovens entre 18 e 29 anos no mercado de trabalho de maneira precária, intensificando a jornada de trabalho e diminuindo a fiscalização, o que beneficia empresários na contratação de mão de obra barata (Cassin, 2022).

delineadas pelo governo transitório de Temer, expressam a intensificação do “rebaixamento do valor da força de trabalho ativa e inativa” (Cassin, 2022, p. 26) mediante os ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora.

No que tange a política educacional, o que se observou ao longo de todo governo Bolsonaro foi a negação da ciência em todo seu discurso moralizante para a educação superior. Desde a campanha presidencial, a narrativa de Bolsonaro se fundamenta no movimento “Escola Sem Partido”, prometendo expurgar a doutrinação de esquerda das universidades e eliminar a ideologia de Paulo Freire. Segundo Leher (2019, p. 25), o governo:

[...] atribuiu às universidades públicas um lugar de doutrinação ideológica, de predominância do que a ultradireita estadunidense denominou como “marxismo cultural”, uma proposição fantasmagórica, adjetivando, pejorativamente, as humanidades. Com o fervor dos recentemente convertidos, acusou a comunidade universitária de comportamento sexual fora dos padrões tidos como compatíveis com a moralidade evangélica de cariz pentecostal e neopentecostal, a rigor, difundindo um moralismo que parece ter inspirado as obras de Nelson Rodrigues. Na véspera da posse, criticou o “lixo marxista” em escolas, anunciando que uma meta de seu governo seria remover qualquer traço de marxismo na educação

Nos quatro anos em que Bolsonaro esteve à frente da presidência do país, o Ministério da Educação (MEC) teve a indicação de cinco ministros⁷⁸. Tal rotatividade demonstra explicitamente a incapacidade dos nomeados ao cargo em dirigir a política educacional brasileira.

Em meio as inúmeras polêmicas envolvidas, a narrativa em que se assenta a condução do MEC neste período, é o total desprezo pela ciência produzida no ensino superior através do viés ideológico fundamentalista. À vista disso, posicionam-se contrariamente às áreas das humanidades, propõem a cobrança de mensalidade na pós-graduação *stricto sensu* e determinam o corte de 30% dos recursos das

⁷⁸ Ricardo Vélez Rodriguez comandou a pasta de janeiro de 2019 até o mês de abril do mesmo ano, sendo substituído por Abraham Weintraub, que permaneceu no cargo até junho de 2020. No mesmo mês, Carlos Decotelli foi nomeado por Bolsonaro para o comando da pasta, mas não tomou posse em meio às polêmicas de seu currículo lattes. Assim, Milton Ribeiro foi o responsável pelo Ministério da Educação do mês de julho de 2020 a março de 2022, saindo em razão do escândalo de corrupção e sendo substituído por Victor Godoy, que se manteve no cargo até o fim do governo (Leher, 2019).

universidades federais, por considerarem que as instituições têm o desempenho insatisfatório e realizam “balbúrdia”.

O corte orçamentário ameaça o funcionamento das universidades, pois inviabiliza o pagamento das contas básicas para manter o espaço físico, o pagamento dos trabalhadores que prestam serviços as instituições, bem como o pagamento das bolsas estudantis, renunciando assim, a interrupção de todas as atividades (Leher, 2019).

Leher (2019) nos aponta que a autonomia universitária também foi ameaçada pelos atos do governo Bolsonaro, especialmente quando editou o Decreto 9.794/2019 que estabelece uma análise pelo governo federal da nomeação dos reitores e vice-reitores das universidades federais e instituições federais de ensino superior.

Esta determinação é estratégica do ponto de vista da intervenção autoritária do presidente nas universidades federais, pois desconsidera a votação democrática da comunidade acadêmica e os nomes indicados ao cargo através da lista tríplice, impactando diretamente no direcionamento científico, administrativo e financeiro das instituições.

Todas as medidas adotadas pelo MEC que caminham em contramão a valorização do ensino superior, desencadearam uma série de manifestações em defesa da educação pública, das universidades federais, contra os cortes orçamentários da Seguridade Social, contra a privatização e todos os ataques de Bolsonaro a classe trabalhadora. Ressaltamos os protestos realizados nos dias 15 de maio de 2019, 30 de maio de 2019, 14 de junho de 2019 e 13 de agosto de 2019, que evidenciam o protagonismo dos movimentos sociais, sindicais e estudantis em defesa da democracia, na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, contra o racismo e fascismo.

Este cenário, conforme nos elucida Teixeira (2019) reverbera no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, seja por sua condição de trabalhador assalariado e, por isto, submetidos aos diversos retrocessos sofridos pela classe que sobrevive de sua força de trabalho, como também por sua inserção profissional no âmbito das políticas sociais que sofrem as mazelas características da agudização das expressões da questão social do modo de produção capitalista.

Manifestam-se assim, novos desafios para a efetivação dos princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, visto que as novas demandas apresentadas aos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais são

consequências destas transformações sociais e necessitam de respostas profissionais qualificadas.

À vista disso, é oportuno salientar que a academia sofre pressões vindas destas requisições institucionais, devendo oferecer – no âmbito do processo formativo –, as mediações necessárias aos futuros assistentes sociais para a formulação de respostas frente à essas demandas desafiantes.

Tendo em vista que o tipo de profissional requerido pelo capital é contraposto ao projeto profissional crítico hegemônico, há no interior da profissão a disputa entre projetos profissionais que defendem distintos projetos de educação, de formação profissional em Serviço Social e de profissão, conduzindo “[...] cada vez mais obstáculos à construção de estratégias qualificadas e sintonizadas com os princípios ético-políticos da profissão” (Bonfim, 2019, p. 28).

É neste campo de disputa entre projetos societários distintos dentro da formação profissional que se encontram os professores docentes em Serviço Social, que, enquanto sujeitos do processo formativo, estão submetidos às exigências da instituição da qual estão inseridos.

Logo, são trabalhadores assalariados submetidos às consequências da ofensiva neoliberal e da reestruturação produtiva, acometidos à defasagem no número de docentes nas instituições, sobrecarga de aulas, péssimas condições salariais, ao número expressivo de alunos, contratação temporária, cobrança pelo empenho em pesquisas, entre outras transformações que afligem o cotidiano desses profissionais (Fonseca, 2016).

Assim, o processo formativo em Serviço Social se vê atravessado pelos poucos recursos para pesquisas – haja vista a contrariedade entre o projeto profissional crítico hegemônico da profissão e os interesses do financiamento das pesquisas –, às avaliações do seu trabalho através da prova externa programática do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outras determinações que tensionam e colocam em disputa este espaço acadêmico.

Este panorama nos demonstra as adversidades para uma formação profissional crítica ancorada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS na contemporaneidade, visto que a lógica empresarial e mercantil tem como objetivo a formação de profissionais que atendam acriticamente as demandas do capital.

Dito isso, cabe evidenciar as estratégias de resistência das entidades representativas da categoria – em especial a ABEPSS –, à essa conjuntura de

ofensiva ideológica conservadora, contribuindo para um processo de formação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo na direção da teoria social crítica marxista.

Destacamos especialmente o Projeto ABEPSS Itinerante que, desde 2011, busca fortalecer, reafirmar e defender a lógica das diretrizes curriculares no contexto de precarização do ensino superior. Esta iniciativa propicia o fortalecimento da articulação necessária das entidades representativas da categoria – o Conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO –, contribuindo para a educação continuada dos assistentes sociais docentes, supervisores de campo, discentes da graduação e pós-graduação.

Portanto, é fundamental que a formação profissional, bem como as capacitações continuadas, os eventos acadêmico-profissionais, dentre outros espaços provejam o debate acerca das dimensões constitutivas da profissão, bem como acerca dos fundamentos do trabalho do assistente social, o estatuto assalariado, autonomia relativa e a possibilidade de construção de respostas profissionais condizentes com a direção social hegemônica da profissão.

3. A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A intervenção profissional e a formação acadêmica dos assistentes sociais amargam os dilemas das circunstâncias postas pela sociabilidade do capital na contemporaneidade. As transformações societárias delineadas no Brasil após a década de 1990 acirram as contradições nos espaços sócio-ocupacionais, o que desafia o projeto profissional hegemônico que se ancora em valores e princípios emancipatórios.

Embasada especialmente nos escritos de Iamamoto (2015), iremos abordar no primeiro tópico deste capítulo acerca dos fundamentos do trabalho do assistente social, sua condição enquanto trabalhador assalariado, a autonomia profissional tensionada pelo processo de compra e venda da sua força de trabalho e as requisições institucionais gestadas na dinâmica do cotidiano profissional.

Em continuidade à proposta de análise bibliográfica, se faz necessário apontar no segundo tópico do capítulo a intrínseca relação entre as dimensões que são constitutivas da profissão, isto é, a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa – dando foco ao nosso objeto de estudo, isto é, a dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Nesse caminho, iremos evidenciar em nossos estudos o debate da dimensão técnico-operativa da profissão, uma vez que este conteúdo será fundamental para subsidiar a análise qualitativa que será realizada ainda neste capítulo.

Assim, posteriormente iremos apresentar a análise qualitativa parcial das entrevistas realizadas com os estudantes formandos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2016 e 2019.

Desse modo, no terceiro subitem deste capítulo apresentaremos brevemente a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora por tratar-se da unidade acadêmica que será palco da nossa pesquisa, buscando identificar a apropriação da dimensão técnico-operativa na formação profissional frente aos desafios postos nas relações de trabalho na atualidade.

Tendo em vista que as entrevistas estruturadas foram realizadas com os alunos formandos desta unidade acadêmica entre os anos de 2016 e 2019, o presente capítulo versará sobre o projeto crítico de formação profissional da Faculdade de Serviço Social da UFJF por meio da análise do Projeto Político Pedagógico vigente

no período de aplicação das entrevistas, isto é, o projeto aprovado em 2016 pelo Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD)⁷⁹.

A revisão curricular do Projeto Político Pedagógico em que se fundamenta a formação profissional dos alunos entrevistados, deu-se em decorrência da avaliação contínua do corpo docente e discente, que apontou a necessidade de exclusão de algumas disciplinas, a inserção de outras disciplinas, além da mudança na ementa e nos conteúdos ministrados.

Tais alternâncias – em conformidade com o Regimento Acadêmico de Graduação (RAG) da UFJF –, foram fundamentais para garantir uma formação profissional de qualidade, alinhada aos valores e princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

A pesquisa empírica de caráter qualitativo ora analisada e apresentada no último subitem deste capítulo foi desenvolvida pelas pesquisadoras do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo, portanto, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora⁸⁰.

Para análise das respostas dos discentes formandos, utilizamos enquanto referências bibliográficas as principais literaturas que fomentam o debate da dimensão técnico-operativa do Serviço Social na contemporaneidade na perspectiva crítico-dialética, são elas: Santos (2006), Santos, Backx e Guerra (2017), Paula (2016), entre outras referências necessárias.

⁷⁹ Importa-nos destacar que este currículo sofreu um processo de revisão. O Projeto Político Pedagógico atual foi aprovado no ano de 2023.

⁸⁰ Parecer n° 2.405.443 - CEP/UFJF.

3.1. O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO: OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispondo de uma Lei Federal que regulamenta socialmente a profissão (Lei 8.662/1993) e um Código de Ética Profissional, o que predispõe aos assistentes sociais uma autonomia relativa para a execução do trabalho profissional.

No entanto, os/as assistentes sociais não gozam de meios financeiros, técnicos e humanos para conduzir o exercício profissional de forma autônoma, o que significa dizer que estes profissionais necessitam vender a sua força de trabalho a distintos empregadores, seja no âmbito público, privado ou organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, a profissão situa-se na contradição entre as demandas e necessidades sociais antagônicas das classes sociais na sociedade capitalista que se transformam em requisições determinadas socialmente nos espaços sócio-ocupacionais. Assim, as demandas sociais são enquadradas nos objetivos e nas finalidades das instituições que, fundamentadas pelos interesses da burguesia, as incorporam.

No bojo da sociedade capitalista as demandas que se apresentam para as profissões são recortes das reais necessidades sociais da classe trabalhadora, uma vez que as instituições sociais que recolhem as demandas sociais da classe que sobrevive de sua força de trabalho requisitam por respostas profissionais especializadas embebidas da ideologia capitalista.

Providas de historicidade e, portanto, construídas no processar das relações sociais e das formas que as estruturam, as instituições sociais enquanto produto da realidade social são expressões organizadas por um determinado modelo de sociedade e cumprem um determinado papel.

O modo de produção capitalista como modelo determinado de organização societária com relações sociais próprias, necessita de nexos estruturais – que é a base material das relações de produção e das forças produtivas –, e superestruturais para sua manutenção jurídica e política, como a ideologia, a religião, a cultura, entre outras (Netto e Braz, 2012).

Desse modo, as instituições integram essa superestrutura para a manutenção da organização dominante de forma a funcionalmente homogeneizar o discurso e o conhecimento da realidade a favor da revalorização incessante do capital. À vista

disso, entendemos as instituições enquanto elemento materializador da dominação espiritual da classe dominante, pois as ideias e concepções sociais médias estarão referenciadas naquele corpo que se apropria do valor na intenção exclusiva de revalorizá-lo.

Para Marx e Engels (1998), a ideologia é uma falsa consciência da realidade, uma vez que a realidade é entendida sob o enfoque de determinada classe social. Desse modo, a ideologia cumpre um papel fundamental neste processo, pois ela permite que as instituições sociais controlem o discurso, velando as consoantes da realidade.

Na sociabilidade do capital a ideologia tem em si um discurso provido de competência científica e racional que não pode ser questionado. Assim, o processo ideológico da burguesia condiciona as classes subalternas ao trabalho, dado que a classe que dispõe dos meios materiais de produção também dispõe dos meios de produção intelectual.

Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são portanto as ideias dominantes de sua época (Marx; Engels, 1998, p. 48-49).

Conforme nos indica lamamoto (2015), as demandas sociais são produtos das necessidades advindas das relações sociais e dos interesses divergentes das classes. No modo de produção capitalista as necessidades sociais – quando captadas pelas instituições – são capturadas pelos interesses da classe dominante, isto é, pela ideologia burguesa.

Portanto, no âmbito das instituições sociais são apresentadas para as profissões necessidades sociais transvestidas pelo pensamento burguês, cuja pretensão é de responder parcialmente as reais demandas da classe trabalhadora. Assim, este espaço institucional e sua realidade funcional na sociabilidade do capital geram desafios para o exercício profissional do Serviço Social.

É neste espaço contraditório entre as demandas reais da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho e as requisições transmutadas socialmente nos espaços socioinstitucionais que a prática profissional do Serviço Social estará sujeitada, transitando entre os interesses contrapostos do capital e do trabalho.

A partir da institucionalização das necessidades sociais que os empregadores determinam a matéria sobre a qual o trabalho do assistente social irá incidir, bem como impõem as condições pelas quais se realizará os atendimentos e os objetivos institucionais na reprodução das relações sociais.

Deste modo, a autora demarca que o trabalho dos assistentes sociais se processa de maneiras diferenciadas nos diversos espaços sócio-ocupacionais, visto que as relações sociais nas quais incidem o trabalho profissional são distintas. Nas palavras de lamamoto (2015, p. 215):

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas (grifos da autora).

Tais relações mediadas pelo mercado de trabalho influenciam no trabalho profissional do assistente social, uma vez que o processo de compra e venda da sua força de trabalho especializada é regulado por um contrato de trabalho que determina o seu valor de troca, o que expressa, portanto, a sua condição enquanto trabalhador assalariado. Através deste contrato de trabalho os empregadores determinam exigências trabalhistas e ocupacionais, além de mediar as relações com o trabalho coletivo por eles articulado.

Desse modo, a força de trabalho do assistente social sofre os dilemas da alienação e de determinações sociais comuns a todos os trabalhadores na sociabilidade do capital, incurso nas contradições entre trabalho concreto e trabalho abstrato – inerentes de toda mercadoria no modo de produção capitalista (lamamoto, 2015).

O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho — condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado — vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a

equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente — o salário ou proventos —, que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho (Iamamoto, 2015, p. 217-218).

É por meio da relação mercantil de compra e venda da força de trabalho que a autonomia profissional do assistente social é tensionada, visto que, inserido na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social contribui tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como responde às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Os assistentes sociais contratados nos variados tipos de vínculos empregatícios compartilham das questões comuns a todos os trabalhadores no modo de produção capitalista, isto é, submetem-se a uma remuneração financeira, possuem uma jornada de trabalho estabelecida, necessitam responder as metas de produtividade, entre outros parâmetros estabelecidos pelos empregadores (Iamamoto, 2015).

Além de estabelecer as condições nas quais o trabalho do assistente social se realizar-se-á, os empregadores “[...] estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo” (Iamamoto, 2015, p. 218). Desse modo, as condicionalidades nas quais o trabalho do assistente social está sujeito enquanto trabalhador assalariado, determinam os desafios e as possibilidades para alcançar seus objetivos profissionais.

Conforme realçado no decurso do primeiro capítulo deste trabalho, ao longo do processo sócio-histórico da profissão – especialmente no período em que o Serviço Social se fundamentava pelo pensamento da Igreja Católica e pela perspectiva funcionalista –, é possível identificar uma semelhança entre os objetivos profissionais e as requisições institucionais.

A partir da aproximação da profissão com a razão crítico-dialética e, por conseguinte, a hegemonia de um projeto profissional crítico transformador, os objetivos da profissão serão significativamente distintos dos objetivos socioinstitucionais. Dessa forma, a dicotomia entre as demandas profissionais e as demandas institucionais acentua as contradições no âmbito da prática profissional dos

assistentes sociais.

As demandas institucionais dirigidas ao Serviço Social – que se gestam no cotidiano do movimento contraditório das classes sociais na sociedade capitalista –, requisitam respostas profissionais sobre as condições objetivas do real. É sob esta contradição posta aos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, permeado pelos distintos interesses das classes sociais, que imprimimos no cotidiano profissional uma direção social a nossa intervenção, reafirmando um ou outro projeto societário (Netto e Braz, 2009).

Assim, o Serviço Social estará submetido ao discurso ideológico das classes dominantes, enfrentando no seu cotidiano profissional os desafios das contradições e tensões entre atender as demandas que lhe são eticamente essenciais na construção de seu projeto societário, ao mesmo tempo em que enfrenta incumbência de responder as demandas institucionais.

Nas palavras de Yamamoto (2015, p. 220):

[...] a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social — moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo — decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche.

No contexto da crise mundial do capitalismo desde a década de 1970 há profundas transformações engendradas pelo capital no âmbito do trabalho e da vida social. Nesse sentido, observa-se novas configurações das expressões da questão social em razão da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais (Raichelis, 2011).

Bem como salientado no primeiro capítulo, Raichelis (2011) nos indica que no contexto brasileiro a partir da década de 1990 se expressam novas e diversificadas manifestações do processo de flexibilização e precarização do trabalho, consequência dos influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e a ofensiva das

políticas neoliberais⁸¹.

Este contexto de modificações no âmbito do trabalho para garantir a manutenção do capital incide no cotidiano de trabalho profissional dos assistentes sociais. Enquanto trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho, enfrentam questões marcadas pela instabilidade e rotatividade do trabalho, rebaixamento salarial, formas precárias de contratação, metas de produtividade, entre tantas outras questões comuns a todos os trabalhadores no modo de produção “[...] essencialmente destrutivo, que se baseia, principalmente, na terceirização do trabalho, no trabalho parcial, temporário, instável e irregular” (Lins, 2015, p. 102).

Instalam-se, portanto, os principais desafios ao Serviço Social no cotidiano da intervenção profissional na atualidade. De acordo com Raichelis (2011), a contratação da força de trabalho especializada dos assistentes sociais nos moldes do mercado de trabalho condiciona o trabalho profissional à específicas determinações socioinstitucionais.

Este cenário incide diretamente na autonomia profissional dos assistentes sociais, pois a sua condição de trabalhador assalariado suprime o controle sobre a condução do seu exercício profissional em sintonia com seus objetivos profissionais. Assim, como nos indica Iamamoto (2015), o assistente social dispõe de uma relativa autonomia para imprimir no cotidiano de trabalho uma direção social ao exercício profissional.

Nesse sentido, o assistente social fundamentado na razão crítico-dialética será capaz de desvelar as reais determinações contidas nas necessidades e demandas

⁸¹ Analisando o contexto brasileiro, Lins (2015, p. 97-98) indica-nos as quatro formas de flexibilização praticadas no decorrer da desregulamentação econômica: “a) Flexibilidade produtiva ou organizacional: [...] essa flexibilidade introduzida pela reestruturação da empresa permite o ajuste do uso da força de trabalho, o que pode ocorrer de forma paralela e independente da alteração via negociação coletiva ou lei. Esse processo redefine a forma da relação capital e trabalho, bem como modifica a relação do trabalhador com a empresa e/ou instituição.; b) Flexibilidade da jornada e das funções: possibilita um sincronismo entre o nível de produção e a demanda de trabalho, fazendo ajustes para administrar os horários, as modalidades de tarefas e a evolução das responsabilidades. Desse modo, é possível livrar-se das horas extras e racionalizar a utilização do tempo de trabalho durante uma jornada anual [...]; c) Flexibilidade salarial: nesse tipo de flexibilidade, o salário flutua de acordo com a produtividade do trabalho e de outros aspectos (prêmios, sugestões, etc.), com tendência à descentralização e à individualização de sua determinação. De maneira geral, a tendência é fixar uma remuneração mais baixa, ficando uma parte dos vencimentos na dependência do cumprimento de metas pré-estabelecidas. d) Flexibilidade quantitativa ou numérica: a empresa e/ou instituição tem mais liberdade para empregar ou demitir de acordo com as necessidades de produção, mediante estratégia de redução de custos [...]”.

sociais que no espaço socioinstitucional manifestam-se como requisições neutras. A partir do direcionamento ético e político que o assistente social, dispendo de uma autonomia relativa garantida pelas normativas profissionais, conseguirá apreender criticamente a realidade social, reelaborar as requisições institucionais e construir estratégias que viabilizem respostas profissionais ancoradas nos valores e princípios do projeto ético-político hegemônico.

Desse modo, o cotidiano do trabalho do assistente social é atravessado pela contradição entre a direção social que o profissional deseja imprimir no seu cotidiano de trabalho – quando orientado pelo projeto ético-político hegemônico no Serviço Social – e as exigências institucionais que condicionam um conjunto de determinações ao exercício profissional do assistente social (Iamamoto, 2015).

As transformações contemporâneas que impactaram o mundo do trabalho, provocaram um rearranjo no aparelho do Estado e nas políticas sociais. Com as modificações advindas da política neoliberal evidencia-se disputas entre os projetos das classes sociais, desencadeando novas demandas e requisições para o Serviço Social.

Observa-se neste cenário um significativo alargamento do mercado de trabalho profissional do assistente social no campo das políticas de Seguridade Social, especialmente após a implementação do Sistema Único de Assistência Social. No entanto, ao passo que se expandem as possibilidades de inserção do Serviço Social nas políticas sociais, intensificam-se os processos de precarização das condições em que este trabalho profissional se realiza.

Nas palavras de Raichelis (2011, p. 432):

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

Portanto, sob a égide da financeirização do capital a partir da reestruturação

produtiva são flexibilizadas as relações de produção e de trabalho, ocasionando o aprofundamento das expressões da questão social, e por conseguinte, apresentando-se um processo de precarização, focalização e descentralização das políticas públicas sociais.

Nas palavras de Alencar e Granemann (2009, p. 163):

A lógica do capitalismo, atualmente potencializada, é a de expulsar o trabalho vivo do processo de trabalho como estratégia de valorização do capital. Nesse caso, reproduz-se hoje na lógica estrutural do capital uma massa de trabalhadores que, de fato, torna-se excluída do processo de trabalho, tendo pouca ou quase nenhuma chance de inserir-se novamente no circuito do grande capital, restando-lhes apenas as ocupações contingentes. Para Alves, o “excedente” interverte-se em “excluído”. Desse modo, surgem os novos excluídos da “nova ordem capitalista”, que são as massas de desempregados (e subproletários) do sistema de exploração do capital.

As autoras ainda demarcam que tal contexto rebate no Serviço Social na medida em que há o aumento das demandas da classe trabalhadora no âmbito de sua reprodução social, bem como na modificação do processo de gestão da política social a partir das concepções neoliberais – que moralizam a questão social – em articulação com a própria precarização das relações de trabalho e condições de vida do assistente social enquanto trabalhador assalariado.

As redefinições da estrutura das políticas sociais no país em decorrência das novas configurações do aparelho estatal, influenciam propriamente as condições de trabalho dos/as assistentes sociais, tanto no que se refere as suas condições éticas e técnicas, quanto as requisições institucionais de cunho conservador incompatíveis com as atividades previstas na lei que regulamenta a profissão.

Nesse sentido, o estágio atual do modo de produção capitalista conduz os assistentes sociais aos dilemas da alienação do trabalho, dilemas estes indissociáveis do trabalho assalariado. Conforme corroboram Alencar e Granemann (2009, p. 167), o atual contexto histórico regressivo para a classe trabalhadora é reproduzido no cotidiano de trabalho dos profissionais, que esbarram em condições restritas para sua autonomia técnica e teórico-política.

Nesse sentido, compreender o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo e socialmente combinado, que possui significado social enquanto partícipe no processo de produção e reprodução das relações sociais e de classes, implica compreender o assistente social enquanto um

trabalhador assalariado e subordinado ao poder institucional.

A partir de sua inserção nos mais variados espaços socioinstitucionais, os assistentes sociais executam o rol de atividades descritas e regulamentadas nos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993). Assim, requisitados a atuar sobre as condições objetivas do real, isto é, na relação contraditória e polarizada dos interesses históricos das classes sociais, os profissionais exercem suas competências profissionais e atribuições privativas que sofrem consideráveis alterações dado o contexto contemporâneo (Iamamoto, 2015).

Desse modo, a prática profissional do assistente social é permeada pelas situações singulares vividas pela classe trabalhadora no âmbito do cotidiano das diversas esferas da vida, seja na saúde, habitação, educação, lazer, entre outras.

Tais situações são atravessadas por determinações de classes, o que significa dizer que o Serviço Social responde tanto às requisições do capital como as demandas da classe que sobrevive da venda da sua força de trabalho, podendo fortalecer nas suas ações um destes polos.

Como já salientado, a dinâmica das transformações sociais interfere diretamente nas exigências imediatas do mercado de trabalho profissional para o assistente social. Este cenário – que exige respostas profissionais mais criativas e eficazes – propicia uma crescente segmentação das atividades profissionais, requerendo para o exercício profissional dos assistentes sociais especializações para uma intervenção localizada.

Nesse sentido, a formação profissional em Serviço Social que tem um perfil generalista, é cada vez mais pressionada a afunilar-se para especializações, ou seja, é requerido uma formação em saúde, habitação, gestão de recursos humanos, infância e adolescência, relações de trabalho, assessoria a movimentos sociais, envelhecimento, entre outras várias áreas de atuação profissional.

Netto (1996) sinalizou em suas projeções para a profissão tal problemática no campo da formação acadêmica. Tal tendência:

[...] além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, acabará por alijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação com toda investigação que não seja “aplicada”; converterá a profissão num elenco de tecnicidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada (Netto, 1996, p. 125).

Desse modo, observamos na contemporaneidade uma tendência das políticas educacionais em formar um determinado perfil profissional voltado para a lógica da mercadoria, isto é, para atender às necessidades do capital. Este cenário conduz desafios para o projeto profissional que tem em seu horizonte o enfrentamento aos limites postos pela sociedade burguesa.

Importa-nos destacar que, como nos alerta Netto (1999), o projeto ético-político é hegemônico e, portanto, o Serviço Social “[...] não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras” (p. 17). No entanto, a conjuntura atual de tensões entre projetos das classes sociais impõe disputas entre distintos projetos no interior da profissão. observa-se o acirramento da disputa entre distintos projetos profissionais no interior da profissão.

Conforme os grifos de Barroco (2011), desde a década de 1970 – em razão dos efeitos da estrutura socioeconômica do neoliberalismo –, houve a ascensão de movimentos da extrema direita no mundo. Este cenário intensifica as violências contra grupos sociais historicamente explorados e oprimidos, como a violência policial contra a população negra periférica – especialmente os jovens, o feminicídio, a homofobia, a perseguição contra indígenas, contra imigrantes, a crescente intolerância religiosa, os movimentos antidemocráticos, dentre outras expressões reacionárias.

Nesse sentido, no atual quadro do capitalismo há o avanço do pensamento conservador com traços fascistas que coloca em xeque o Estado democrático e retrocede os direitos conquistados pela classe trabalhadora. As medidas de contrarreformas do Estado ampliam as desigualdades sociais e intensificam a precarização das condições de trabalho e da formação profissional.

Essa conjuntura impacta diretamente na construção de um perfil profissional crítico e comprometido com um projeto societário emancipatório. Os dados apresentados por Abreu (2016) indicam que 81% dos cursos de Serviço Social são oferecidos por instituições privadas. No que tange ao número de matrículas nas modalidades de ensino, as instituições privadas oferecem cerca de 80 mil vagas, enquanto as instituições públicas disponibilizam em torno de 16 mil vagas.

Os números são ainda mais alarmantes quando a autora explana que somente 25% dos cursos de Serviço Social na modalidade presencial são filiados à ABEPSS, ou seja, “uma pequena parcela dos cursos existente estaria comprometida com a construção coletiva da formação coordenada por esta entidade” (Abreu, 2016, p. 254).

Isso significa que o aligeiramento da formação profissional impõe inúmeros desafios ao perfil profissional vislumbrado pelo projeto ético-político crítico hegemônico, uma vez que as unidades de ensino que oferecem a formação acadêmica em Serviço Social na atualidade – em especial na modalidade à distância –, não fornecem uma formação fundamentada na unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

Por tudo isso, espero ter evidenciado o quanto precisamos nos valer dos fundamentos teórico-metodológicos para entender a dinâmica dos nossos espaços cotidianos de vida e de trabalho, o papel do Estado no metabolismo e o significado histórico das políticas sociais que enraízam práticas autoritárias que se sustentam em uma cultura punitivista, higienista, machista, racista, de apologia à violência, em especial em uma política como a da Assistência Social, mas não apenas, já que hoje pela via dos algoritmos e plataformas, o controle e vigilância da população pobre são realizados por meio de várias políticas sociais. A lógica do capital nos “aprisiona”, nos institucionaliza, nos acultura, exigindo de nós a capacidade de não nos submetemos a essa lógica destruidora de nossos valores, princípios e convicções (Guerra, 2023, p. 52).

Apesar do cenário desafiador para nós que delineamos um projeto profissional articulado à valores e princípios que fortalecem a luta da classe trabalhadora e se opõe ao capital e suas formas de exploração e opressão, é necessário fortalecermos os espaços de resistência através da organização coletiva para reafirmar a concepção de profissão que defendemos. Para isto, necessita-se “[...] adensar os estudos sobre o legado marxiano e de sua tradição como referência insubstituível à crítica radical e anticapitalista” (Moljo; Silva, 2018, p. 141), na defesa por uma formação profissional de qualidade socialmente referenciada.

A formação profissional nesta perspectiva proporciona a apreensão crítica das dimensões constitutivas da profissão, possibilitando, portanto, o desvelamento das reais determinações das demandas que aparecem para o/a assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

3.2. AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO: A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA EM FOCO

Assimilar o Serviço Social como parte do processo de reprodução social, considerando, portanto, que a sua prática profissional se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho, implica em compreender que a sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social onde derivam as demandas para os espaços socioinstitucionais em que os assistentes sociais atuam.

Para realizar o trabalho profissional, os assistentes sociais acionam um conjunto de instrumentos e técnicas que permitem viabilizar a inserção da profissão nas diversas formas de enfrentamento das expressões da questão social (Trindade, 2001). De acordo com a autora, o instrumental técnico-operativo enquanto mediadores da intervenção prática participam da realização dos impactos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais.

Assim, o uso do instrumental técnico-operativo é determinado tanto pelas alterações no movimento de mudanças da base sócio-organizacional, quanto pelas respostas profissionais que refletem os projetos profissionais elaborados pela categoria nas diferentes conjunturas. Desse modo, o instrumental é parte da direção teórico-política da prática profissional, uma vez que se relaciona às demandas concretas postas à profissão e às dimensões da prática profissional.

Embora a racionalidade formal-abstrata apresente o instrumental de modo meramente técnico e neutro, a racionalidade crítica e reflexiva fundamentada pela concepção marxista demarca que os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social são um conjunto articulado historicamente e, portanto, possui mediações políticas (Trindade, 2001). Assim:

Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político (Guerra, 2017, p. 51).

Desse modo, a prática profissional do assistente social constitui-se em uma totalidade de múltiplas dimensões “[...] que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si” (Guerra, 2017), o que significa dizer que as dimensões da prática profissional dos assistentes sociais possuem uma relação de unidade, isto é, são indissociáveis.

Nesse sentido, segundo os grifos de Guerra (2017), as respostas profissionais-instrumentais dadas pelos assistentes sociais no cotidiano da intervenção profissional se alicerçam em um conjunto de proposições teóricas, em determinado projeto societário e, portanto, em princípios e valores éticos que direcionam o fazer profissional. Assim, esta inerente relação é visivelmente manifesta na dimensão técnico-operativa, que se constitui no modo de aparecer da profissão.

No entanto, é importante destacar que, ainda que a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa possuem tal relação intrínseca, elas também possuem suas próprias particularidades e suas características próprias.

De acordo com Santos (2003), a dimensão teórico-metodológica refere-se ao referencial teórico, isto é, o campo de conhecimento em que o profissional fundamenta a sua atuação. Assim, o fazer profissional é subsidiado por alguma matriz do pensamento social que conforma uma análise da realidade, um modo de perceber e de intervir nesta realidade.

O desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social – exposto ao longo de todo o primeiro capítulo deste trabalho –, evidencia que a profissão aparece especialmente influenciada pelas duas grandes vertentes teóricas da razão moderna: o positivismo, criado por Augusto Comte e modernizado por Émile Durkheim, e pela razão crítica-dialética de Marx.

Importa-nos destacar ainda a sociologia compreensiva de Max Weber, que não antagoniza o pensamento positivista de Durkheim, mas se diferencia quando a metodologia em que Weber defende parte do ponto de vista do que o autor denomina enquanto “tipo ideal”.

Isto é, a concepção metodológica do sociólogo visa conduzir o investigador frente a um fenômeno, criando uma noção de um tipo ideal que busca alicerçar à pesquisa sociológica a partir da constituição de conceitos que proporcionam a referida análise da sociedade. Nas palavras do autor:

Na teoria econômica abstrata temos um exemplo dessas sínteses a que se costuma dar o nome de “idéias” dos fenômenos históricos. Oferece-nos um *quadro ideal* dos eventos no mercado de bens de consumo, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da concorrência livre e de uma ação estritamente racional. Este quadro do pensamento reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmos não contraditório de relações *pensadas*. Pelo seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma *utopia*, obtida mediante a acentuação *mental* de determinados elementos da realidade. A sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se *comprove* ou *suspeite* de que determinadas relações – do tipo das representadas de modo abstrato na citada construção, a saber, as dos acontecimentos dependentes do “mercado” – chegaram a atuar em algum grau sobre a *natureza particular* dessas relações mediante um *tipo ideal*. Esta possibilidade pode ser valiosa, e mesmo indispensável, tanto para a investigação como para a exposição (Weber, 2004, p. 105, grifos do autor).

Para o autor, o tipo ideal será um instrumento teórico-analítico que reunirá alguns elementos da realidade social e que orientará o pesquisador como um protótipo de conceitos para analisar a sociedade. Desse modo, para que se conheça a realidade social, faz-se necessário destacar algumas características do objeto que se propõe analisar buscando “[...] formar um quadro homogêneo de pensamento” (Weber, 2004, p. 106).

Em resumo, o método em Weber consiste no vislumbre de um quadro teórico pensado, ou seja, não se apoia na realidade social, mas cria-se uma idealização do fenômeno uma vez que para Weber, esta realidade social só é assimilada quando o pesquisador seleciona alguns traços da realidade que permitem dar clareza ao objeto a ser observado, isto é, “para explicar um acontecimento concreto, o cientista agrupa uma certa constelação de fatores que lhe permitam dar sentido a esta realidade particular” (Quintaneiro *et. al.*, 2002, p. 100).

Dessa maneira, destacamos que a metodologia construída por Weber pressupõe à uma neutralidade no âmbito das ciências sociais, como destaca Löwy (1991, p. 50):

[...] Max Weber considera que a ciência social não apenas pode, como deve ser livre de juízos de valor, axiologicamente neutra – *Wertfrei*. Ele considera que, uma vez definido o objeto da investigação, o processo de investigação empírica que será desenvolvido está submetido a certas regras objetivas e universais da ciência, não dependem de valores. Os instrumentos conceituais usados dependem de valores, mas a maneira de usá-los para chegar à verdade se relaciona a regras gerais, universais, que valem para qualquer investigação. Desse modo, as pressuposições da pesquisa são

subjetivas, dependem de valores, mas os resultados da investigação devem ser inteiramente objetivos, isto é, válidos para qualquer investigador, seja qual for o seu ponto de vista, suas pressuposições morais ou políticas (grifos do autor).

Nesse sentido, partindo dos grifos de Löwy (1991) é possível afirmar que Weber parte de um pressuposto idealista da realidade, uma vez que se utiliza dessa idealização para, assim, confrontá-la. Pode-se dizer então, que essa perspectiva analítica – que prevê uma teoria neutra nas ciências sociais –, traz consigo uma ideologia quando se produz opondo-se à história e, por consequência, acriticamente.

O positivismo sociológico de Durkheim fundado na razão formalizadora institucionaliza a racionalidade formal-abstrata na investigação das estruturas sociais “[...] uma vez que sua preocupação se estende para uma intervenção nesta sociedade para além de um método de conhecimento (Santos, 2003, p. 29).

Desse modo, a autora nos indica que a matriz positivista compreende que a realidade se constitui essencialmente daquilo que os nossos sentidos podem apreender. Concebem ainda que as ciências humanas e as ciências naturais diferenciam-se no objeto de estudo, porém partilham do mesmo fundamento lógico e metodológico. Ademais, o pensamento positivista compreende que a ciência deve focar no fato, desprendendo-se do valor.

Diante tais afirmativas, Santos (2003, p. 29) versa:

[...] a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social; as ciências sociais devem descobrir as leis invariáveis e independentes que a regulam; os métodos e técnicas para se conhecer uma sociedade são da mesma natureza que os empregados nas ciências naturais; o conhecimento objetivo, livre de juízo de valor tem primazia, e os cientistas sociais, portanto devem calar as paixões e, nesse silêncio, iniciar seu estudo objetivo e neutro; os fatos sociais devem ser tratados como “coisa”, podendo assim ser descritos, classificados com precisão e de forma independente das ideias do cientista sobre a realidade social.

Nesse sentido, esta matriz positivista em que se assenta a racionalidade formal-abstrata teve grande repercussão no final do século XIX e início do século XX, influenciando na gênese do Serviço Social. Com o agravamento da “questão social” na fase monopólica do capitalismo, o Estado busca solucionar as sequelas da “questão social” pela racionalidade positivista (Santos, 2003).

A partir da incorporação de elementos do Serviço Social norte-americano, o Serviço Social brasileiro dedica-se neste período aos “métodos” de trabalho com

indivíduos, grupos e comunidades. Tais intervenções baseiam-se por determinados fundamentos teórico-metodológicos, neste momento, pelo pensamento positivista que ao analisar a realidade social culpabiliza os sujeitos sociais pela sua condição – considerando-os desajustados à normalidade –, remetendo ao tratamento moral e higienizador das expressões da questão social.

Nas palavras de Guerra (2023, p. 51):

Dentre as diversas expressões desta racionalidade, podemos identificar a tendência de classificar e categorizar a condição social dos sujeitos para serem inseridos em uma das políticas/programas sociais fragmentadas, a qual demandará a utilização de instrumentos específicos (a exemplo das práticas de caso, grupo, comunidade). Essa racionalidade também se reflete, muitas vezes, na utilização do instrumental tradicional, especialmente nas entrevistas e nas visitas domiciliares, na medida em que ao utilizar estes instrumentos a e o profissional adotam um perfil fiscalizador.

Nesse sentido, o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade marcam a trajetória intelectual da profissão a ênfase no “como fazer”, sendo, portanto, a herança cultural conservadora da profissão (Santos, 2003). Desse modo, há no interior da profissão o início de um processo que demarca a busca por outro referencial teórico que pretende romper com o período do “metodologismo” no Serviço Social: o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro⁸².

Santos (2003) nos indica que este processo foi responsável por marcar o pluralismo teórico-metodológico no bojo da profissão, pois as vertentes que estabeleceram debates com o tradicionalismo do Serviço Social se fundamentavam de perspectivas teóricas distintas: a modernização conservadora e a reatualização do conservadorismo pautavam-se nas vertentes sistêmicas-positivistas e na fenomenologia; e a vertente de intenção de ruptura, que buscou respaldo teórico na teoria social de Marx.

Assim, esta vertente crítico-dialética que se inspira na tradição marxista concebe a relação de unidade entre teoria e prática. A teoria social de Marx vislumbra compreender as mediações que aglutinam as dimensões do universal às singularidades da realidade social.

Desse modo, o método dialético materialista possui enquanto elemento a reprodução conceitual do movimento do real, em toda sua dinâmica e

⁸² O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro é estudado no subitem 2.2.1 do primeiro capítulo desta dissertação.

contraditoriedade. Marx, em divergência à concepção idealista de Hegel, expõe que não é o mundo das ideias que determina o real, mas sim o seu inverso enquanto concreto pensado.

É o real enquanto aparência que tem existência objetiva e concreta, reproduzido para o plano ideal – o pensamento –, quando ocorre o processo de abstração pelo sujeito que é externalizado – enquanto concreto pensado – que determina o conhecimento do real em sua essência. Assim:

[...] o conhecimento se realiza pela apreensão dos fundamentos histórico-ontológicos da realidade pela via do método materialista histórico-dialético, o qual pressupõe uma relação intrínseca entre sujeito e objeto do conhecimento, a partir da apreensão das categorias constitutivas da própria realidade. Só essa fundamentação permite conceber a necessidade social da profissão que nasce de demandas concretas da ordem burguesa em determinado contexto sócio-histórico, econômico e ideológico (Guerra, 2023, p. 53).

Desse modo, foi a partir da aproximação da categoria profissional com a teoria social de Marx que o Serviço Social construiu um novo projeto profissional vinculado aos interesses dos setores subalternos da sociedade. Este projeto de profissão que se alinha a valores e princípios emancipatórios é expresso na aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993, nas novas diretrizes para a formação profissional aprovadas em 1996 e no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, de 1993.

Dessa maneira, a contribuição histórica de Marx nos apontou um direcionamento teórico-metodológico para o conhecimento do movimento histórico do real, ou seja, para o conhecimento real e concreto da realidade, a qual não é estática, pois está em constante movimento, e por isso, em constante transformação.

Assim, a apreensão das categorias teóricas da razão crítico-dialética de Marx e de autores da tradição marxista possibilita aos assistentes sociais desvendar as mediações que constituem os processos sociais e captar a natureza que fundamenta as demandas que surgem no cotidiano de trabalho profissional (Guerra, 2023).

A vida cotidiana enquanto espaço de constituição, produção e reprodução da vida social dos indivíduos, é insuprimível e ineliminável. Para Heller (1985), a vida cotidiana é a vida de todo homem inteiro, com todos os aspectos da sua personalidade e de sua individualidade.

O indivíduo já nasce inserido na vida cotidiana, que é em grande medida, heterogênea. Nesse sentido, a heterogeneidade é um dado ontológico da vida

cotidiana, pois é no cotidiano que se organiza o trabalho, a vida privada, os lazeres, entre outras partes orgânicas da cotidianidade.

Desse modo, Heller (1985) indica que há uma hierarquia na vida cotidiana, responsável por ordenar as diferentes atividades que constituem a cotidianidade. Esta hierarquia se modifica em razão das diferentes estruturas econômico-sociais⁸³. Assim:

A heterogeneidade e a ordem hierárquica (que é condição de organicidade) da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicitação “normal” da produção e da reprodução, não apenas no “campo da produção” em sentido estrito, mas também no que se refere às formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir essa “explicitação normal” da cotidianidade; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo (Heller, 1985, p. 18).

A partir do movimento das partes orgânicas da vida cotidiana que o homem atinge o seu amadurecimento, sendo capaz de viver por si mesmo pois “[...] adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão” (Heller, 1985, p. 18). Dessa maneira, o indivíduo aprende na sua relação com a família, na escola ou em pequenas comunidades a dominar a manipulação das coisas necessárias para a reprodução da vida cotidiana, o que significa, portanto, que os indivíduos ao se apropriarem dos costumes, dos hábitos, normas e da ética de determinada sociedade, assimilam as relações sociais.

Desse modo, a vida cotidiana não se desloca da história, ela é “[...] um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais” (Netto; Carvalho, 2012, p. 67), é a essência do acontecer histórico, é o centro da substância social (Heller, 1985).

O cotidiano é a vida do indivíduo – este que é, ao mesmo tempo, ser particular e ser genérico. A particularidade manifesta o ser individual do homem, não apenas o seu ser “isolado”. Por esta razão, Heller (1985) indica que a particularidade social é

⁸³ “Assim, por exemplo, nos tempos pré-históricos, o trabalho ocupou um lugar dominante nessa hierarquia; e, para determinadas classes trabalhadoras (para os servos, por exemplo), essa mesma hierarquia se manteve durante ainda muito tempo; toda a vida cotidiana se constituía em torno da organização do trabalho, à qual se subordinavam todas as demais formas de atividade. Em troca, para a população livre da Ática do século V antes da nossa era ocupavam o lugar central da vida cotidiana a atividade social, a contemplação, o divertimento (cultivo das faculdades físicas e mentais), e as demais formas de atividade agrupavam-se em torno destas numa gradação hierárquica” (Heller, 1985, p. 18).

caracterizada pela unicidade e irrepetibilidade, que são componentes ontológicos fundamentais da cotidianidade.

Isto é, o que distingue o mundo dos homens das esferas naturais são os atos teleológicos, a consciência, a capacidade cognitiva do homem (Lukács, 2013). Assim, o animal produz o que necessita imediatamente, isto é, a sua reprodução biológica. Já o homem produz para si e para o outro.

Nesse sentido, o homem produz a si mesmo e o próprio mundo, isto é, o homem se autoconstrói. Nessa angulação, Lukács (2013) aponta que a história humana é o afastamento das barreiras naturais, uma vez que o ser social rearranja as categorias da natureza – transformando-as em categorias especificamente sociais, isto é, categorias sociais puras.

A partir da consciência das necessidades propriamente humanas que os indivíduos buscam a sua realização espiritual e social através dessa dinâmica da realização das necessidades do “Eu”. No entanto, só é possível suprir as necessidades do Eu através do trabalho.

Para Lukács (2013), o trabalho é a posição teleológica primária desenvolvida pelo homem, é a pedra angular da construção da realidade social, a mediação ineliminável do salto ontológico. Para explicar essa questão, nada melhor do que trazer aqui as palavras do próprio Lukács (2013, p. 47):

[...] através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito - mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. E claro, [...] que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária. O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia.

A transformação da realidade através do engendramento de objetos que não existem na natureza, só é possível através do pensamento conceitual – o que pressupõe uma finalidade –, aplicado na primeira atividade que é desenvolvida pelo homem, isto é, o trabalho. Ao apoderar-se da natureza e transformá-la em um novo

modo de ser, o homem produz “[...] novas possibilidades de funções através de cujo pôr-em-movimento tornam efetível o fim teleologicamente posto” (Lukács, 2013, p. 54).

A modificação da realidade só é possível pela razão. Segundo Lukács (2013), a razão advém da experiência humana com o mundo. Para exemplificar tal apontamento, o autor de forma habilidosa cita a escolha da pedra como um instrumento. A distinção entre a pedra adequada ou não para a finalidade pretendida, ou seja, o reconhecimento das propriedades da pedra que a faz mais apropriada para tal atividade, advém da elaboração na consciência da observação e da experiência.

Assim:

Trata-se de duas alternativas relacionadas entre si de maneira heterogênea. Primeira: é certo ou é errado escolher tal pedra para determinado fim? Segunda: o fim posto é certo ou é errado? Vale dizer: uma pedra é realmente um instrumento adequado para esse fim posto? É fácil de ver que ambas as alternativas só podem desenvolver-se partindo de um **sistema de espelhamento da realidade** (quer dizer, um sistema de atos não existentes em si) que funciona dinamicamente e que é dinamicamente elaborado (Lukács, 2013, p. 71 – grifos nossos).

Lukács (2013) afirma haver dois atos heterogêneos constitutivos do complexo trabalho: o espelhamento correto dos nexos causais, isto é, o espelhamento mais exato possível da realidade considerada e o pôr em movimento desses nexos causais, ou seja, correlato pôr daquelas cadeias causais que são indispensáveis para a realização do pôr teleológico.

Nesse sentido, o momento ideal (pensar) e o momento material (produção) constitui-se em uma unidade dialética. As leis da natureza existem independentemente da consciência, assim como a relação espelhamento e realidade. No entanto, a consciência que espelha a realidade passa a ter certo caráter de “possibilidade” da realização de novas objetividades. Conforme os grifos de Lukács (2013, p. 67):

[...] o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado, ele é o exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro lado, e ao mesmo tempo, é o veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade.

Sendo assim, o reflexo/espelhamento é um ato cognitivo, é a abstração da realidade própria. Nesse processo, a reprodução se sobressai da realidade reproduzida, [...] coagulando-se numa "realidade" própria na consciência” (Lukács, 2013, p. 66)⁸⁴.

Desse modo, a capacidade abstrativa humana existe por meio da existência de propósitos, de finalidades. A passagem entre a possibilidade para a realidade existe mediante a categoria alternativa. A decisão entre alternativas, onde o homem decide sobre suas escolhas conscientes, é o fator preponderante do pôr teleológico.

O momento preponderante [*übergreifenden moment*] diferencia os homens dos animais, uma vez que para os animais a natureza não pode ser transformada, é algo dado. Para o homem, o conhecimento da natureza através do caráter cognitivo oportuniza – através do trabalho – satisfazer uma necessidade [*bedürfnis*] a partir da transformação da natureza, da produção social (Lukács, 2013).

Desse modo, é no campo de possibilidades que o homem decide. Sua capacidade de decidir entre alternativas é a forma originária da liberdade humana no complexo trabalho. Portanto, a escolha entre a alternativas concretas se configura como um exercício de liberdade, não havendo então liberdade sem a necessidade.

A peculiaridade da alternativa aparece ainda mais plasticamente num nível um pouco mais desenvolvido, isto é, não só quando a pedra é escolhida e usada como instrumento de trabalho, mas, em vez disso, para que se torne um melhor meio de trabalho, é submetida a um ulterior processo de elaboração. Neste caso, quando o trabalho é realizado num sentido mais estrito, a alternativa revela ainda mais claramente a sua verdadeira essência: não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas (Lukács, 2013, p. 71).

Assim:

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral [...]; mas também podem estar moralmente motivadas [...]. *Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana* (Heller, 1985, p. 24, grifos da autora).

⁸⁴ Lukács (2013) justifica o uso das aspas quando menciona realidade, visto que, o espelhamento na consciência possibilita a gênese de uma nova forma de objetividade, não de realidade.

Nesse sentido, a autora afirma que grande parte das ações e escolhas dos sujeitos possuem motivação heterogênea. As motivações morais e particulares “[...] encontram-se e se unem, de modo que a elevação acima do particular-individual jamais se produz de maneira completa, nem jamais deixa de existir inteiramente, mas ocorre geralmente em maior ou menor medida” (Heller, 1985, p. 25).

Compreendendo o cotidiano como lugar social em que o homem se expressa como indivíduo e humano-genérico, não há uma divisão entre a moral e as esferas do cotidiano, pois os valores são produtos da ética. Por esta razão, Heller (1985, p. 26) afirma que “em nenhuma esfera da atividade humana (e não apenas no caso da elevação moral), é possível traçar uma linha divisória rigorosa e rígida entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano”.

Para Heller (1985), a homogeneização é a mediação necessária para a superação dialética parcial ou total da particularidade para a elevação ao humano-genérico. A homogeneização, para a autora, significa “[...] por um lado, que concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa” (p. 27). Ademais, a autora salienta que “[...] a completa suspensão do particular-individual, a transformação em “homem inteiramente”, é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos” (p. 28).

Isto significa dizer que a vida cotidiana propicia aos indivíduos uma tendência ao imediato, ao espontâneo. O pensamento cotidiano orienta os indivíduos somente no eu individual-particular, assim, o indivíduo se percebe somente como ser singular. Assim, os procedimentos homogeneizadores que possibilitam a elevação ao humano-genérico⁸⁵ não ocasiona a exclusão da cotidianidade – que é ineliminável e insuprimível. São, portanto, suspensões da vida cotidiana que

Dessa forma, Heller (1985) explana que a vida cotidiana tem tendência à espontaneidade, isto é, os sujeitos assimilam de forma natural os comportamentos, os modos e os costumes da sociedade. Assim, no âmbito do cotidiano há a

⁸⁵ Fundamentada pelos escritos de Lukács na obra *Introdução a uma estética marxista*, Heller (1985) indica a arte e a ciência como formas de elevação acima da vida cotidiana que produzem objetivações duradouras.

predominância do espontaneísmo onde a ação e o pensamento se organizam para responder as demandas de forma imediata.

Desse modo, percebe-se que há na cotidianidade uma unidade imediata entre pensamento e ação, pois “[...] toda categoria da ação e do pensamento manifesta-se e funciona exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade; normalmente, não se manifesta com profundidade, amplitude [...] (Heller, 1985, p. 31).

Nesse sentido, o modo de pensar a realidade e agir sobre ela na sua imediaticidade caracteriza o pensamento cotidiano enquanto pragmático. Assim, as ações dos indivíduos na cotidianidade são permeadas pelos aspectos da confiança, da fé, dos juízos provisórios (e preconceitos), da analogia, da imitação, do hábito, da experiência, entre outros.

A partir destas características que Heller (1985) indica que a estrutura da vida cotidiana é um terreno propício para a alienação. Embora a vida cotidiana não seja ontologicamente alienada, são as circunstâncias sociais postas pela estrutura econômica da sociedade capitalista que acentuou a alienação do cotidiano.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. [...] O moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo essa contradição. Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessária, nem constitui uma condição prévia da orientação, mas nas quais aparece até mesmo como obstáculo para essa última (Heller, 1985, p. 38-39).

A moral é parte constitutiva do processo de socialização dos indivíduos, reproduz-se pelo hábito e expressa os valores socioculturais dominantes em dada época histórica. Desse modo “[...] a moral tem uma função integradora: estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade; entre ele e outros, entre sua consciência e sua prática” (Barroco, 2010, p. 43). Na alienação da vida cotidiana, a moral – impactada pelos juízos provisórios, pelos estereótipos, pelos preconceitos na unidade imediata entre ação e pensamento –, transforma-se em moralismo.

Segundo Barroco (2010), assim como na vida cotidiana a moral não é necessariamente alienada. Nas condições impostas pela sociabilidade burguesa, a moral é alienada para contribuir com a manutenção do “[...] ethos funcional à ordem social reificada” (p. 58), cumprindo, portanto, uma função ideológica.

Nessa perspectiva ontológica, quando a moral se vincula à liberdade ela objetiva o resgate do sujeito ético. Assim, a ética é compreendida enquanto a capacidade dos homens em realizar escolhas conscientes entre as alternativas e, tal escolha consciente do ser social requer a liberdade.

Assim, a reflexão ética é parte da práxis humana. Enquanto conjunto de valores, a ética possibilita o indivíduo a se desenvolver em seu gênero humano, em sua genericidade. Portanto, como ser capaz de agir eticamente, o indivíduo é capaz de projetar teleologicamente tais escolhas e agir para objetivá-la, isto é, atuar para transformar a realidade social.

Para Barroco (2010, p. 6):

Como tal, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano.

Na sociedade capitalista a ética é limitada e desigual. Quando apreendida como parte da práxis, a reflexão ética possibilita aos homens estabelecer mediações com suas capacidades humano-genéricas. Assim, a reflexão ética constitui-se como fundamental para realizar a crítica à vida cotidiana “[...] em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias” (Barroco, 2010, p. 11).

Segundo os apontamentos da autora, a ética profissional se objetiva como ação moral por meio da prática profissional. Ela se constitui por uma dimensão filosófica, do modo de ser da profissão, das implicações ético-políticas e do conjunto de valores, deveres e princípios regulamentados pelo Código de Ética Profissional. ação moral através da prática profissional.

A partir dos fundamentos ontológicos e históricos da ética que o Serviço Social redefine o seu Código de Ética Profissional, a sua Lei de Regulamentação da Profissão, assim como a sua lógica curricular na década de 1990. Este processo tem sua gênese no Movimento de Reconceituação latino-americano – indicado no primeiro capítulo deste trabalho –, em que a categoria profissional questiona a clara vinculação do Serviço Social tradicional com um projeto societário e político das classes dominantes, a suposta neutralidade na ação profissional e as concepções tecnicistas de profissão (Eiras, 2023).

Nesse sentido, compreende-se que há no âmbito da intervenção profissional uma dimensão de escolha e uma dimensão política. Isto significa dizer que “[...] o sujeito profissional não é neutro, e ao agir, coloca em movimento um conjunto de referências, valores morais e posicionamentos políticos” (Eiras, 2023, p. 61). Portanto, na dinâmica contraditória das classes sociais na sociedade do capital, a dimensão ético-política expressa a articulação da profissão à um projeto societário.

Conforme indicado no primeiro capítulo deste trabalho, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro demarca a incorporação da teoria social de Marx, o que oportunizou o intento de romper com as práticas tradicionais conservadoras. Assim, o Serviço Social assumiu um projeto profissional que se compromete aos valores ético-políticos emancipadores e que vislumbra, portanto, a superação da ordem capitalista.

Nesse processo, a profissão foi incorporando, complexificando e explicitando posições no campo político brasileiro e internacional, defendendo pautas progressistas que adensam as lutas no campo dos direitos sociais, nas disputas entre as classes, e contribuem no debate sobre a composição da classe trabalhadora, desde sua configuração diferenciada de gênero e diversidade sexual, étnico-racial, geracional, endossando o compromisso com a emancipação humana, com o pluralismo e o respeito à diversidade, e com a democracia (Eiras, 2023, p. 63).

O Código de Ética Profissional aprovado em 1993 se fundamenta na razão crítico-dialética e compreende a ética profissional “[...] em uma perspectiva histórica, enraizada nas questões contemporâneas, no atual estágio de desenvolvimento do ser social” (Eiras, 2023, p. 63). Os princípios que regem tal normativa incorporam as formulações progressivas defendidas pela classe trabalhadora, isto é, manifesta em seu horizonte valores emancipatórios como a liberdade, o exercício da democracia, a equidade e justiça social, os direitos humanos, o respeito à diversidade, entre outros⁸⁶.

⁸⁶ “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito

Nesse sentido, o Código de Ética dos assistentes sociais normatiza uma série de direitos e deveres das relações profissionais com o usuário, com as instituições empregadoras, com outros profissionais, com organizações da sociedade civil e com a justiça. Ainda traz uma série de elementos no que diz respeito ao sigilo profissional e suas responsabilidades gerais como assistentes sociais.

Importa-nos salientar que tais normatizações éticas não devem ser reconhecidas como um manual que determina o que pode e o que não pode ser feito nos diferentes espaços socioinstitucionais. Ao contrário, o Código de Ética deve ser encarado como um documento normativo orientador que conduz os profissionais nas suas conscientes escolhas teóricas, políticas e ideológicas.

Assim, compreendemos que os parâmetros normativo-jurídicos reguladores da intervenção profissional expressam o projeto profissional hegemônico da profissão que se vincula aos compromissos com a classe trabalhadora e os movimentos sociais na luta por uma sociedade emancipada (Barroco, 2010).

O projeto ético-político fundamentado na racionalidade crítica dialética de Marx vislumbra uma intervenção profissional do assistente social crítica, competente teórica, técnica e politicamente. Portanto, concordamos com Eiras (2023) quando afirma que a ação profissional se constitui da relação indissociável entre a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social (Eiras, 2023).

A dimensão teórico-metodológica possibilita ao assistente social reconhecer e desvendar as determinações sócio-históricas das demandas que aparecem no cotidiano do seu trabalho profissional que exprimem as contradições da sociedade capitalista. Isto posto, é a dimensão ético-política que “[...] explicita a direção e o horizonte da ação profissional, é ele que mostra os interesses, as lutas e os projetos com os quais nos vinculamos” (Eiras, 2023, p. 73).

às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição físicas” (CEP, 1993, p. 23).

O projeto ético-político do Serviço Social se fundamenta na crítica da sociedade burguesa e da sua sociabilidade, tendo como horizonte a construção de uma sociedade sem exploração e opressão. Desse modo, entendemos que o projeto profissional hegemônico é avesso ao modo de produção capitalista.

Apreender este caráter contra hegemônico do projeto ético-político, significa compreender que este não se materializa no campo da intervenção profissional⁸⁷. O que queremos dizer é que a transformação revolucionária da sociedade – horizonte este vislumbrado pelo projeto profissional –, é uma tarefa da classe trabalhadora.

É o conjunto dos trabalhadores que tem a responsabilidade de impulsionar o processo de revolução social. Assim, o assistente social – enquanto profissional inserido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais –, não tem a função de conformar uma nova sociabilidade, mas imbuído no direcionamento ético-político do projeto profissional hegemônico, o profissional pode construir respostas profissionais que potencializem a luta por uma outra sociedade (Paula *et al.*, 2017).

Ademais, o assistente social reconhecendo-se enquanto trabalhador assalariado e, portanto, compartilhando das angústias imputadas aos trabalhadores na sociabilidade do capital, pode – e deve – se organizar politicamente nos espaços coletivos da classe trabalhadora, como os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Para Paula *et al.* (2017, p. 11):

O desafio que está posto, hoje, a todo o conjunto dos trabalhadores – e entre eles, os assistentes sociais – é desenvolver táticas que possam mediar, no cotidiano da vida social, as estratégias que possuem como meta a luta pela construção de uma sociedade humana, dona do seu próprio destino. Portanto, enquanto trabalhador, esta passa a ser uma tarefa cuja responsabilidade é, também, dos assistentes sociais.

Nesse sentido, partindo do pressuposto que o exercício profissional se constitui em uma totalidade, não há como pensar a dimensão técnico-operativa do trabalho dos

⁸⁷ “Consideramos equivocada a intenção de “operacionalizar” ou “materializar”, ou ainda, “concretizar” os princípios defendidos em nosso projeto ético-político, diretamente no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, a materialização do projeto profissional nos parece muito mais colocada como um meio do que como um fim. A possível materialização dos objetivos construídos por um determinado projeto de profissão necessita de mediações, e mesmo essas não garantem a sua realização. Um projeto é sempre uma projeção, um horizonte que nos revela uma intencionalidade. Entre a esfera da intencionalidade e o campo da efetividade existem inúmeras mediações que incidem sobre a pretensa realização do que se intenciona” (Paula *et al.*, 2017, p. 11 - 12).

assistentes sociais descolada da sua relação de unidade com as dimensões ético-política e teórico-metodológica.

Ainda que compreendamos as dimensões nesta articulação, é importante destacar que as dimensões constitutivas da profissão possuem particularidades, especificidades e, por isso, Santos (2006) aponta que há uma unidade na diversidade.

Desse modo, é no movimento destas dimensões que a dimensão técnico-operativa se constitui como uma síntese do exercício profissional, o modo de ser da profissão. Como corrobora Guerra (2017, p. 50):

[...] a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo.

A inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho da sociedade capitalista exige respostas profissionais imediatas às demandas que lhe são postas. O lugar reservado ao Serviço Social na relação contraditória entre os interesses do capital e do trabalho evidencia o caráter político da intervenção profissional.

Logo, a dimensão técnico-operativa não é neutra, não é um simples manuseio dos instrumentos e técnicas e, portanto, não se reduz ao instrumental técnico-operativo. A execução da ação é fundamentada pela compreensão do significado da ação através da leitura dos processos sociais, pela projeção dos objetivos profissionais que se apoiam em valores e princípios éticos.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2017) indicam que a dimensão técnico-operativa se constitui da relação entre as ações profissionais, os procedimentos e os instrumentos. As ações profissionais são o fazer profissional, ou seja, as ações descritas nas competências e atribuições privativas na lei de regulamentação da profissão (orientação, encaminhamento, avaliação, planejamento, entre outras). Para o desenvolvimento de tais ações, o profissional realiza atividades de caráter individual, coletivo e administrativo-organizacional que mobilizam os instrumentos, isto é, as ferramentas.

Para os autores a dimensão técnico-operativa envolve os instrumentos, as técnicas e habilidades, as estratégias, as táticas, o conhecimento procedimental para manipular diferentes recursos, assim como a orientação teórico-metodológica e

direcionamento ético-político dos profissionais.

Para atender às demandas que lhe chegam nos diversos espaços socioinstitucionais, isto é, para a execução da ação profissional os assistentes sociais devem se guiar pelos quatro questionamentos fundamentais: por que fazer? para que fazer? como fazer? e, com o que fazer? (Guerra, 2017). As respostas para tais perguntas são encontradas nas dimensões constitutivas da profissão.

Nesse sentido, a dimensão teórico-metodológica é acionada quando o assistente social no cotidiano institucional se questiona o “por que fazer?”. É através da teoria que o orienta, que o profissional questiona qual o significado social do profissional e a sua funcionalidade ao Estado e suas estratégias de responder as crises do capitalismo, bem como possibilita a interpretação das determinações engendradas nas demandas institucionalizadas que lhe são postas (Paula, 2023).

A construção de respostas profissionais qualificadas ainda perpassa pela indagação “para que fazer?”. Paula (2023) explicita que o assistente social irá mobilizar a dimensão ético-política, estabelecendo, portanto, o objetivo da sua ação e o direcionamento do seu trabalho profissional. Através desta dimensão, as respostas profissionais estarão apoiadas num determinado projeto societário, em valores e princípios ético-políticos.

Ainda de acordo com Paula (2023), para a concretização da ação profissional os assistentes sociais questionam-se ainda “como fazer?” e “com o que fazer?”. Assim, para atingir os seus objetivos e suas finalidades profissionais, os assistentes sociais lançam mão de um conjunto articulado de instrumentos e técnicas adequados às demandas apresentadas pelos usuários.

Nesse sentido, a escolha dos instrumentos e técnicas não é neutra. Segundo as indicações de Santos e Noronha (2013), tal escolha perpassa por uma opção consciente que está intimamente relacionada às finalidades que se pretende alcançar e, portanto, se conecta diretamente à teoria social e aos princípios e valores que o assistente social se orienta.

As técnicas – enquanto elemento constitutivo da dimensão técnico-operativa –, consistem nas habilidades necessárias na utilização dos instrumentos. Compreendendo que a técnica cumpre uma função ideopolítica, ela é “[...] uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho” (Trindade, 2001, p. 4).

Nas palavras de Paula (2023, p. 89):

Por isso, a técnica não é neutra, ela comporta em si mesma uma intencionalidade, pois ela é a manifestação de determinado saber e nenhum saber é neutro. O conhecimento técnico é sempre produzido a partir de determinado processo sócio-histórico que imprime a ele uma direção. Toda técnica é formulada a partir de determinada concepção de mundo e expressa intenção sociais. Dessa forma, a técnica não se encontra isenta das escolhas políticas, ao contrário, “ao escolhermos uma técnica já estamos exercitando uma certa concepção política” (Santos, 2003, p. 38).

Os instrumentos são os recursos que propiciam a efetivação das ações predefinidas pelos profissionais. Por meio da utilização dos instrumentos que é possível operacionalizar a ação profissional, pois auxiliam “[...] na passagem do objetivo profissional – a finalidade ideal – para a materialização da ação – a concretização do real” (Paula, 2023, p. 87). Nesse sentido, essas ferramentas se configuram como os meios necessários para materializar as ações profissionais.

Santos *et al.* (2017, p. 33) destacam que os instrumentos comumente usados pelo Serviço Social foram criados pelas Ciências Sociais e Humanas, o que significa que não são ferramentas criadas pelo Serviço Social e o seu uso também não se restringe à profissão. Assim, podemos considerar que os instrumentos são neutros, mas a escolha dos instrumentos e o seu manejo são orientados por uma perspectiva teórico-política.

Por meio dos seus estudos e pesquisas, Sarmiento (2017) identifica os principais instrumentos utilizados tradicionalmente pelo Serviço Social, são eles, a observação, o relacionamento, a abordagem, a informação, visita domiciliar, a entrevista e a reunião.

O autor demarca ainda que a identificação e conceituação desse conjunto de instrumentos não significa desconsiderar a presença de outros instrumentos não captados ou ainda não criados. Isto significa dizer que “os instrumentos não são elementos estáticos imutáveis, ao contrário, são passíveis de serem criados e recriados pelos profissionais que deles se utilizam” (Paula, 2023, p. 88).

Como exposto no primeiro capítulo do trabalho, considerando a arquitetura do Serviço Social ao correr da história observamos que estes instrumentos perpassaram por outros projetos profissionais. Assim, as entrevistas, visitas domiciliares, a abordagem, entre outros fizeram parte do rol de instrumentos utilizados na intervenção profissional dos assistentes sociais em suas fases teológica e funcionalista.

Nesse sentido, o que modifica é o tratamento conferido aos instrumentos no que diz respeito ao referencial teórico-metodológico e ético-político que o assistente

social orienta a sua ação profissional. Assim, estamos de acordo com Santos (2013, p. 29) quando afirma que:

Através do referencial teórico-metodológico define-se a intencionalidade e a direção social empreendida na ação, possibilitando a escolha de instrumentos e técnicas capazes de materializar essa intencionalidade. Igualmente, é o conhecimento teórico da realidade que oferece o conteúdo a ser tratado nos instrumentos de intervenção. Por exemplo, se não tenho conhecimento teórico sobre as demandas implícitas e explícitas postas pela população que tipo de informação e reflexão será trocada com a população, tanto em uma entrevista, quanto em uma reunião ou visita domiciliar? Ou seja, o conhecimento teórico e os demais conhecimentos sobre a realidade (cultural, religioso, político, dentre outros) me oferecem o conteúdo a ser trabalhado. De outra forma, os instrumentos serão utilizados, apenas, para respostas de cunho administrativo, pontual, material, instrumental. Por isso, outra competência apontada é a ético-política. Essa competência é a responsável pela escolha de instrumentos que vão ao encontro das finalidades e dos compromissos do profissional.

O Serviço Social é uma profissão essencialmente operativa. A dinâmica do cotidiano profissional é permeada por demandas heterogêneas, espontâneas e imediatas. Tais características conduzem a intervenção profissional ao simples “[...] cumprimento de rotinas institucionais, metas de produtividade, critérios de elegibilidade, e o profissional passa a responder mecanicamente no âmbito das determinações da instituição” (Guerra, 2017, p. 55).

Este processo exige respostas profissionais rápidas, irrefletidas, superficiais, pragmáticas, instrumentais, baseadas na experiência e no senso comum, onde “[...] tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social” (idem). Diante das características do cotidiano:

[...] o que nos chega como demanda é a solução (ainda que restrita, parcial, temporária, pontual, fragmentária) da problemática apresentada, tratada como objeto de intervenção, e não o conteúdo, a qualidade, as implicações éticas e políticas e/ou a possibilidade das respostas profissionais (Guerra, 2017, p. 56).

Assim, Guerra (2017) salienta que nessa dinâmica de exigência de respostas profissionais funcionais e imediatas – usual na vida cotidiana que propicia à alienação –, nem sempre o profissional questiona as consequências éticas e políticas dessas respostas, nem se pergunta acerca do espaço de autonomia que este cotidiano nos

reserva e, menos ainda, sobre as novas perspectivas que nos são dadas ao mobilizarmos a dimensão investigativa.

A dimensão investigativa está intrínseca nas competências profissionais do assistente social. Ela se realiza nas mais diversas ações do cotidiano profissional, seja na realização de entrevistas ou na documentação utilizada pelos assistentes sociais, como o estudo social, os laudos, pareceres, relatório, entre outros⁸⁸.

Guerra (2009) assinala a imprescindibilidade do caráter investigativo no cotidiano do exercício profissional do assistente social, pois considerando que o real está em constante movimento, é necessário o conhecimento sistemático da realidade com a qual o profissional atua. Os fundamentos teórico-metodológicos nos capacitam a reflexão da realidade social, desvendando possibilidades de ação para o real.

Para construir respostas profissionais para além do imediato, é necessário que os assistentes sociais tenham o domínio dos instrumentos de pesquisa, de sistematização e exposição de dados. Assim, não podemos pensar na pesquisa somente àquela vinculada ao âmbito da academia, é preciso sistematizar e refletir permanentemente sobre a realidade na qual atuamos, pois:

[...] o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância. O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. Aqui, a investigação da realidade se situa como exigência do exercício profissional (Guerra, 2009, p. 707).

⁸⁸ “[...] Sobre a documentação utilizada pelo assistente social, podemos classificá-la como *documentação técnica e documentação burocrático-administrativa/documentação oficial*. Na primeira estão os documentos próprios ao exercício profissional do assistente social: ficha social, evolução ou acompanhamento social, formulários de entrevista, registros de visitas domiciliares, mapas de acompanhamento ou atendimento, relatórios, livros de ocorrência ou de registro de atividades do Serviço Social. Lembramos que essa documentação é de inteira responsabilidade e autoridade do assistente social, cabendo a ele a definição e a forma e conteúdo dela, e cabe à instituição prover as condições para materializar a documentação, que deve ser guardada no espaço físico da instituição, resguardando o sigilo profissional. Dentre as documentações técnicas algumas são compartilhadas pela equipe, considerada aqui como documentação técnica da equipe: fichas de acompanhamento, prontuários, relatórios, mapas, murais [...]” (Trindade, 2017, p. 91, grifos da autora).

A partir desse movimento reflexivo e analítico da prática profissional que os assistentes sociais são capazes de formular respostas profissionais condizentes com a direção social do projeto político hegemônico do Serviço Social. Para tanto, é fundamental que os profissionais inspirados na razão crítico-dialética realizem no cotidiano profissional um planejamento das suas ações.

Através do processo de planejamento que os profissionais conseguem um agir consciente sobre e na realidade, rompendo com a prática profissional requerida pela racionalidade formal-abstrata, isto é, a prática reiterativa, metódica, burocratizada, que responda às exigências capitalistas.

A avaliação sistemática das ações profissionais aliada a delimitação das suas finalidades, são as mediações necessárias para que o assistente social construa estratégias e táticas profissionais que indicam *o que fazer e como fazer* (Silva *et al.*, 2019). Este movimento demanda dos assistentes sociais a elaboração de instrumentos que possibilitam a qualificação do exercício profissional, ou seja, a construção de um plano de trabalho e de projetos de intervenção.

Para Silva *et al.* (2019, p. 200):

O processo de construção de um plano de trabalho pode, portanto, ser a estratégia utilizada pelo/pela assistente social que tem o objetivo de planejar as ações profissionais. Sendo a estratégia – no caso, o plano de trabalho – a atividade a ser realizada, correspondendo ao *o que fazer*, faz-se necessário definir o *como fazer*, ou seja, de que maneira essa atividade será desenvolvida – no caso do plano de trabalho, significa definir como será operacionalizado esse processo de planejamento. Desse modo, a escolha do formato ou da metodologia que irá conduzir o processo de planejamento, representa uma opção tática (grifos das autoras).

Assim, compreendemos o planejamento enquanto uma estratégia que qualifica a intervenção profissional do assistente social, viabilizando uma atuação sistematizada e guiada pelos seus objetivos profissionais no horizonte do projeto ético-político.

É fundamental que a formação profissional contribua com o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, competências, valores, habilidades e saberes prático-interventivos necessários para a inserção destes futuros profissionais no mercado de trabalho. Para tanto, é preciso construir um perfil profissional capacitado à:

[...] compreensão do significado social e histórico da profissão no contexto das transformações societárias, apreendendo como na particularidade socioprofissional incidem tais transformações; o

desenvolvimento sócio-histórico da profissão, tendo em vista os contextos e conjunturas nacionais e internacionais; a identificação das demandas e requisições socioprofissionais e políticas, distinguindo-as entre demandas institucionais, do usuário e da profissão, a formulação de respostas profissionais de conteúdo crítico que sejam capazes de problematizar as propostas integradoras, reformista, modernizadoras e restauradoras, dentre elas o anticapitalismo romântico; a capacidade de propor, formular, executar e avaliar programas, projetos e políticas sociais na área social, identificando seus limites e possibilidades concretas; a capacidade de contribuir para a organização e mobilização dos usuários; a realização de pesquisas que subsidiem a formulação de indicadores, de políticas sociais, e qualifiquem a intervenção profissional; a competência para desenvolver atividades de supervisão, assessoria e consultoria a instituições públicas, privadas e juntos aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, dentre outras (Guerra, 2017, p. 66-67).

Nesse sentido, concordamos com Guerra (2017) que indica o estágio supervisionado como espaço privilegiado – embora não único –, para a apreensão da relação entre a dimensão investigativa e a dimensão interventiva. No processo de ensino-aprendizagem do estágio supervisionado que o discente consegue desenvolver sua capacidade investigativa, argumentativa, consegue refletir acerca das relações de poder na conjuntura institucional, propor projetos de intervenção, refletir sobre o instrumental técnico-operativo, dentre tantas outras questões do trabalho profissional.

Por outro ângulo, o estágio supervisionado possibilita aos profissionais na função de supervisores de campo a refletirem acerca das suas ações profissionais, das demandas e requisições que lhe são postas, a repensar nos instrumentos e técnicas utilizados rotineiramente, a compartilhar com o discente suas questões na construção das respostas profissionais, aproximarem de uma formação continuada através de leituras atualizadas, entre outras contribuições.

O mesmo movimento ocorre com os assistentes sociais no exercício da docência. No papel de supervisores acadêmicos, os docentes têm a oportunidade de se aproximar dos campos de estágio e construir junto aos discentes e supervisores de campo importantes reflexões acerca do cotidiano profissional.

Com essa reflexão, pretendo demonstrar o importante papel da formação profissional na compreensão crítica das dimensões constitutivas da profissão. Como nos indica Iamamoto (1998), é no âmbito do processo formativo que podemos preparar futuros assistentes sociais aptos a apreender a dinâmica da vida social em

sua totalidade e o significado social da profissão posta nas contradições das relações sociais, fortalecendo, portanto, o nosso projeto ético-político hegemônico.

3.3. O PROJETO CRÍTICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF: A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO TEÓRICO-PRÁTICO

Após quarenta anos de criação da Faculdade de Serviço Social na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais, sucedeu a construção coletiva de uma reforma curricular fundamentada pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e parcialmente aprovadas pelo MEC em 2003.

Conforme já apresentado ao longo da análise realizada no primeiro capítulo deste trabalho, a Faculdade de Serviço Social da UFJF (FSS/UFJF) desde a década de 1980 alicerçou seu projeto curricular consoante aos direcionamentos da intenção de ruptura dentro do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro expresso no Currículo Mínimo aprovado pela categoria profissional em 1982 e fomentado pela ABESS (Castro; Toledo, 2011).

Na segunda metade da década de 1990, o corpo docente da FSS/UFJF articulado aos debates nacionais das novas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996, discutem internamente a implantação de uma reforma curricular que promova as alterações necessárias para alinhar o projeto político-pedagógico da unidade acadêmica aos princípios e diretrizes da nova lógica curricular.

É nesse caminho que a FSS/UFJF promove a criação das disciplinas obrigatórias de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social na intenção de superar a fragmentação entre teoria, história e metodologia; implementa disciplinas eletivas; altera pré-requisitos e número de créditos de disciplinas; cria co-requisitos; além da importante alteração da ementa de grande parte das disciplinas com vistas à articular o núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional⁸⁹.

Como já supracitado, o ano de 2010 é marcado pela criação do curso no turno noturno na FSS/UFJF. O desenvolvimento de atividades acadêmicas durante a noite

⁸⁹ Para apreender as particularidades todo o processo de implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 na Faculdade de Serviço Social da UFJF, Cf. Iamamoto (1998).

se justificou pela necessidade de democratizar o acesso dos estudantes trabalhadores ao ensino superior.

É importante ressaltar que a criação do curso noturno neste período não significou a implementação do REUNI na FSS/UFJF, pois o debate político-pedagógico para a implantação do curso no período da noite permeia pelo corpo docente e discente desde a década de 1990.

Dessa forma, observa-se que a implantação do curso noturno na FSS/UFJF rejeita o projeto de aligeiramento da formação profissional, uma vez a grade curricular, bem como a proposta político-pedagógica de ambos os turnos são equivalentes, assegurando a qualidade do ensino⁹⁰.

Assim, a estratégia utilizada para manter a qualidade da formação profissional sem sobrecarregar o corpo docente foi dividir as vagas já existentes em vez de multiplicá-las. Desse modo, a FSS/UFJF dispõe anualmente o total de 70 vagas, inserindo-se no primeiro semestre 35 alunos para o curso diurno e, no segundo semestre, 35 alunos para o período noturno.

De acordo com o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF aprovado em abril de 2016 pelo Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), são princípios que regem a formação profissional do curso no turno diurno e noturno:

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressas na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, atividades complementares e estágios;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

⁹⁰ A grade curricular dos cursos diurno e noturno podem ser observadas no anexo III e IV deste trabalho.

- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio de alunos (FSS/UFJF, 2016, p. 11).

Nesse sentido, a FSS/UFJF tem a pretensão de construir uma base teórico-metodológica e ético-política que possibilite aos futuros profissionais formularem respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, apreendendo criticamente o movimento histórico da sociedade brasileira numa perspectiva de totalidade, considerando as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

Busca-se, portanto, proporcionar aos discentes uma formação intelectual e cultural generalista crítica, viabilizando a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários nacional e internacional, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade.

Assim, pretende-se no processo formativo fornecer aos futuros assistentes sociais um conjunto de conhecimentos que propiciem uma leitura crítica e dialética das contradições da realidade social na sociabilidade do capital, para quando inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais, se referenciem e se comprometam com valores éticos e políticos do projeto hegemônico crítico da profissão.

Dessa forma, o currículo do curso de Serviço Social diurno e noturno se fundamenta pela nova lógica curricular exteriorizada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996, que indica a necessária articulação entre os três núcleos de fundamentos da formação acadêmica-profissional: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Este conjunto de conhecimentos e habilidades necessários para a formação acadêmica em Serviço Social que os núcleos de fundamentação englobam, se traduz no currículo através das disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas, oficinas, seminários, laboratórios e das atividades complementares.

Para a colação de grau dos discentes no curso de Serviço Social, era necessário neste currículo que os discentes cumprissem a carga horária de 2175 horas em disciplinas obrigatórias, 300 horas em disciplinas eletivas, 180 horas de atividades

optativas e o cumprimento de, no mínimo, 510 horas de Estágio Obrigatório⁹¹.

Para a integralização do curso diurno de Serviço Social, tais atividades acadêmicas deveriam ser realizadas com duração média de 8 (oito) semestres e tempo máximo permitido para conclusão, 16 (dezesesseis) semestres. Tendo em vista as particularidades do curso noturno, isto é, as necessidades dos estudantes trabalhadores, a média esperada para a realização de todas as atividades curriculares eram de 9 (nove) semestres e o tempo limite para o término da graduação eram de 18 (dezoito) semestres.

As disciplinas eletivas buscam complementar a formação acadêmica dos discentes, oportunizando aos mesmos expandir seus conhecimentos e suas habilidades profissionais. O projeto pedagógico de 2016 elenca um rol de disciplinas eletivas na área de formação básica, área de formação complementar e na área de formação profissional que podem ser escolhidas livremente pelos alunos ao longo de todo o curso.

Na mesma direção, as atividades acadêmicas optativas permitem aos alunos uma ampliação da sua bagagem sociocultural, uma vez que possibilitam experiências para além da sala de aula. Dentre essas vivências, destacamos a inserção em monitoria, grupos de pesquisa e projetos de extensão, a atuação em movimento estudantil e treinamento profissional, a participação como ouvintes em palestras, colóquios, simpósios, encontros e seminários, as disciplinas disponibilizadas por outras áreas do conhecimento, além do estágio não obrigatório.

Conforme já sinalizado anteriormente, o estágio supervisionado em Serviço Social é regulamentado pela Lei nº 11.788/2008, pela Resolução 533 aprovada pelo Conjunto CFESS/CRESS em 2008 e pela Política Nacional de Estágio aprovada pela categoria profissional no âmbito da ABEPSS em 2009.

Desse modo, o estágio obrigatório – enquanto um processo didático-pedagógico –, é o momento em que o discente tem a oportunidade de experienciar o cotidiano de trabalho profissional do assistente social, a partir de sua inserção no espaço socioinstitucional. Assim, o estágio enquanto um dos elementos fundamentais do ensino da prática, possibilita a capacitação do discente na construção de

⁹¹ Insta salientar que o currículo em vigor, aprovado em 2023, exige o cumprimento de 2025 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas eletivas atividades, 180 horas de curriculares optativas, 510 horas de estágio obrigatório, 45 horas de atividades curriculares de extensão, totalizando a carga horária de 3000 horas.

conhecimentos e competências para o exercício profissional (PNE, 2010).

Na Faculdade de Serviço Social da UFJF, o estágio supervisionado é coordenado pela Comissão Orientadora do Estágio (COE) composta por um coordenador do estágio, pelas chefias do Departamento de Política e Ação do Serviço Social e de Fundamentos do Serviço Social⁹², pelos professores que exercem a função de supervisores acadêmicos, por um assistente social representando os supervisores de campo de estágio e por um estagiário, que representa os demais discentes.

Dessa forma, é de responsabilidade da COE avaliar e determinar a abertura e fechamento dos campos de estágio, acompanhar sistematicamente as questões gerais que perpassam a inserção dos alunos estagiários nos campos de estágio, além da contínua avaliação pedagógica do estágio.

Pedagogicamente a COE indica aos alunos que realizem os três semestres de estágio obrigatório na mesma instituição, uma vez que a permanência do estagiário no mesmo campo de estágio ao longo do processo de finalização da graduação proporciona aos discentes um amadurecimento teórico-crítico. Assim, a troca de campo de estágio é permitida somente em situações excepcionais mediante parecer da COE e avaliação dos supervisores acadêmico e de campo.

O discente só poderá realizar o estágio supervisionado obrigatório após ter cursado as disciplinas Ética e Serviço Social, Trabalho e Serviço Social e Pesquisa Social I e II, finalizadas ao quinto período do curso. As ementas destas disciplinas explicitam por si só a sua necessidade enquanto pré-requisito, uma vez que são fundamentais para que o aluno disponha de conhecimentos básicos que o auxilie refletir criticamente o cotidiano profissional.

Desse modo, a proposta das disciplinas de Pesquisa Social I e II visa trabalhar a atitude investigativa dos alunos por meio do debate das formas de conhecimento e o rigor teórico-metodológico na construção do trabalho científico, apresentando a importância da investigação e da produção do conhecimento para o trabalho do assistente social. Assim, como procedimento avaliativo das referidas disciplinas, é orientado que discentes construam projetos de pesquisas que sejam capazes de

⁹² No atual currículo aprovado em 2023, a COE é composta pelo coordenador do curso, pelo professor coordenador de estágio, pelos professores supervisores acadêmicos, por um estagiário representante dos demais e por um assistente social representante dos supervisores de campos de estágio.

demonstrar sua capacidade investigativa e de análise e sistematização dos dados coletados, o que contribuirá para a proposição de projetos de intervenção profissional.

A disciplina de Ética e Serviço Social propõe-se a refletir a capacidade ética do ser social, a ética como capacidade livre, a vida cotidiana e a alienação moral. A partir destes fundamentos ontológicos do ser social, que a disciplina resgata a trajetória ético-política do Serviço Social na particularidade sócio-histórica brasileira, especialmente a ruptura com o conservadorismo expressa no Código de Ética Profissional aprovado em 1993.

No que tange à disciplina de Trabalho e Serviço Social, ela é responsável por debater as principais configurações do exercício profissional na contemporaneidade, o mercado de trabalho e as novas condições e relações de trabalho no contexto da reestruturação produtiva, bem como o debate das competências e atribuições do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. Ademais, a disciplina propõe-se ao debate do Serviço Social como campo do conhecimento e a importância da dimensão investigativa no trabalho do assistente social.

É a partir da realização e aprovação nas disciplinas acima descritas que os discentes estão aptos para a inserção no campo de estágio no sexto período do curso diurno e noturno. A matrícula nas disciplinas de Estágio Obrigatório I, II ou III exige matrícula simultânea nas disciplinas de Oficina de Supervisão I, II e III, bem como nas disciplinas de Oficina de Trabalho Profissional I, II e III.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 indicam que a realização de oficinas é indispensável para o processo formativo, na medida em que possibilitam a utilização de distintas formas de linguagem para o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes. Assim, as matérias de oficinas constituem-se “[...] enquanto momento dinâmico de construção coletiva, de pluralidade, onde devem ser utilizadas metodologias diferenciadas no processo de ensino/aprendizagem” (Paula *et al*, 2018, p. 161).

Assim, as Oficinas de Supervisão de Estágio I, II e III da FSS/UFJF tem o objetivo de acompanhar e avaliar permanentemente todo o processo do estágio obrigatório e não obrigatório, norteando os estagiários quanto as ações realizadas nos espaços institucionais, ampliando as referências bibliográficas sobre temáticas vinculadas à área em que se realiza o estágio e construindo as mediações necessárias no processo de apreensão da inerente relação entre teoria e prática.

Concordamos com os grifos de Paula *et. al* (2018, p. 162), quando apontam que:

[...] as Oficinas de Supervisão de Estágio são espaços privilegiados para o ensino teórico-prático, potencializando a articulação entre conhecimento teórico e conhecimento procedimental, possibilitando um processo educativo de estímulo à reflexão, à crítica e à capacidade de propor estratégias profissionais. Nesses espaços os/as discentes têm a oportunidade de analisar, problematizar e avaliar os diferentes componentes que perpassam o estágio, bem como desafios, possibilidades, limites, relações profissionais e também as próprias vivências do cotidiano. Assim, as Oficinas possuem como princípio norteador a construção coletiva do conhecimento, a interação e a troca de saberes/experiências, entre os/as estudantes, contrapondo-se à visão do/a docente como detentor/a único/a do saber.

No que diz respeito as disciplinas de Oficina de Trabalho Profissional, conforme já salientado, são disciplinas cursadas concomitantemente à realização do estágio, uma vez que as ementas que direcionam o conteúdo das disciplinas se relacionam diretamente com os debates desenvolvidos ao longo do processo de estágio supervisionado.

Desse modo, a Oficina de Trabalho Profissional I propõe-se ao debate das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na trajetória da profissão, bem como ao debate dos instrumentos e técnicas como um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, evidenciando a indissociabilidade entre teoria e prática.

A Oficina de Trabalho Profissional II é responsável por conduzir os discentes a reflexão quanto a dinâmica do cotidiano institucional, as relações de poder, hegemonia e a correlação de forças no âmbito do espaço socioinstitucional na sociabilidade capitalista, propiciando aos estagiários a construção de uma análise de conjuntura e uma análise institucional crítica.

A partir deste movimento, a Oficina de Trabalho Profissional III pretende construir reflexões acerca da importância do planejamento para o exercício profissional do assistente social, bem como da elaboração de planos e projetos de trabalhos a partir da avaliação e monitoramento de políticas, programas e projetos sociais. Assim, a disciplina propõe aos estagiários que construam um Projeto de Trabalho e um Projeto de Intervenção com base na realidade do campo de estágio em que estão inseridos.

Outro elemento substancial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social na FSS/UFJF é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo este a sistematização de todo o conhecimento adquirido ao longo do processo de formação profissional. Espera-se que na escrita da monografia, o discente – a partir de toda

bagagem teórico-crítica –, demonstre capacidade investigativa, correlacionando as dimensões que constituem a profissão.

O TCC é desenvolvido ao longo dos dois últimos semestres do curso, sendo elaborada nas disciplinas Seminário de TCC I, em que o aluno desenvolve o projeto de pesquisa a ser realizado e a disciplina Orientação de TCC II, com a entrega e defesa final da monografia.

Para matrícula em ambas as disciplinas é necessário que o discente tenha cursado obrigatoriamente o Estágio Obrigatório I e a Oficina de Supervisão I, visto que a experiência do estágio proporciona importantes indagações que podem ser áreas temáticas de estudo no trabalho de conclusão de curso.

3.4. O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: A PERSPECTIVA DOS DISCENTES FORMANDOS DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

As entrevistas que serão utilizadas para corporificar o nosso trabalho foram realizadas entre os anos de 2016 e 2019 com os discentes formandos da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Em termos de procedimentos metodológicos, a aplicação das entrevistas foi realizada por discentes de graduação. Em nossa análise essa estratégia foi interessante considerando a proximidade entre os alunos entrevistados e os entrevistadores. Já o estudo das respostas, foram realizadas pelo conjunto de pesquisadoras integrantes do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) vinculadas à pesquisa denominada “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais: reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social”, coordenada pela professora Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula⁹³.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram elaboradas quinze (15) questões para a criação de um questionário previamente estruturado, no intuito de obter informações relativas ao trato da dimensão técnico-operativa no processo formativo. O questionário foi aplicado em um universo de quarenta e sete (47) discentes formandos da Faculdade de Serviço Social da UFJF, o que possibilitou importantes reflexões quanto aos desafios e as possibilidades do debate da dimensão técnico-operativa no âmbito da formação profissional desta unidade acadêmica.

Entre as perguntas trabalhadas ao longo de toda a pesquisa, iremos usufruir neste trabalho das fundamentais questões que nos ajudarão a desvendar nossas inquietações quanto ao debate da dimensão técnico-operativa no âmbito da formação acadêmica dos futuros profissionais.

Desse modo, quando perguntados sobre o que entendem por dimensão técnico-operativa, 14 (quatorze) entrevistados compreendem que a dimensão técnico-operativa trata-se dos instrumentos e técnicas do Serviço Social. É possível observar tal concepção nas falas selecionadas abaixo:

⁹³ A equipe de pesquisa é composta por assistentes sociais que supervisionam estágios, discentes da Pós-Graduação em Serviço Social nível mestrado e discentes da graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. A participação na pesquisa se dava na condição de voluntários.

São os instrumentos e técnicas que a gente tem para embasar o nosso trabalho, para garantir que ele seja executado (Entrevistado/a 01).

Entendo como se fosse o fazer profissional né quais são os instrumentos que ele vai utilizar para sua prática em resumo seria o fazer profissional (Entrevistado/a 07).

É a dimensão do trabalho do profissional na prática, são os fundamentos técnicos, entrevistas essas coisas, né (Entrevistado/a 11).

Eu entendo como dimensão técnico-operativa a instrumentalidade do Serviço Social. Aquilo que está presente, que vai mediar a forma de intervenção, seja entrevista, parecer... (Entrevistado/a 19).

Dimensão técnico-operativa eu compreendo como forma de instrumentalizar a profissão. Então, seria uma competência mais instrumental da profissão (Entrevistado/a 21).

Eu entendo que é a dimensão técnico-operativa é a dimensão da atuação, é o como atuar, é os instrumentos que a gente utiliza para a atuação. Eu acho que essa é a dimensão técnico-operativa (Entrevistado/a 24).

Eu entendo como... é... a gente dispor de instrumentos e técnicas de trabalho para intervir na vida ou nos problemas chegados até nós a partir dos nossos usuários (Entrevistado/a 26).

A dimensão dos instrumentos, né? (Silêncio) Técnico-operativo é a dimensão dos instrumentos, né? Dos instrumentos que a gente usa na intervenção profissional: visita domiciliar, grupos e etc. (Entrevistado/a 36).

Eu entendo que são as dimensões das técnicas que a gente usa, dos instrumentos que a gente tem enquanto atuação profissional (Entrevistado/a 37).

É mais essas questões, dos instrumentos, nossa forma de atuar, como a gente realiza nossa atuação profissional dentro do ambiente que a gente se encontra. Os instrumentos que a gente utiliza teórico, a forma que a gente conversa com o usuário (Entrevistado/a 46).

Como já explicitado, os instrumentos e as técnicas são elementos relacionais que constituem a dimensão técnico-operativa. Conforme os grifos de Santos e Noronha (2013), os instrumentos podem ser percebidos como um conjunto de recursos que permitem operacionalizar uma ação e a técnica consiste na habilidade em manusear o instrumento para efetivar uma finalidade profissional.

Desse modo, os instrumentos e as técnicas fazem parte do acervo técnico-instrumental da profissão, uma vez que pertencem ao âmbito da operacionalização da ação profissional. Portanto, o instrumental – conjunto articulado de instrumentos e

técnicas –, constituem e são constitutivos do modo de ser da profissão.

A escolha dos instrumentos pressupõe uma finalidade da ação profissional e, nesse sentido, pode-se afirmar que os instrumentos e as técnicas – como uma unidade dialética –, são sempre orientados por um referencial teórico e, portanto, carregam em si concepções teórico-políticas e ideológicas.

Sendo assim, a dimensão técnico-operativa não se limita à instrumentação técnica, uma vez que estimula a dimensão teórico metodológica a partir da análise e investigação da realidade, bem como mobiliza a dimensão ético-política por meio dos objetivos e intencionalidades nas ações profissionais.

Nas palavras de Backx *et. al* (2017, p. 30):

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação –, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais. Acioná-la de modo consequente implica, também, considerar as demandas colocadas pela população.

Nessa esteira, os autores apontam que a dimensão técnico-operativa é constituída por um conjunto de ações e procedimentos que buscam uma determinada finalidade, o que inclui, conseqüentemente, uma avaliação sistemática do alcance dos objetivos propostos. Para isso, a dimensão técnico-operativa abarca estratégias, táticas, procedimentos, ferramentas, técnicas, habilidades e conhecimento procedimental para manusear diferentes recursos operacionais.

É essa mediação entre a intencionalidade das ações e a formulação de respostas profissionais às demandas colocadas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, que a dimensão técnico-operativa se expressa.

Pode-se afirmar, então que, a definição dos instrumentos não se dá de maneira neutra, isto é, a escolha do instrumental técnico-operativo no âmbito da intervenção profissional é orientada por um determinado conhecimento. Por isso, o exercício profissional exterioriza a articulação intrínseca entre as dimensões que constituem o trabalho profissional: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa.

Isso posto, concordamos com Guerra (2016) quando nos aponta que não há neutralidade nos elementos que constituem a dimensão técnico-operativa. Isto

significa dizer que a intervenção de natureza técnico-operativa não é isenta e não permanece em si só, visto que seu suporte advém da fundamentação teórica e política da profissão.

Assim, o direcionamento ético-político do profissional fundamentado pela razão crítico-dialética possibilita a realização de escolhas conscientes em seu aparato instrumental técnico-operativo, destacando a intencionalidade de suas ações. Nas palavras de Guerra (2016, p. 301):

[...] a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, *como mediação, conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas*, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional. Assim, falar de instrumentalidade é mencionar a relação meios e fins carregados de intencionalidade, a qual nada concede à suposta neutralidade profissional. Tal opção não é aleatória nem somente subjetiva, mas uma escolha de um sujeito historicamente situado que analisa a realidade a partir das condições causais nas quais ele se encontra. E decide, escolhe, se posiciona e se compromete (grifos da autora).

É nessa direção que identificamos entre os discentes entrevistados que 10 (dez) alunos mencionam a medular relação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões do exercício profissional. É possível observar nas falas destacadas abaixo, que os alunos apreenderam – ao longo de todo o processo de formação acadêmica –, a relação de unidade na diversidade:

Então, assim é o que eu meio que já disse né? Que eu acho que a questão técnico-operativa, ela envolve as técnicas, é... a questão mesmo da intervenção profissional, mas que ela não deixa de lado é... a questão da teórico-metodológica nem da ético-política. Que para você intervir, é... você tem que relacionar, você tem que, é... você tem que voltar na questão teórico-metodológica, na dimensão teórico-metodológica pra você conseguir refletir sobre o seu objeto de trabalho, é... você conseguir verificar qual a conjuntura política, a conjuntura é... institucional, conseguir verificar o sujeito no qual tá participando da sua ação, de maneira assim mais, é... na sua totalidade, não apenas fragmentado (Entrevistado/13).

Olha, por dimensão técnico-operativa eu entendo que é uma... Primeiro ela é uma das três dimensões centrais que compõem a atuação de um assistente social, ela se relaciona com as outras. Por essa dimensão em específico, eu entendo que é a expressão tanto do projeto ético-político quanto do complexo teórico-metodológico dentro da utilização de um conjunto de instrumentos de trabalho profissional, instrumentos adequados a determinado trabalho que você está realizando. Então assim, a dimensão técnico-operativa seria todo o

conhecimento mais específico do assistente social com relação aos instrumentos que existem disponíveis, que já foram utilizados, que existem estudos sobre eles, que compõem as principais ferramentas mais prática do trabalho do assistente social (Entrevistado/17).

É, acho que a dimensão técnico-operativa é onde a gente vai conseguir é... a partir de uma apreensão ética, política e teórico-metodológica, não projetar, mas relacionar o que a gente compreende acerca disso, né? Na prática profissional e aí eu acho que não é a dimensão técnico-operativa vai ser a dimensão da prática profissional, é mas acho que vai a dimensão técnico-operativa é a dimensão que a gente vai conseguir trabalhar com instrumentos, técnicas e os procedimentos pra gente conseguir responder aquelas demandas que vão chegar pra gente, né? Que vão chegar pra gente quando a gente for assistente social, mas ao mesmo tempo se relacionando entre as outras dimensões, só que a dimensão técnico-operativa vai se colocar no âmbito de... como você vai dar operação, né? Vai dar execução, vai dar procedimento naquilo que tá chegando, né? E de uma maneira técnica qualificada que você vai responder aquela demanda. E aí não respondendo de maneira é... já determinada, como se a gente tivesse uma receita, né? De uma maneira tecnicista, mas a gente tendo um arcabouço teórico-metodológico e ético-político para conseguir responder aquilo tecnicamente e operativamente, acho que é assim que eu compreendo a dimensão técnico-operativa (Entrevistado/34).

A dimensão técnico-operativa eu entendo como realmente o modo que aparece a profissão. O fazer profissional mesmo do assistente social. Embora ela não seja uma dimensão isolada, ela esteja ligada as duas dimensões, é uma dimensão que aparece mais (Entrevistado/43).

Sob a perspectiva marxista, Santos (2016) nos indica que a teoria é a análise do movimento do real, não sendo “transportada” para a prática, pois “(...) transformar esse real está no âmbito da prática social e requer outras mediações.” (p. 267). Compreendendo ser um movimento dialético necessário – além do dinamismo do movimento do real –, a teoria ilumina a prática, fornecendo suporte para que o profissional apreenda as determinações do processo da realidade social.

O conhecimento teórico propicia que o assistente social estabeleça as conexões fundamentais entre as demandas imediatas que se apresenta – em sua aparência – no cotidiano do exercício profissional e conectá-las ao universal, isto é, compreender essa demanda dentro de uma dada sociedade, fruto das relações sociais instituídas, aproximando-se do fundante dessa singularidade.

Assim:

[...] há uma relação intrínseca entre ambas que é de “unidade na diversidade”, no sentido de que a teoria quer conhecer a prática social [...], ao mesmo tempo que só podemos apreender essa prática – uma vez que sua essência não é visível, de imediato, aos olhos – se nos

apossarmos de uma teoria que nos fundamente, ou seja, se tivermos um olhar teórico sobre ela (Santos, 2016, p. 268).

Desse modo, apontamos a necessidade de que o processo formativo capacite os futuros assistentes sociais para que, no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, consigam captar as mediações necessárias para elaborar respostas profissionais no horizonte do projeto profissional crítico do Serviço Social.

Analisando as respostas dos discentes entrevistados, observamos que 13 (treze) alunos associaram a dimensão técnico-operativa ao cotidiano de trabalho profissional:

Deve ser, isso aí deve ser dentro do estágio então né? É mais assim, é, o que eu entendo, eu acho que é o dia a dia mesmo do profissional. Eu acho que essa dimensão é o que a gente pode trazer da faculdade depois na profissão (Entrevistado/a 12).

Eu acho que são as ações do cotidiano de trabalho, do como fazer, dos encaminhamentos do cotidiano de trabalho, são esses tipos de ações (Entrevistado/a 15).

A dimensão técnico-operativa, creio eu, que é a dimensão do fazer. É o dia a dia aí mesmo ((Entrevistado/a 18).

A dimensão técnico-operativa que eu entendo é a dimensão de maior importância para mim no dia a dia profissional (Entrevistado/a 27).

Que vão ser mais a nossa, a práxis, do dia a dia, do trabalho, vai ser mais o que a gente vai fazer (Entrevistado/a 47).

Conforme os grifos de Guerra (2017), a imagem social da profissão deriva da dimensão técnico-operativa, visto que é esta dimensão que determina a forma pela qual a profissão se expressa, é conhecida e reconhecida enquanto interventiva no âmbito da questão social. Nesse sentido, a autora demarca que a realização da dimensão técnico-operativa permite com que haja a visibilidade social da profissão, uma vez que – se espera dela –, a “resolutividade” das demandas.

Isto é, é nas circunstâncias postas pela sociedade do capital que se situa o Serviço Social, permeado por interesses distintos das classes sociais, sendo requisitado a atuar sobre as condições objetivas do real. Por isso, as demandas serão o prato principal na dinâmica da cotidianidade profissional, de forma que se levado em conta a trajetória da profissão, notaremos que por determinado período estas demandas serão coincidentes às demandas profissionais, em suas fases teológica e funcionalista (Guerra *et al.*, 2016).

Após aproximação do Serviço Social com um projeto crítico transformador, as demandas profissionais se afastarão substancialmente das demandas institucionalizadas, de maneira a intensificar os conflitos e contradições da ação profissional dos assistentes sociais.

A instrumentalidade do Serviço Social, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e reposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um *status* peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente. Porém, pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera. Esta dimensão expressa uma racionalidade, produzida pelas regularidades presentes tanto nas ações quanto nas representações dos assistentes sociais (Guerra, 2011, p. 159, grifos da autora).

Fundamentando-se em Heller (1985), Guerra (2017) demonstra que o cotidiano da intervenção profissional na sociabilidade capitalista – em que o assistente social é submetido a processos de trabalho que requerem respostas profissionais –, é o lugar da reprodução dos indivíduos, sendo, portanto, um espaço ineliminável e insuprimível.

Considerando o cotidiano como uma mediação entre o particular e o universal, suas características não possibilitam aos indivíduos a dedicar-se inteiramente nas atividades que realizam. No cotidiano profissional, essas características possuem algumas particularidades dado que são pressupostos para uma falsa dicotomia entre a teoria e a prática.

Desse modo, Guerra (2017) indica como características desse cotidiano a heterogeneidade, isto é, as diferenciadas demandas que surgem no âmbito da intervenção profissional; a espontaneidade, que corresponde à apropriação imediata, naturalizada e irrefletida das demandas que surgem, onde no bojo do cotidiano profissional, as respostas dão-se de maneira mecânica para cumprimento das exigências institucionais.

Outros dois aspectos apontados pela autora, diz respeito à imediaticidade e a superficialidade extensiva. Coadunando com a espontaneidade, tais aspectos possibilitam respostas profissionais de caráter irrefletido, de utilidade, que se restringe à prática das obrigações institucionais no sentido da eficácia e eficiência. Desse modo, há uma ausência da apreensão das determinações das demandas, que são respondidas de maneira superficial, em que impera a repetição.

Para Guerra (2017, p. 56):

Dadas as características acima mencionadas, o cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas, regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas a elas. Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência a leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos.

Nesse sentido, as requisições postas aos assistentes sociais são gestadas neste cotidiano, atravessado pelos interesses polarizados das classes fundamentais da sociabilidade do capital e exige respostas profissionais do Serviço Social enquanto profissão fundamentalmente operativa (Guerra, 2017).

Dessa forma, segundo os grifos da autora, o que determina este caráter instrumental ao Serviço Social – além de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho –, é “[...] a forma pela qual a profissão responde às necessidades sociais, condicionadas que são pelo contexto social (pelas dimensões do espaço e do tempo), donde a particularidade operatória da profissão” (idem, p. 56).

Interessa-nos apontar tal aspecto, na medida em que as demandas que emergem no cotidiano profissional ambicionam por respostas imediatistas, fragmentadas, eficazes e funcionais para a ordem capitalista. Este cenário impõe desafios aos assistentes sociais que se alinham aos princípios e valores do projeto ético-político hegemônico, uma vez que compreendem as consequências éticas e políticas das respostas profissionais e, portanto, reconhecem a função política e ideológica na escolha do instrumental técnico-operativo.

Desse modo, a dimensão investigativa – que permite uma busca pelo novo –, oportuniza aos assistentes sociais a construção de estratégias e táticas para implementar novas perspectivas de respostas profissionais que expressem os valores constituídos historicamente por esse projeto profissional que aponta para o rompimento com o conservadorismo.

Nesse sentido, 3 (três) discentes entrevistados identificaram as estratégias e táticas profissionais como um dos elementos que constituem a dimensão técnico-operativa:

[...] é aquela parte da ação profissional mesmo. São as estratégias que os profissionais vão utilizar, as ferramentas... as táticas que eles vão lançar mão, né? Que eles vão utilizar. Essa parte bem operacionalizada mesmo. Eu acredito que a ação do profissional com o seu usuário, com a política, com o que você tá mexendo (Entrevistado/a 35).

Eu entendo que é o conjunto, né? De instrumentos e técnicas, e o próprio conhecimento técnico do Serviço Social, das atribuições, né? Das próprias legislações, das estratégias e táticas de intervenção mais práticas, né? [...] (Entrevistado/a 38).

Eu entendo pelos instrumentos do Serviço Social, pelas técnicas, pelas estratégias e táticas que você usa no seu exercício profissional [...] (Entrevistado/a 45).

Conforme as reflexões elaboradas por Paula (2014)⁹⁴, as estratégias e as táticas são elementos que constituem a dimensão técnico-operativa. Desse modo, as estratégias e táticas estabelecem uma intrínseca relação com os objetivos profissionais, os instrumentos e as técnicas.

Partindo de uma determinada finalidade, o profissional elabora estratégias político-profissionais que são as mediações necessárias entre suas projeções e a operacionalização dos seus objetivos, sendo, portanto, “[...] construções e/ou elaborações teórico-metodológicas acerca do exercício profissional e/ou formação do assistente social (Paula, 2016, p. 174). Para tanto, as estratégias necessitam da formulação de táticas técnico-operacionais, que segundo a autora, é um conjunto de ações que irão direcionar o percurso necessário para atingir a finalidade pretendida, caracterizada “[...] na formulação de metodologias, técnicas, procedimentos operacionais que orientam a intervenção profissional do assistente social, bem como a utilização e o manuseio dos instrumentos” (idem).

Nesse sentido, Paula (2016) demarca que as estratégias e táticas apresentam uma dimensão política e carregam consigo elementos teórico-metodológicos e, por isso, não são neutras. Com isso, podemos afirmar que as estratégias e as táticas são “[...] mediações que se constroem entre um determinado projeto de profissão e a realidade onde a atividade profissional irá se realizar” (p. 186).

Compreendemos, portanto, que as estratégias e táticas são elementos

⁹⁴ Destaco a importante produção e contribuição da tese de doutoramento de Luciana Gonçalves Pereira de Paula defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, fundamentada na razão crítica dialética, teceu importantes problematizações acerca das estratégias e táticas no campo do Serviço Social brasileiro.

articuladores das dimensões constitutivas do trabalho profissional do assistente social e, considerando a hegemonia do projeto ético-político, faz-se necessária que os profissionais que se alinham à razão crítico-dialética construam, cotidianamente nos espaços institucionais, estratégias e táticas político-interventivas que intermedeiem o projeto profissional crítico e a realidade de trabalho dos assistentes sociais.

Por isso, a construção de estratégias e táticas pode ser um instrumento de suspensão desse cotidiano para que o assistente social possa estabelecer em seu exercício profissional elementos que ultrapassem a rotina por vezes burocratizante das instituições. É nesse sentido que a própria formulação de táticas e estratégias de intervenção profissional pode se constituir numa importante estratégia de defesa de nosso projeto ético-político (Paula, 2016, p. 189).

Importa-nos salientar que dentre os entrevistados, apenas um discente evidenciou no decorrer de sua fala a importância e necessidade de assegurar – nos diversos espaços sócio-ocupacionais –, as condições éticas e técnicas para a exercício profissional, como destacado abaixo:

Bom, o que eu entendo por dimensão técnico operativa? [...] a gente tem todo um conjunto de leis e de instrumentalidades que mantêm aquela profissão regulamentada, e a dimensão técnico operativa não tem como você analisar ela no operativo, você tem toda uma... uma regulamentação para que ela ocorra. Então por exemplo, não tem como um assistente social fazer um trabalho sem o sigilo profissional, sem uma sala própria, sem ele ter resguardado sua ética, todo o ambiente para que ele tenha essa ética aplicada, ele não tem como trabalhar sem documentação, ele não tem como trabalhar sem ter, por exemplo, um computador porque ele pode precisar disso para fazer uma oficina, ele não tem como trabalhar sem um caderno, ele não tem como trabalhar com uma equipe que não dê espaço para ele poder falar essas coisas [...] (Entrevistado/a 22).

Conforme já salientado, a Resolução 493 publicada no ano de 2006 estabelece as condições mínimas indispensáveis para garantir a qualidade do exercício profissional do/a assistente social.

Desse modo, o artigo 2º da resolução determina que o local de atendimento do/a assistente social deva possuir iluminação adequada ao trabalho nos turnos diurno e noturno, dispor de recursos que garantam a privacidade do usuário durante o processo de intervenção profissional, bem como ventilação adequada a atendimentos com portas fechadas e espaço adequado para a guarda de material técnico de caráter privativo.

Insta salientar que, conforme o artigo 7º da referida normatização, o assistente social deve informar por escrito aos seus empregadores todas as inadequações éticas, físicas e técnicas identificadas, recomendando alternativas para as adaptações necessárias.

Caso o órgão, instituição ou entidade se recuse a cumprir com as exigências necessárias para assegurar a qualidade do atendimento prestado à população, o assistente social tem a responsabilidade ética de comunicar por escrito ao CRESS do âmbito de sua jurisdição tais inadequações, para garantir que o exercício profissional possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente.

Nesse sentido consideramos que a formação profissional tem o compromisso de subsidiar aos discentes a reflexão crítica acerca dos fundantes da precarização do trabalho e as suas expressões nos diferentes espaços ocupacionais, para que na atual conjuntura os profissionais sejam capazes de construir respostas profissionais fundamentadas no projeto ético-político hegemônico.

Da mesma forma, é importante que o processo formativo qualifique os discentes no que diz respeito ao debate da Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993, do Código de Ética Profissional de 1993, bem como as Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, para que os compreendam como documentos norteadores e orientadores do exercício profissional.

Nesse sentido, notamos na análise que 2 (dois) discentes mencionaram a preocupação, no âmbito da intervenção profissional, com as requisições institucionais incompatíveis com a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993, especialmente àquelas que requerem abordagens terapêuticas e de diagnósticos clínicos:

A dimensão técnico operativa eu entendo o conjunto do dia a dia do profissional um conjunto de práticas de, né pra se falar de operativo é aquilo se operacional e aquilo que se faz dentro do né, por exemplo no código de ética está escrito que é vedado ao profissional de Serviço Social fazer qualquer tipo de prática terapêutica, psicológica, [...] então a própria dimensão técnico operativa diz que você dentro um atendimento com o usuário que você não trata coisas que você não foi preparado para tal [...] (Entrevistado/a 06).

Então assim, a dimensão técnico operativa [...] precisa de outros tantos elementos para ela poder se efetivar. Então por exemplo, se você tem uma instituição que não conhece a identidade do Serviço Social enquanto profissão, quanto algo que pode fazer a diferença em uma equipe, você não consegue trabalhar. O que você vai saber fazer em uma instituição que não conhece o assistente social, que não sabe o que ele faz? O que ele pode mudar na instituição, ou não? Então

assim, quando você tem também o entendimento por parte da equipe, uma identidade formada, essa dimensão técnico-operativa também se aplica. Então a gente tem a instrumentalidade, a gente tem as nossas leis, e a gente tem que ter também o... digamos assim... não vou dizer aval, vou dizer o reconhecimento por parte de uma equipe profissional, que a gente ali, sem o nosso trabalho o contexto social fica totalmente a “frangalhos” e você vai ver um usuário as vezes só pela dimensão individual ou “psicologizante”, o que é comum confundir a gente com Psicologia. Então assim, a gente tem um papel definido, então para a gente aplicar essa dimensão técnico-operativa, para a gente poder atuar, a gente também precisa desse reconhecimento. Então eu acho que é uma junção desses elementos (Entrevistado/a 22).

Atribuir ao Serviço Social demandas e requisições que não fazem parte do rol de atividades descritas nos artigos 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão, além de invadir a área de conhecimento de outra categoria profissional – neste caso, a Psicologia –, também demarca uma tendência no atual quadro do capitalismo contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho, que exige dos trabalhadores – neste contexto, o assistente social enquanto trabalhador assalariado –, atributos como a polivalência, versatilidade e proatividade.

Com o avanço do pensamento conservador, há a naturalização da desigualdade social e, nesse sentido, as expressões da questão social são enfrentadas por uma perspectiva moralizante e psicologizante. Assim, a onda conservadora tende à retomar à profissão a imagem social atrelada a ajuda, ao clientelismo e paternalismo do Serviço Social Tradicional.

Nesse sentido, os instrumentos legais e normativos do Serviço Social, isto é, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e as Resoluções construídas pelo Conjunto CFESS-CRESS trazem elementos no âmbito jurídico que substanciam a defesa do projeto profissional crítico.

Defender cotidianamente nos diversos espaços sócio-ocupacionais as atribuições privativas e competências profissionais – que compreendem a questão social enquanto matéria fundante do trabalho profissional –, significa resguardar e lutar pela hegemonia da concepção crítica de profissão legitimada e fundamentada pela ruptura com o conservadorismo.

Portanto, consideramos enquanto primordial que a formação acadêmica profissional proporcione aos discentes o debate dos instrumentos que normatizam e orientam a profissão, uma vez que a dimensão jurídica-política revela o lugar ocupado pelo Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Notamos ainda que 2 (dois) discentes apresentaram respostas que não condizem com o debate da dimensão técnico-operativa, demonstrando claramente debilidades na apreensão do conteúdo do curso:

Então, é o que eu tinha falado antes que a gente estuda aqui, mas aquela forma dos instrumentos de trabalho que a gente vai utilizar. Cada campo tem um tipo ou vários tipos que, na minha percepção, serve para a gente, é... enxergar, identificar qual que é o problema social daquele usuário e, a partir daí, com a política que a gente tem na mão, trazer uma solução e de forma que a gente pode encaminhar ele para outros serviços (Entrevistado/a 04).

É a dimensão da nossa capacidade racional de resolver problemas, o que a gente caracteriza como problemas? Que a gente aqui no Serviço Social talvez tenha mais a dimensão da problemática, que seriam problemas em comum convergindo, situações sociais de indivíduos específicos convergindo com a situação social mais ampla. A técnica, a dimensão técnico-operativa seria a, a forma da gente perceber essa, essa conglomeração de situações que a realidade coloca e aí também é fundamental né, porque a partir do momento documental, onde a gente registra o histórico da própria instituição, das famílias talvez, a gente conhece essas famílias, cria vínculos (Entrevistado/a 14).

No que tange à abordagem da dimensão técnico-operativa no processo de formação acadêmica-profissional, 35 (trinta e cinco) discentes entrevistados citaram a inserção nos campos de estágio como o momento preponderante em que houve o debate da dimensão técnico-operativa. Tal concepção pode ser observada nas seguintes falas destacadas:

Ah... eu acho que é mais mesmo quando a gente tá inserido no campo de estágio, quando, é... a dimensão técnico-operativa, você vai, realmente, ter assim... vivenciar, você vai poder, é... saber realmente o que é que é quando você está inserida no campo de estágio, entendeu? [...] (Entrevistado/a 02).

[...] assim, eu acho que fica bem em evidência mesmo quando vai para o campo de estágio. Porque antes a gente ouve muito falar, só que, eu acho que só ouvindo falar a gente não tem tanta dimensão de como que realmente é... a gente vai ouvindo e tal, mas eu acho que é só quando a gente vai mesmo pro estágio... pelo menos eu percebo isso, que você tem essa noção [...] (Entrevistado/a 03).

Acho que no estágio, é o momento que você coloca em prática, você está lidando com as questões sociais né, você não está mais estudando história. Você está lidando com histórias verdadeiras, então você tem que colocar aquilo tudo em prática (Entrevistado/a 08).

[...] pelo menos na minha formação eu tive um baque muito grande do sexto em diante, do sexto período em diante. Porquê? Porque teve a

junção do estágio no sexto período. Essa dimensão técnico-operativa, eu acho que ela se faz mais presente só a partir daí, só mesmo a partir do... independente do campo que você pegue... assistência, saúde, eu acho que ela só se faz presente a partir do sexto período (Entrevistado/a 12).

Acho que mais incisivamente na experiência nos campos de estágio isso acontece, porque o estagiário vai ser chamado a escolher entre um instrumento ou outro, ou propor algum instrumento pra realizar a sua atividade ali supervisionada, desde sempre supervisionado. Acho que o estágio é o momento que abarca mais... mais essa dimensão (Entrevistado/a 25).

Acho que efetivamente quando a gente vai ver essa dimensão é mais na nossa atuação, no nosso campo de estágio, nas nossas discussões em grupo em relação aos casos ou coisas assim (Entrevistado/a 28).

No momento da formação? É o que eu falei... a partir dos estágios, da inserção no campo de trabalho (Entrevistado/a 32).

Enfim, pra mim isso apareceu assim, mais claramente nos últimos períodos e depois que eu entrei no estágio, por conta das supervisões que a gente vai estudando bastante isso [...] (Entrevistado/a 37).

Pode ser no estágio? No estágio porque acho que é o momento que temos contato com o campo (Entrevistado/a 41).

Falar sobre foi mais do quinto período para lá. Mas como eu percebi como eu identifiquei, foi no estágio (Entrevistado/a 43).

Como sinalizado anteriormente, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 compreendem o estágio supervisionado em Serviço Social enquanto atividade indispensável integradora do currículo, pertencente ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Para além das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o conjunto de normatizações que orientam o estágio supervisionado em Serviço Social, isto é, a Resolução nº 533 do Conjunto CFESS/CRESS de 2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010, concebe o estágio curricular como momento privilegiado de aprendizado teórico-prático que proporciona ao discente a qualificação para o trabalho profissional.

Desse modo, a inserção do estagiário nos diversos espaços sócio ocupacionais pressupõe uma supervisão direta sistemática, que possibilite aos futuros assistentes sociais reflexões críticas acerca da prática profissional e das condições de trabalho dos assistentes sociais.

Portanto, o estágio curricular configura-se num processo de ensino-aprendizagem que permite aos discentes construir novas possibilidades de respostas

profissionais nos espaços institucionais através do contato concreto com o cotidiano profissional.

É evidente que a experiência de estágio permite aos discentes estagiários investigar o campo em que se inserem, refletir acerca do contexto sócio institucional, apreender a realidade do trabalho profissional, desenvolver suas habilidades na utilização dos instrumentos e técnicas, além de aprimorar sua capacidade investigativa e argumentativa.

Contudo, observamos nas falas dos discentes entrevistados, que o estágio supervisionado é concebido como o momento da formação profissional que demarca o encerramento de um “ciclo teórico” e início de um “ciclo prático”. Isto posto, podemos constatar que há nessa concepção uma dificuldade interpretativa da intrínseca relação entre as dimensões que constituem a profissão, uma vez que não é concebível pensar no exercício profissional – e, nesse contexto, no estágio supervisionado –, sem o respaldo teórico de algum método de análise da realidade.

Nesse sentido, demarcamos a transversalidade do ensino da prática no projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFJF que, fundamentado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, expressa a unidade dialética entre os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional, isto é, núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

À vista disso, também conjecturamos que muitos discentes podem compreender equivocadamente que o debate da dimensão técnico-operativa somente diz respeito àquela concebida através da incorporação da razão crítica-dialética, isto é, a consolidação do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

No entanto, conforme já sinalizamos ao longo de todo o primeiro capítulo deste trabalho, a dimensão técnico-operativa se expressa nos distintos projetos profissionais, o que a diferencia é o referencial teórico-político nos diferentes momentos históricos do Serviço Social (Trindade, 2001).

Nossas reflexões buscam sinalizar que a abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social processa-se por toda a formação profissional, uma vez que o conteúdo programático das disciplinas direciona para apreensão do significado social da profissão nas relações sociais.

Nesse sentido, observamos que 4 (quatro) discentes apontaram tal relação intrínseca entre teoria e prática e, por essa razão, indicaram que o debate da

dimensão técnico-operativa se deu ao longo de toda a trajetória acadêmica através das diversas formas de conhecimento⁹⁵:

Pelo menos no processo de formação qual eu passei, comecei a identificar isso nas disciplinas de Fundamentos. Então isso começou a aparecer de forma mais sutil mais na parte de oficina profissional, isso fica bem mais claro e também na disciplina de Ética e Trabalho e Serviço Social começa a aparecer de forma bem substancial, a disciplina de Trabalho isso fica bem evidente [...] (Entrevistado/a 21).

[...] ao longo de todo curso já vai direcionando isso para a gente, porque a partir do momento que a gente começa a ter essa leitura da realidade crítica a gente já vai começando mesmo a formar, não de forma objetiva, mas de uma forma subjetiva essas estratégias que futuramente a gente vai aplicar na nossa profissão, então eu acredito que é ao longo de toda formação, mas específico nas disciplinas de oficina [...] (Entrevistado/a 23).

Então, eu acho que quando a gente, né? Passa pra se inserir no campo de estágio a gente vai ter o contato com o debate das dimensões da profissão, né? Quando a gente tá no estágio profissional, muita gente acha que a gente tá indo para “aprender a ser assistente social”, mas o estágio profissional pra mim é a gente conseguir ter contato com as contradições, né? E os limites ali, os desafios do exercício profissional, porque o estágio profissional faz parte da nossa formação acadêmica. Então entendendo o estágio como é... elemento componente da formação acadêmica, eu acho que o debate da dimensão técnico-operativa e das outras dimensões da profissão, ele se apresenta com mais nitidez, a partir de quando a gente entra para o campo de estágio e academicamente a gente vai tratar disso nas oficinas de trabalho e formação profissional, né? Na oficina I a gente vai estudar sobre as dimensões da profissão e também aprofundar o que a gente já estuda na disciplina de trabalho, sobre a relação entre teoria e prática. Foi isso, né? que você perguntou? Quando que a gente... em que momento da formação? Acho que é isso. [...] Porque a gente vê que é... esse debate é a todo o momento ele tá transpassado em toda a nossa grade curricular. No que foi pensando pedagogicamente, só que a partir do arcabouço teórico que a gente, que é oferecido pra gente nos primeiros períodos, a gente consegue compreender melhor esse debate sobre as dimensões técnico-operativa, ético-política, teórico-metodológica e a relação entre teoria e prática (Entrevistado/a 34).

Eu acho que a todo o momento, assim, porque, é, a gente aprende sobre formas de tá ali no cotidiano do trabalho, então acho que, no geral, pelo menos eu, desde o começo da faculdade, a gente vai num processo de desconstrução de algumas, alguns pensamentos,

⁹⁵ “[...] dentre eles, o conhecimento teórico sobre a vida social, sobre a realidade que criou e sustenta essa profissão, ou seja, sobre a prática social em que se deu origem, fortaleceu, alimentou e alimenta essa profissão; sobre os sujeitos que buscam o profissional, bem como, do conhecimento procedimental da profissão, da cultura profissional” (SANTOS e PINI, 2013, p. 137).

algumas ideias e a gente acaba pegando isso também pra aplicar no nosso dia a dia ali do trabalho [...] então desde o início da faculdade a gente tem um pouco desse contato, considerando onde a gente for intervir (Entrevistado/a 47).

Considerando a fala dos estudantes, entendemos que a apreensão destes no que se refere ao ensino da dimensão técnico-operativa é mais condizente com aquela que é apreendida no projeto profissional hegemônico que se fundamenta pelo método materialista-histórico-dialético de Marx.

O incansável trabalho intelectual de Marx – que se esforçou em conhecer e explicar a sociedade burguesa –, nos apontou um direcionamento teórico-metodológico para o conhecimento do movimento histórico do real. Desse modo, como já sinalizado, compreendemos que a teoria é um conjunto de explicitações teórico-metodológicas acerca de um objeto determinado e se constitui enquanto uma modalidade de conhecimento dentre as várias maneiras de se processar o conhecer (NETTO, 2011).

Nesse sentido, a teoria é, então, a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Constata-se então que o conhecimento teórico não produz nada por si só, uma vez que é uma reprodução no mundo das ideias do concreto na cabeça dos sujeitos que buscam conhecer e pesquisar com referência no conhecimento teórico. Portanto, esse movimento da realidade é algo que parte do externo e é reproduzido no plano das ideias.

Marx sustenta que a teoria não é o que retrata estaticamente a realidade, ela extrai da realidade um movimento efetivo dela própria – da realidade. Sob a perspectiva marxista, compreendemos que o objeto a ser conhecido é inesgotável porque está em movimento, ou seja, está em constante transformação. Assim, podemos afirmar que o conhecimento do movimento do real é inesgotável, é a reconstituição do objeto pelo pensamento.

Segundo os grifos de Santos e Pini (2013), a teoria possibilita o conhecimento sobre o objeto e não a sua transformação, pois “[...] é parte de uma prática social, e, como tal, só pode ser conhecido ou apreendido em sua essência, a partir de um conhecimento teórico” (p. 136). Ainda segundo as autoras, a prática é o âmbito em que o pensamento se retorna, assim a teoria não se aplica ao real, não se transforma

em prática de maneira imediata.

[...] a função da teoria – em relação aos instrumentos e técnicas – em uma prática profissional consiste em oferecer ao profissional o *significado social* de sua ação, consiste em oferecer o *sentido social* da sua ação. Somente o conhecimento teórico sobre os fenômenos – que são objetos de intervenção dos assistentes sociais e, ao mesmo tempo, processos sociais – é que pode oferecer o significado social de sua ação. Portanto a relação teoria/prática encontra-se em uma apreensão teórica que possibilita a compreensão das práticas profissionais e a estrutura de seus objetos. Ela explicita as tendências presentes no movimento da realidade, bem como as manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional (Santos, 2006, p. 227-228).

Observamos na fala de 2 (dois) dos discentes entrevistados que a formação profissional não propicia conteúdos teórico-práticos de maneira transversal, logo, sinalizaram uma formação “teoricista” em detrimento dos conhecimentos procedimentais.

Então, essa é até uma crítica que eu tenho em relação a formação em Serviço Social, porque as dimensões não são muito transversais, elas não são colocadas de uma forma igual durante a formação. Eu acho que no começo da faculdade a gente vê muito a parte teórica e a parte técnico-operativa fica muito pro final, muitas vezes os alunos saem com muita dúvida em relação a essa dimensão. Acho que é a menos tocada durante a formação (Entrevistado/a 01).

Eu acho que essa dimensão técnico-operativa aparece muito nas Oficinas I II e III que vai dando um respaldo para o momento de estágio [...] mas eu sinto uma defasagem também, porque querendo ou não o Serviço Social lida com política pública e a gente no Serviço Social não estuda muito as políticas, até porque elas mudam, então às vezes a gente chega no campo de estágio e tem muita coisa que a gente não sabe, do INSS, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Criança, várias leis, várias coisas que a gente não conhece. Então, eu sinto uma defasagem, a gente chega muito assim com os ideais, com a questão do capitalismo e tudo, mas que não é aplicável ali naquele momento, naquela prática de atuação (Entrevistado/a 45).

Destacamos ainda na resposta do/a entrevistado/a 45 uma crítica à formulação do currículo do curso da Faculdade de Serviço Social da UFJF, indicando uma lacuna no que tange ao debate das legislações que orientam e regem as políticas sociais.

Conforme anteriormente elucidado, a partir da hegemonia de um projeto profissional que se fundamenta na razão crítica-dialética e que se expressa, sobretudo, na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, as expressões da questão

social são compreendidas como objeto de trabalho do assistente social que, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, reproduz as contradições inerentes da sociabilidade do capital.

Nesse sentido, o Serviço Social tem seu trabalho interposto no campo das políticas sociais nas esferas de gestão, formulação e execução – o que nos permite atuar em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, habitação, previdência, empresas privadas, sociojurídico, entre outros. Assim, a formação profissional dos assistentes sociais é orientada por uma perspectiva generalista, por compreender que o objeto de intervenção são as refrações da questão social.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional. [...] É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996, p. 8).

Tal concepção é evidente no Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Serviço Social, que destaca o perfil de bacharel que vislumbram graduar:

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.
- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social (FSS/UFJF, 2016, p. 11).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares fortalecem a concepção de que o processo formativo dos assistentes sociais não tem o objetivo de graduar especialistas

em assistência social, especialistas em saúde ou especialistas em previdência⁹⁶. O processo formativo em Serviço Social pretende colaborar para a capacitação teórico-metodológica e ético-política – requisito fundamental para o exercício das atividades técnico-operativas –, para que os profissionais consigam atuar em quaisquer espaços sócio-ocupacionais (Prates *et al*, 2012).

Por esta razão que, pedagogicamente, a COE indica que os três semestres de estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório deva ser realizado no mesmo espaço socioinstitucional, pois a amadurecimento teórico-prático adquirido ao longo da experiência do estágio – independentemente da política social em que estará inserido –, subsidiará aos discentes os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos necessários para a sua inserção nesse espaço laboral.

Contudo, concordamos com os grifos de Guerra (2019) quando aponta que a formação profissional, as pesquisas e a produção da área devem realizar as mediações necessárias para conhecer o Serviço Social no interior das políticas sociais, todavia “[...] falar de política não é o mesmo que falar de trabalho de assistentes sociais na política” (p. 117).

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF prevê obrigatoriamente que os estudantes cumpram créditos em disciplinas que dispõe de conteúdos acerca das políticas sociais e as suas determinações sobre a profissão.

Destacamos, portanto, a ementa da disciplina Política Social que tem por finalidade estudar o significado da política social na sociedade burguesa, a construção e a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa, as políticas sociais nos países de capitalismo periférico e suas particularidades na sociedade brasileira.

Já a ementa da disciplina de Política de Seguridade I, objetiva debater com os discentes a configuração das políticas sociais públicas no contexto neoliberal, focando na constituição da assistência social no Brasil como política social, as lutas sociais

⁹⁶ “Não se nega a existência de particularidades nesses espaços, sobre as quais o profissional que ali se insere precisa apropriar-se para bem realizar o exercício do seu trabalho, mas estes espaços estão inseridos em contextos históricos locais, regionais, nacionais, enfim elementos que conformam a realidade do país que são comuns e que se expressam nesses espaços os condicionando. A fragmentação da profissão por campos só a despotencializa. Contudo, esta também é uma característica do modo de produção capitalista, que fragmenta sob o discurso idealizado de integração ou da especialização. Assim como exclui e inclui (precarosamente) de acordo com os seus interesses, o capital estimula a fragmentação ou a integração (também precária) a partir da mesma lógica” (Prates *et al*, 2012, p. 191).

pela previdência no país e as tendências à privatização na contemporaneidade.

A disciplina de Política de Seguridade II debate a construção histórica da política de saúde, a reforma sanitária e o Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social; a prestação e administração de serviços sociais na área de saúde nas esferas pública e privada e a inserção do assistente social, além do debate da mercantilização da saúde.

O currículo da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2016) disponibiliza as disciplinas denominadas Laboratório em Áreas de Intervenção Profissional. A disciplina Laboratório em Áreas de Intervenção Profissional I é obrigatória e em sua ementa consta o debate acerca dos procedimentos técnicos do trabalho do assistente social na área da saúde, trabalhando com os alunos temáticas como a interdisciplinaridade, trabalho em equipe, equipes de referência e equipe matricial no trabalho em saúde, além do acolhimento e a humanização no trabalho em saúde.

Já as disciplinas Laboratório em Áreas de Intervenção Profissional II, III, IV, V, VI, VII e VIII são disciplinas eletivas e possuem ementas abertas, permitindo ao corpo docente autonomia para propor temáticas contemporâneas que subsidiem e qualifique os futuros assistentes sociais para a intervenção profissional. Assim, identificamos que 12 (doze) discentes entrevistados/as apontaram os laboratórios como espaço privilegiado para apreender a dimensão técnico-operativa.

Importa-nos salientar também que dentre as respostas, encontramos 1 (um discente que apontou a inserção no movimento estudantil – através do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek da Faculdade de Serviço Social da UFJF –, como um dos momentos no processo formativo que possibilitaram o debate da dimensão técnico-operativa.

Destacamos tal questão por compreender a importância do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que – enquanto um movimento estudantil de área –, contribuiu ativamente na construção histórica do projeto ético-político crítico hegemônico da profissão, ocupando espaço na aprovação do Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e no âmbito da formação profissional, a partir da construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

É através da inserção no MESS – seja por meio da representação estudantil local, como os Diretórios e Centros Acadêmicos, ou em âmbito nacional na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) –, que os discentes têm a possibilidade de se organizar politicamente e desenvolver diversas ações críticas e

comprometidas com um projeto profissional que tem em seu horizonte um projeto societário que vislumbra o rompimento com toda forma de exploração e opressão de classe.

Nesse sentido, em concordância com a pesquisa de Paula (2003), consideramos que a experiência oriunda do movimento estudantil qualifica o processo formativo dos discentes, pois é a partir da luta coletiva por uma educação de qualidade e pelas lutas gerais da classe trabalhadora que a militância política no DAPJS proporciona um amadurecimento teórico-crítico nas dimensões constitutivas da profissão.

Não distinto do contexto mais amplo do MESS, consideramos que a história do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek nos afirma o seu compromisso político com a classe trabalhadora. O DAPJS, ao longo dos últimos anos, se mostrou combativo e crítico em suas ações, contribuindo para a reafirmação de uma formação acadêmico-profissional crítica assim como esteve presente nos processos de lutas sociais para além do âmbito universitário, tornando públicas e políticas as diversas expressões da questão social. Essa postura política construída pelo Diretório Acadêmico, em nossa avaliação, está diretamente ligada à formação teórico-política que a Faculdade de Serviço Social da UFJF proporciona aos seus alunos – uma formação que permite a percepção do movimento do real a partir da totalidade social e de análises sócio-históricas. Também, as experiências advindas do Movimento Estudantil melhor qualificam nossa formação profissional. Portanto, avaliamos que o diálogo entre uma boa formação teórica e a participação ativa no Movimento Estudantil possibilita dialeticamente uma formação acadêmico-profissional crítica e criativa – como acontece na Faculdade de Serviço Social ao longo de sua grandiosa história (Zancanelo; Silva, 2018, p. 201).

Ainda na análise qualitativa das respostas dos discentes, observamos o destaque para o âmbito da pesquisa e dos projetos de extensão como possibilidades para acessar o debate do instrumental técnico-operativo do trabalho profissional do assistente social. Assim, fundamentados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS:

O curso tem, como um de seus princípios e diretrizes, assumir a pesquisa como um elemento transversal à formação profissional e assumir a integração entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, os alunos são incentivados a participarem de projetos de pesquisa, extensão, monitoria, treinamento profissional e eventos pertinentes ao curso. Estas atividades complementares, por serem indissociáveis do ensino, podem ser creditadas através do componente curricular “Seminário Integrado de Pesquisa e Prática Acadêmica I e II” (FSS, 2016, p. 27).

Considerando a natureza interventiva da profissão que exige uma atitude investigativa no cotidiano profissional, apontamos que a transversalidade da pesquisa

e da extensão no âmbito da formação profissional possibilita que os discentes apreendam as mediações entre os conhecimentos teóricos acerca da realidade social e o trabalho profissional. Nas palavras de Bourguignon (2007, p. 51):

Na trajetória histórica da profissão, a atitude investigativa se faz presente, sendo constitutiva e constituinte. Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação, mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional. Neste processo, a profissão sofre determinações estruturais que, contraditoriamente, tanto a desafiam, como, por vezes, lhe criam barreiras, impedindo que, na sua singularidade, muitos profissionais ainda não percebam a vinculação orgânica entre intervenção/investigação.

Desse modo, a pesquisa vem trazendo subsídios para o Serviço Social na análise das relações sociais sob o capitalismo. A investigação está intrínseca nas competências profissionais do assistente social, uma vez que, nas mais diversas ações do cotidiano profissional, o assistente social está exercitando a dimensão investigativa: seja na realização de entrevistas, estudo social, laudos, pareceres, entre outros.

Guerra (2009) nos indica dois desafios à profissão no contexto contemporâneo: primeiro, o Serviço Social precisa investir na pesquisa qualificada que responda não só às requisições e demandas do mercado de trabalho e, portanto, das políticas sociais, mas também responder às necessidades sociais da classe trabalhadora, além de investir numa política nacional de pesquisa socialmente comprometida, que trate de aspectos relevantes para a sociedade brasileira, especialmente para as formas de organização da classe que sobrevive da sua força de trabalho. Assim:

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica. Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar (Guerra, 2009, p. 714).

À vista disto, podemos constatar que a formação em Serviço Social ofertada pela

Faculdade de Serviço Social da UFJF comunga dos valores e princípios defendidos pelo projeto ético-político hegemônico, expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A análise realizada no Projeto Político Pedagógico, bem como a exploração das respostas dos alunos entrevistados em nossa pesquisa nos permite indicar preliminarmente que há no currículo em vigor a transversalidade do ensino teórico-prático e uma concepção quanto aos fundamentos do Serviço Social que se apoia na unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

Urge salientar a importância da Faculdade de Serviço Social da UFJF para a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo no processo de renovação da profissão no Brasil, uma vez que grandes quadros político-profissionais que estiveram na luta por uma nova concepção de profissão – que se ancora na perspectiva crítico-dialética –, formaram-se nesta unidade acadêmica.

Outrossim, também afirmamos que na contemporaneidade a Faculdade de Serviço Social da UFJF constitui-se como uma das escolas de referência nacional para a formação dos futuros assistentes sociais comprometidos com os valores e princípios do projeto profissional hegemônico.

No entanto, não podemos deixar de apontar as respostas equivocadas que foram encontradas na análise das entrevistas, o que pode revelar uma lacuna na efetivação do currículo – especialmente no que tange ao debate da dimensão técnico-operativa.

O contexto de contrarreforma da política de educação no Brasil acrescido das transformações no mundo do trabalho, impõe inúmeros desafios e tensões para o ensino superior. Aqui destacamos os cortes orçamentários que prejudicam o funcionamento pleno das atividades, o reduzido quadro de professores efetivos, a transitória e precária contratação de professores por meio de processos seletivos simplificados para docentes substitutos, a sobrecarga de trabalho dos docentes efetivos e substitutos, a exigência de produtividade, que tem impactado na saúde mental destes profissionais, entre outras questões que perpassam o processo de aligeiramento do ensino superior.

Conforme já enfatizado no primeiro capítulo, é evidente que este cenário de flexibilização da educação superior influencia na formação profissional dos futuros assistentes sociais, que amargam os influxos do projeto neoliberal orquestrado no país desde a década de 1990.

Assim, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que direcionam a formação de um

perfil profissional comprometida com os valores e princípios do projeto hegemônico que se ancora na teoria social de Marx é, indiscutivelmente, antagônica daquela formação ansiada pelo mercado de trabalho. Isto significa dizer que nunca houve uma conjuntura profícua para a perspectiva crítica-marxista de profissão.

Nesse sentido, partilhamos das preocupações de Paula (2016) que nos indica a urgência da categoria profissional de se apropriar do debate da dimensão técnico-operativa no âmbito da formação profissional sem o temor de incorrer ao tecnicismo, pois “[...] a elaboração de orientações metodológicas respaldadas em um referencial teórico-metodológico marxista é uma tática fundamental para a defesa do nosso projeto ético-político” (p. 176).

Assim, julgamos que o processo formativo é o campo privilegiado e fundamental para descortinar as mediações entre o conhecimento teórico-metodológico e a realidade social. Abster-se de tal responsabilidade contribui para a incorreta afirmativa de que “na prática a teoria é outra”, pois tal dicotomia “[...] advém, muitas vezes, do próprio desconhecimento do que seja teoria, do que seja prática e das relações que se estabelecem entre elas” (Paula, 2016, p. 177).

Destacamos especialmente as disciplinas de laboratórios e oficinas que, estrategicamente, são ministradas durante à inserção dos alunos nos campos de estágios supervisionados. Consideramos que tais disciplinas são espaços privilegiados para fomentar o debate da dimensão técnico-operativa do trabalho profissional do assistente social, subsidiando aos discentes as mediações necessárias para compreensão da relação entre teoria e prática.

Todavia, observamos ao longo da nossa análise que as disciplinas do núcleo de fundamentos do trabalho profissional especialmente da área de formação profissional, isto é, os laboratórios em áreas de intervenção II, III, IV, V, VI, VII e VIII possuem ementas abertas, o que significa dizer que a proposição dos debates é definida pelos docentes responsáveis pela disciplina.

Desse modo, preocupamo-nos no contexto contemporâneo com a diminuta produção de conhecimento em Serviço Social acerca dos fundamentos históricos teórico-metodológicos da profissão (Closs, 2015). Este cenário impacta diretamente na escolha dos docentes em priorizar (ou não) o debate da dimensão técnico-operativa em disciplinas de ementas abertas.

É preciso aprofundar as análises fundamentadas na razão crítico-dialética sobre a dimensão técnico-operativa para que os assistentes sociais no âmbito da

intervenção profissional sejam capazes de construir novas ações profissionais qualificadas diferentes das respostas burocráticas e padronizadas requisitadas pelas políticas sociais.

A análise das entrevistas com os discentes nos leva a reflexão de que o currículo em vigor assegura espaços privilegiados para a realização do debate da dimensão técnico-operativa, como o estágio supervisionado, as oficinas trabalho profissional, os laboratórios, entre outras atividades. No entanto, ainda observamos em uma parcela da categoria profissional-acadêmica a concepção equivocada de que há uma dicotomia entre teoria e prática.

Nesse sentido, compreendemos que estes espaços precisam ser aproveitados de maneira mais qualificada, criativa e estimulante. Isto, certamente, exige melhor capacitação do corpo docente que, enquanto assistentes sociais inseridos no âmbito da docência, também enfrentam os desafios da precarização do trabalho.

Todavia, é necessário que os assistentes sociais docentes construam estratégias pedagógicas que consigam imprimir no cotidiano da sala de aula a lógica do método crítico-dialético contido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Para tanto, é fundamental que a formação acadêmica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* propicie aos futuros docentes os elementos necessários para que sejam capazes de expressar a unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 nas disciplinas.

Portanto, é preciso qualificar e promover espaços de discussão e troca de experiências entre os discentes de pós-graduação, especialmente no que se refere ao estágio docência – considerando-o enquanto um espaço rico para apropriação de metodologias pedagógicas, estratégias, instrumentos e práticas pedagógicas que sejam fundamentadas na razão crítica-dialética e, portanto, consigam imprimir na formação profissional a articulação dos núcleos que fundamentam as Diretrizes Curriculares.

Do mesmo modo, salientamos a necessidade de propiciar a capacitação continuada dos assistentes sociais que supervisionam estágios, uma vez que oferecer espaços privilegiados para que estes profissionais consigam refletir acerca do cotidiano profissional também se configura como uma possibilidade de contribuir para a defesa e o fortalecimento da formação e do trabalho profissional do assistente social no horizonte do projeto ético-político.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso da construção desta dissertação, buscamos analisar os principais dilemas e possibilidades que perpassam a formação profissional do assistente social, especialmente no que se refere a apropriação crítica da dimensão técnico-operativa. Com base na literatura histórico-crítica da profissão que se apoia na teoria social de Marx e, sobretudo, na pesquisa empírica realizada com os discentes formandos da Faculdade de Serviço Social da UFJF entre os anos de 2016 e 2019, foi possível construir reflexões acerca da dimensão formativa entendendo-a como suporte à dimensão técnico-operativa.

Tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão fundamentalmente interventiva que se insere na divisão social e técnica do trabalho, e, portanto, requisitado a responder os interesses contrapostos das classes fundamentais da sociedade capitalista, é ineliminável o caráter ideopolítico existente nas respostas profissionais dos assistentes sociais.

Nesse sentido, a intervenção profissional do Serviço Social não se reduz ao mero manejo do instrumental técnico-operativo e, tão logo, não é neutra. Isto significa dizer que há uma relação indissociável entre as três dimensões que constituem a profissão. A dimensão técnico-operativa se fundamenta pela dimensão teórico-metodológica, que propicia a compreensão do significado da ação por meio da interpretação dos processos sociais, bem como pela dimensão ético-política que expressa os valores e os objetivos profissionais.

À vista disso, dedicamo-nos no decurso deste estudo apontar as principais tendências do ensino teórico-prático na formação profissional do Serviço Social ao longo do desenvolvimento sócio-histórico da profissão na sociedade brasileira, desde a sua gênese com a influência da doutrina da Igreja Católica até a construção de um novo projeto profissional fundamentado na razão crítico-dialética.

Nesse sentido, o estudo acerca do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no país e suas bases tradicionais-conservadoras, bem como a aproximação da profissão com a matriz positivista nos foi possível identificar como a dimensão técnico-operativa do Serviço Social era compreendida e abordada ao longo do processo formativo, sendo o Serviço Social de Caso a primeira modalidade de exercício profissional prevalecte neste contexto.

Reconstruir criticamente o trato da dimensão técnico-operativa no Serviço Social

tradicional, contribui substancialmente na análise contemporânea da profissão no Brasil, uma vez que encontramos ainda profissionais que – conscientes ou não –, aderem e incorporam os objetivos político-profissionais que se orientam por uma perspectiva moral conservadora. A título de exemplo, expressa-se atualmente na categoria profissional uma proposta de atuação profissional que se autodenomina como Serviço Social Clínico que, em suma, resgata os conceitos do “Serviço Social de Casos”, concebendo o trato da dimensão técnico-operativa através de diagnósticos clínicos e abordagens terapêuticas.

É nesse sentido que consideramos pertinente evidenciar em nossa pesquisa as repercussões do movimento de reconceituação latino-americano no Serviço Social brasileiro, bem como os caminhos do processo de renovação da profissão na conjuntura política, econômica e social da autocracia burguesa, pois é neste contexto que as escolas de Serviço Social são incorporadas às instituições universitárias, o que possibilitou o enfraquecimento da legitimidade do confessionalismo na formação acadêmica-profissional dos assistentes sociais e a construção de um novo currículo mínimo em 1982.

Dessa forma, destaca-se no Serviço Social um novo projeto de profissão que – fundamentado na teoria social crítica de Marx – intenciona romper com o conservadorismo no trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais. Este projeto profissional crítico expressa-se na Lei de Regulamentação da Profissão e no novo Código de Ética Profissional aprovados em 1993 pelo Conjunto CFESS-CRESS, bem como nas novas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

O importante resgate histórico do processo de construção das novas diretrizes para a formação acadêmica-profissional dos assistentes sociais, nos propiciou apreender a contribuição da perspectiva ontológica lukacsiana para o avanço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo presente na lógica que funda a estruturação das Diretrizes Curriculares em três núcleos de fundamentação e a referencialidade do método materialista histórico-dialético – no qual assenta a Teoria Social crítica de Marx –, na concepção de fundamentos no Serviço Social.

Explorar criticamente a trajetória sociohistórica do Serviço Social brasileiro desde a sua gênese até a implementação de uma formação acadêmica alinhada à racionalidade crítica, nos ajuda a compreender que os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social percorrem nos projetos de profissão expressos nos diferentes momentos históricos do Serviço Social brasileiro. O que

distingue o trato da dimensão técnico-operativa nesses distintos projetos profissionais é, precisamente, o referencial teórico-metodológico e ético-político que os orientam.

Dessa forma, a formação acadêmica-profissional em Serviço Social fundamentada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 vislumbra evidenciar o significado social da profissão nas relações sociais e, portanto, a abordagem da dimensão técnico-operativa processa-se ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Nossas reflexões buscaram sinalizar que desvendar as determinações sócio-históricas das demandas cotidianas que expressam as contradições da sociabilidade burguesa, só é possível através de uma formação profissional que se fundamenta na lógica das Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 que expressa uma concepção de fundamentos. Assim, concordamos com Teixeira (2019) quando afirma que há uma relação dialética entre os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares em que se assentam os Fundamentos do Serviço Social.

Tendo em vista que a concepção de formação acadêmica que se expressa na lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS é contra-hegemônica a sociabilidade do capital, a implementação deste projeto de formação profissional que se funda na razão crítico-dialética sofre as repercussões das políticas neoliberais instauradas no país a partir da década de 1990.

Dessa forma, o avanço da ofensiva do capital aos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora tensionam o projeto profissional crítico hegemônico do Serviço Social, uma vez que as transformações societárias delineadas a partir da contrarreforma do Estado brasileiro em resposta à questão social requisitam dos assistentes sociais uma prática profissional irrefletida, pragmática e reiterativa (Guerra, 2018).

Nesse sentido, o projeto de formação profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS fundamentado numa perspectiva crítica de profissão se consolida numa conjuntura de intensificação do projeto de educação voltado a responder as necessidades da acumulação do capital (Sakurada, 2018). Assim, tal lógica mercantil neoliberal-flexível adotada para o ensino superior brasileiro que se expressa principalmente na expansão dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior privadas, bem como a dissolução da relação ensino, pesquisa e extensão nas universidades, impõe os principais desafios para o processo de ensino-aprendizagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Este contexto de desmonte das políticas sociais – especialmente após o congelamento dos recursos do Novo Regime Fiscal (EC nº 95) estabelecido pelo governo Temer, assim como os diversos ataques promovidos por Bolsonaro ao longo de seu governo –, suscita o aprofundamento de tendências conservadoras ou neoconservadoras nas disputas políticas na esfera pública, nas políticas sociais e, também, no interior da profissão.

Urge neste cenário desafiador para a profissão a necessidade de se fortalecer o debate acerca dos fundamentos do Serviço Social, especialmente no que se refere ao debate da dimensão técnico-operativa que, por muito tempo, foi negligenciada pela categoria profissional em razão do equivocado receio de incorrer ao tecnicismo.

Analisar o trato da dimensão técnico-operativa desde as primeiras escolas de Serviço Social e suas bases conservadoras até a consolidação de um projeto de formação profissional fundamentado na razão crítico-dialética expresso nas Diretrizes Curriculares, nos permitiu apreender que a instrumentalidade do Serviço Social sofre as determinações da dinâmica social onde advém as demandas para os espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais vendem a sua força de trabalho.

É neste espaço de institucionalização das necessidades sociais que a prática profissional do Serviço Social estará sujeita, atuando no movimento contraditório das classes sociais na sociedade capitalista. Ao acionar um conjunto de instrumentos e técnicas, os assistentes sociais imprimem uma direção social a sua intervenção – fomentando um ou outro projeto societário. Isto significa, portanto, que o instrumental técnico-operativo do Serviço Social é parte da direção teórico-política da prática profissional (Guerra, 2017).

Desse modo, os achados da análise das entrevistas realizadas com os discentes formandos da Faculdade de Serviço Social da UFJF entre 2016 e 2019 nos indica que o currículo em vigor assegura espaços privilegiados para a realização do debate da dimensão técnico-operativa fundamentada pela racionalidade crítica marxista. Entre outras atividades, destacamos especialmente as oficinas de trabalho profissional, os laboratórios em área de intervenção e o processo de supervisão de estágio.

No entanto, foi possível observar em uma parcela dos discentes entrevistados imprecisões quanto as dimensões constitutivas da profissão, bem como uma concepção equivocada de que há uma dicotomia entre teoria e prática. Assim, compreendemos que estes espaços privilegiados que propiciam reflexões acerca da dimensão técnico-operativa precisam ser aproveitados de maneira mais qualificada,

criativa e estimulante.

Isto, certamente, exige melhor capacitação do corpo docente que, enquanto trabalhadores assalariados inseridos no âmbito da docência, enfrentam os desafios da mercantilização do ensino e da precarização do trabalho com o rebaixamento salarial, a ausência de contratação por meio de concursos públicos e a produtividade quantitativa de pesquisas voltadas à lógica funcional e operacional das universidades.

Diante tal conjuntura político-econômica brasileira que impacta o ensino superior, destacamos o importante papel das entidades organizativas do Serviço Social, isto é, o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO no fortalecimento de um projeto de formação acadêmica profissional ancorado na razão crítico-dialética.

Ressaltamos, sobretudo, o compromisso da ABEPSS com as estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e a formação profissional nas últimas décadas. Aqui é possível mencionar a criação do “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior” em 2008; a Política Nacional de Estágio em 2010, o Projeto ABEPSS Itinerante em 2011, a consolidação do Fórum Nacional de Supervisão de Estágio nas Oficinas Nacionais; a disponibilização da Revista Temporalis no formato digital a partir de 2017, socializando artigos, resenhas, ensaio teórico, resultados de pesquisa e experiências de extensão e de ensino; o fortalecimento dos Grupos Temáticos de Pesquisa, que reúnem pesquisadores de diversas UFA’s para tratarem temáticas relevantes para a sociedade e para a profissão; o fortalecimento do debate Étnico-Racial na formação em Serviço Social, com a criação em 2018 de um documento norteador que coloca na agenda política da entidade o compromisso com uma formação profissional antirracista, dentre outras ações que buscam a qualificação teórico-política dos assistentes sociais, dos docentes e dos discentes.

Por fim, é importante sinalizar que no ano de 2020 o mundo enfrentou uma grave crise sanitária a partir da pandemia do vírus Covid-19 que, no Brasil, foi assistida pelo governo negacionista e anticientífico de Bolsonaro. Como estratégia de combate à mutação do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou o distanciamento e o isolamento social.

Seguindo tais recomendações dos órgãos de saúde, as universidades públicas federais adotaram um modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) para dar continuidade as suas atividades. Este contexto intensificou os inúmeros desafios e dilemas já enfrentados no campo da educação superior na sociedade capitalista,

especialmente para o Serviço Social que vislumbra uma formação profissional que se alinha aos valores e princípios de um projeto societário emancipatório.

Desse modo, os limites desta dissertação não nos permitiram analisar as particularidades de tal conjuntura. No entanto, consideramos imprescindível que as análises futuras fundamentadas na razão crítico-dialética apreendam as repercussões do ERE no trabalho e na formação acadêmica-profissional dos assistentes sociais.

Esperamos que a análise exposta possa ter contribuído para o debate da apropriação crítica da dimensão técnico-operativa na formação profissional. Urge – no atual quadro do capitalismo contemporâneo –, debater os Fundamentos do Serviço Social para construirmos coletivamente estratégias de defesa e fortalecimento do projeto ético-político crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO. 2010. Disponível em <pneabepss_maio2010_corrigida.pdf (cfess.org.br)>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Movimento Sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?** In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?format=pdf> >

_____. **Maria Beatriz Costa Abramides:** depoimento. In: DINIZ, T. M. R. G. (coord.). Serviço Social, memórias e resistência contra a ditadura: depoimentos. CFESS, Brasília: 2017. p. 56-62.

_____. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GDPCRVTTVQMwKcB3ywdzjRP/format=pdf&lang=pt> >

_____. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** / Maria Beatriz Costa Abramides. – São Paulo : Cortez, 2019.

ABREU, Marina Maciel. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as Diretrizes Curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo.** In: Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). – São Paulo : Cortez, 2016.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **O Serviço Social no Brasil: das origens à Araxá.** – São Paulo : Cortez : Piracicaba : Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

ALENCAR, M; GRANEMANN, S. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.** Revista Katálisis, v. 12 n.2, p. 161-169 jul./dez. Florianópolis, 2009.

AMMANN, Sara. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** 11° ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – Reuni.** Brasília: Andifes, jan. 2010. Disponível em <[Relatório de acompanhamento das ações do Programa Reuni – Andifes](#)>. Acesso em 31 de outubro de 2023.

ARAÚJO VALENÇA, D. **As Jornadas de Junho de 2013 e a Atualidade do Marxismo**. Revista Cronos, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 25–47, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/26609> >. Acesso em 11 de novembro de 2023.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho. **A participação do CBCISS no movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina e suas expressões internacionais**: a relação com a ONU. In: A História pelo Averso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais / organização Marilda Villela lamamoto, Cláudia Mônica dos Santos. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez Editora : CNPQ, 2021.

AQUINO, I. G. C.; BATISTONI, M. B.; SCHEFFER, G. **Expressões da Reconceituação do Serviço Social no Brasil**: Projetos Profissionais em Disputa. In: Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA / Alexandra A. L. T. S. Eiras, Carina Berta Moljo, Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras.) -- Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

AQUINO, I. G. C.; VIEIRA, P. L. C.; SILVA, A. P. R. **O movimento de reconceituação na américa latina e suas expressões internacionais**: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória – Espírito Santo, 2018 <[oral-22264-14768.pdf \(abepss.org.br\)](#)>

BACKX, S.; FILHO, R. S.; SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 3ed., 2017.

BATISTONI, Maria Rosângela. **O Movimento de Reconceituação no Brasil**: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). EM PAUTA, Rio de Janeiro - n. 40, v. 15, p. 136 – 150, 2017.

BATISTONI, M. R., AQUINO, I. G. C., MACHADO, G. S. **Expressões da Reconceituação do Serviço Social no Brasil**: o projeto da escola de serviço social da Universidade Católica de Minas Gerais. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social , v. 1, n. 1 (2018) : ENPESS, Vitória - ES : 2018. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22080> >

BATISTONI, M. R., SILVA, J. F. S. **Renovação crítica do Serviço Social no Brasil**: legado, tendências e desafios contemporâneos. In: Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social / Cláudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli (organizadoras). – São Paulo : Rosivan Diagramação e Artes Gráficas, 2021. Disponível em < [Livro Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais \(digital\).indd \(unifesp.br\)](#) >

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. In: Ver. Bras. Polít. Int. 45 (2): 135-146 [2002]. Disponível em < [v45n2a07.pmd \(scielo.br\)](#) >

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. - 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRASIL, 1937. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1937.** Disponível em < [Constituição37 \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 21 de julho de 2023.

_____. 1953. **LEI Nº 1.889.** Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em < [L1889 \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 28 de junho de 2023.

_____. 1957. **LEI Nº 3.252.** Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em < [L3252 \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 28 de junho de 2023.

_____. 1960. **LEI Nº 3.858.** Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em < [lei-3858-23-dezembro-1960-354438-normaatualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#) > Acesso em 28 de junho de 2023.

_____. 1963. **DECRETO Nº 52.210.** Concede reconhecimento ao curso que menciona. Disponível em < [D52210impressao \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 28 de junho de 2023.

_____. 1967. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967.** Disponível em < [Constituição67 \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 19 de julho de 2023.

_____. 1968. **LEI Nº 5.540.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em < [lei-5540-28-novembro-1968-359201-normaatualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#) > Acesso em 19 de julho de 2023.

_____. 1974. **LEI Nº 6.139.** Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em < [L6139 \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 28 de junho de 2023.

_____. 1988. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em < [Constituição \(planalto.gov.br\)](#) > Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. 1993. **LEI Nº 8662.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm >. Acesso em 25 de julho de 2023.

_____. 1995. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Disponível em < <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> >. Acesso em 27 de setembro de 2023.

_____. 2004. **LEI Nº 10.861.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em < [L10861](#) >

(planalto.gov.br)> . Acesso em 20 de outubro de 2023.

_____. 2004. **LEI Nº 10.973**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <[L10973compilado \(planalto.gov.br\)](http://L10973compilado.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

_____. 2004. **LEI Nº 11.079**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em <[Lei nº 11.079 \(planalto.gov.br\)](http://Lei%20n%2011.079.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

_____. 2004. **DECRETO Nº 5.205**. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em <[D5205 \(planalto.gov.br\)](http://D5205.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

_____. 2005. **LEI Nº 11.096**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em <[Lei nº 11.096 \(planalto.gov.br\)](http://Lei%20n%2011.096.planalto.gov.br)>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

_____. 2007. **DECRETO Nº 6.096**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em <[Decreto nº 6096 \(planalto.gov.br\)](http://Decreto%20n%206096.planalto.gov.br)>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

_____. 2008. **LEI Nº 11.788**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <[L11788 \(planalto.gov.br\)](http://L11788.planalto.gov.br)>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

_____. 2010. **LEI Nº 12.317**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em <[L12317 \(planalto.gov.br\)](http://L12317.planalto.gov.br)>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

_____. 2014. **LEI Nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em <[L13005 \(planalto.gov.br\)](http://L13005.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

_____. 2016. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em <[Emenda Constitucional nº 95 \(planalto.gov.br\)](http://Emenda%20Constitucional%20n%2095.planalto.gov.br)>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

_____. 2019. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em <[Emenda Constitucional nº 103 \(planalto.gov.br\)](http://Emenda%20Constitucional%20n%20103.planalto.gov.br)>. Acesso em 02 de dezembro de 2023.

_____. 2019. **DECRETO Nº 9.794**. Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal. Disponível em <[D9794 \(planalto.gov.br\)](http://D9794.planalto.gov.br)>. Acesso em 04 de dezembro de 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e**

contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. XVI ENPESS, Vitória – Espírito Santo, 2018. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081> >. Acesso em 10 de setembro de 2023.

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** Cortez Editora, 9. ed. – São Paulo: 2011.

BOURGUIGNON, J.A. **A Particularidade Histórica da Pesquisa em Serviço Social.** In: Revista Katálysis. Florianópolis, V.10, N. Esp., P. 46-54, 2007.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANERMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate.** Caderno ABESS, n. 07, Cortez: São Paulo, 1997.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo.** In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; BONETTI, Dilséa Adeodata; IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Formação Profissional do Assistente Social: determinantes históricos e perspectivas.** Serviço Social e Sociedade, n. 14, abr, Cortez Editora: São Paulo, 1984.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **Dependência e Ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. Disponível em < [Vista do DEPENDÊNCIA E ULTRANEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016 \(ufes.br\)](#) >.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** - São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. **A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.** In: Revista Libertas, v. 11 n. 2 (2011): (ago. dez. 2011). Disponível em <[A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora | Libertas \(ufjf.br\)](#)>

CBCISS. **Documento de Araxá:** síntese dos 7 encontros regionais do CBCISS, Debates Sociais. suplemento n. 02, agosto de 1969.

_____. **Documento de Teresópolis:** metodologia do Serviço social, Debates Sociais. Suplemento n. 04, novembro de 1970.

_____. **Documento de Sumaré:** cientificidade do Serviço Social. Debates Sociais. Suplemento n. 8, novembro de 1978.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de Ética do Assistente Social de 1986**. Disponível em < [CEP 1986.doc \(cfess.org.br\)](#) > Acesso em 17 de agosto de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social de 1993. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília] : Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em < [Código-de-Ética-10-ed..pdf \(cress-sp.org.br\)](#) > Acesso em 20 de agosto de 2023.

_____. 2006. **Resolução nº 493**. Estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. 2008. **Resolução nº 553**. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Disponível em <[Resolução 533.docx \(cfess.org.br\)](#) >. Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. 2009. **Resolução nº 556**. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. Disponível em <[Resolucao CFESS 556-2009.pdf](#)>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. 2009. **Resolução nº 557**. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Disponível em <[Resolucao CFESS 557-2009.pdf](#)>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. 2010. **Resolução nº 569**. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Disponível em <[RES.CFESS 569-2010.pdf](#)>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. 2010. **Resolução nº 572**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de CARGOS GENÉRICOS e dá outras providências. Disponível em <[RESCFESS572.pdf](#)>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Revisitando o Serviço Social Clássico**. In: REVISTA EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 166 – 180.

DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia. **Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque**. In: Revista Argumentum, Vitória, v. 14, n. 1, p. 10-25, jan./abr. 2022. Disponível em < [Vista do Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque \(ufes.br\)](#) >. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo**. In: Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2016.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA FILHO, R. **Considerações sobre a questão da política no pensamento de Antônio Gramsci**. In: Revista Libertas, v. 21 n. 1 (2021): Revista Libertas (jan / jun). 2021.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. **A dimensão ético-política no trabalho de assistentes sociais.** In: A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.

EVANGELISTA, Diogo Prado. **Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil.** In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 86-98, jan./abr. 2021. Disponível em < [SciELO - Brasil - Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil](#) >.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL/UFJF. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016. Disponível em < <https://www2.ufjf.br/facssocial/files/2017/07/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2016.pdf> >.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL/UFJF. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2023. Disponível em < <https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf> >.

FARAGE, Eblin. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social.** In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em < scielo.br/j/sssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt >.

FERNANDES, Florestan. **BRASIL: em compasso de espera.** São Paulo – Editora Hucitec : 1980.

FERREIRA, Débora Spotorno Moreira Machado. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das Universidades Federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.** / Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/: UFJF, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora – MG, 2011.

FONSECA, S. C. da, & DE ALMEIDA, E. **A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância.** In: Revista História Da Educação, 20(49), 123–141, 2016. Disponível em < [SciELO - Brasil - A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA EM SÃO PAULO E A INTERIORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA](#) >

GUERRA, Yolanda. **A ontologia do ser social: bases para a formação profissional.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora v. 2, n. 2 jul.dez p. 9-21, 2003.

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social** / Yolanda Guerra. – 9. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

_____. **Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco.** In: Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). – São Paulo : Cortez, 2016.

_____. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 3ed., 2017.

_____. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica.** In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica / organizado por Yolanda Guerra... [et al]. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. **A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais.** In: A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural / David Harvey ; tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Goncalves.** 17. Ed. São Paulo : Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** / Agnes Helles ; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2º edição - Editora Paz e Terra, 2º edição : São Paulo, 1985.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **Mesa Redonda: Atribuições Privativas do Assistente Social e o “Serviço Social Clínico”.** In: Revista Em Foco – CRESS 7º Região / PPG UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão. 1ª edição ampliada - Brasília - DF : 2012. Disponível em <[atribuicoes2012-completo.pdf \(cfess.org.br\)](#)>.

_____. **A Formação Acadêmico-profissional do Serviço Social Brasileiro.** Serviço Social e Sociedade, n. 120. Out/dez, Cortez: São Paulo, 2014. Disponível em <[scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt](#)>.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora v. 18, n. 2, p. 204-226, jul. dez. 2018.

_____. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

_____. **Prefácio.** In: Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA / Alexandra A. L. T. S. Eiras, Carina Berta Moljo, Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras.) -- Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R.; SILVA, A. P. P.; LEMOS, E.; ELPÍDIO, M. H. **A importância da pesquisa acadêmica do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) no contexto da Reconceituação do Serviço Social na América Latina.** In: Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA / Alexandra A. L. T. S. Eiras, Carina Berta Moljo, Maria Lúcia Duriguetto (org.) - Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis, RJ : Editora Vozes Ltda, 1984.

_____. **A ditadura do grande capital/Octávio Ianni.** – 1.ed – São Paulo : Expressão Popular, 2019.

JACOMETTI, Rita de Cássia. **Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo 1958 – 1962.** Revista Serviço Social e Sociedade, nº 97. - São Paulo, Cortez: 2009.

KELLER, Suellen Bezerra Alves. **A Formação em Serviço Social no período neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff: os entraves para uma educação emancipadora.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 336-348, jul./dez. 2018.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em <[Revista122.indd \(scielo.br\)](#)>.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública.** 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019. Disponível em < [Autoritarismo-contra-a-Universidade-Expressao-Popular.pdf \(rosalux.org.br\)](#) >. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século.** In: R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011. Disponível em <[RKv14n1a09.pmd \(scielo.br\)](#)>.

_____. **O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em**

Serviço Social. In: R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013. Disponível em <[Revista Katalysis miolo 10.Vers\343o Final 2.16.2013.pmd \(scielo.br\)](#)>.

LIMA, Michele Luiz. **O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal:** traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado – PPG/Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

LINS, Maria Alcina Terto. **A flexibilização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e suas repercussões no serviço público brasileiro.** In: Assistente Social: trabalhador/a assalariado/a – fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Rosa Lúcia Prêdes Trindade & Maria Alcina Terto Lins (organizadoras). Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) : Maceió/AL, 2015.

LOPES, Josefa Batista. **50 anos do movimento de Reconceituação Do Serviço Social na América Latina:** a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. In: Revista Pol. Públ., São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em <[50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: aconstruçãoda alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo | Revista de Políticas Públicas \(ufma.br\)](#)>

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista.** Michael Löwy. 7° ed. – São Paulo, 1991.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução, Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política.** 1996.

MARX, Karl. 1818-1883. **A ideologia alemã / Karl Marx e Friedrich Engels ; [introdução de Jacob Gorender] ; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa.** - São Paulo : Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** [tradução Isa Tavares]. 2. ed. - São Paulo : Boitempo, 2008.

MOLJO, Carina Berta. **Considerações sobre o Serviço Social na América Latina.** In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 403-421, Jul./Dez. 2014. Disponível em <[Considerações sobre o Serviço Social na América Latina | Moljo | Revista Praia Vermelha \(ufrj.br\)](#)>.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da. **Cultura Profissional e Tendências Atuais:** o Serviço Social Brasileiro em Debate. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica / organizado por Yolanda Guerra... [et al]. Campinas: Papel Social, 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social.** - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca básica do serviço social; v. 5).

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. **O protagonismo do**

movimento estudantil de Serviço Social Brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão. Revista Universidade e Sociedade. ANDES-SN, p. 128-141. Janeiro de 2017. Disponível em <o-protagonismo-do-movimento-estudantil-de-servic3a7o-social.pdf (wordpress.com)>

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica.** – 10. ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. - São Paulo : Cortez, 2015.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** In: Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ, nº 19 – Rio de Janeiro : 2007.

_____. **O Movimento de Reconceituação:** 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo : Cortez, 2005.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a cena contemporânea.** In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

_____. **A propósito da disciplina de metodologia.** Serviço Social e Sociedade, n. 14. Ano V. abril. Editora Cortez: São Paulo, 1984.

_____. **Teoria, método e história na formação profissional.** Cadernos ABESS. São Paulo, n. 1, p.43-87, 1986.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e Táticas:** reflexões no campo do Serviço Social. / Luciana Gonçalves Pereira de Paula. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.

_____. **Um debate sobre Estratégias e Táticas – problematizações no campo do Serviço Social.** Tese de Doutorado. 2014. 500p. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2014.

_____. **Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação /** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/: UFJF, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora – MG, 2009.

_____. **“SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ...” Movimento Estudantil de Serviço Social:** Caminhos Históricos e Contribuições na Formação Profissional. Monografia – Faculdade de Serviço Social/UFJF. Juiz de Fora/MG, 2003.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; NACARAT, Ana Cláudia Leiroz; SILVA, Camila Martins da. **A proposta das oficinas nas Diretrizes Curriculares: elementos para debate.** In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; RODRIGUES, Ana Carolina do Nascimento; COBUCI, Juliana Aparecida; SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social** – questões para o debate. In: Anais do I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Maceió : AL, 2017.

PEREIRA, Raimunda Barbosa Costa Silva. **Proposta curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 14. Ano V. abril. Editora Cortez: São Paulo, 1984.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional/Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.**

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira; AGUINSKY, Beatriz G.; FERNANDES, Idília. **O objeto de trabalho e a formação generalista em Serviço Social: em debate atribuições e competências profissionais.** In: Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA. Tandil, Año 5 - Nº 7 Volumen 4, Julio de 2012. Disponível em < <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9357> >.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed., rev. e ampl Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAMONDA, Federico Guzmán. **CELATS: elaboración de una nueva matriz teórica política en la crisis de la reconceptualización.** In: Revista Praia Vermelha Rio de Janeiro v. 24 n. 2 p. 349-375 Jul/Dez 2014.

SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. **SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: um estudo sobre o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil.** Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Tese (doutorado) – UFRJ/Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. – Rio de Janeiro : UFRJ, 2006.

_____. **Na prática a teoria é outra?.** Cláudia Mônica dos Santos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2012.

_____. **As dimensões da prática profissional do Serviço Social.** In: Revista

Libertas. Juiz de Fora, v.2, n 2 jul/dez/2002 – v. 3, n 1 e n 2 jan/dez 2003 – p. 23 – 42, 2003.

_____. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social.** In: Revista Conexões Geraes: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. CRESS-MG, 2º semestre, 2013. Disponível em < https://issuu.com/cressmg/docs/3-revista_cress >.

SANTOS, Cláudia Mônica; NORONHA, Karine. **O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social:** uma perspectiva crítica. In: FORTI, V.; GUERRA, Y (Orgs). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica, e Pini, Francisca. **A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS Itinerante.** Temporalis, 13(25), 133–153., 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social:** questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo : Cortez, 2017.

SANTOS, Leila Lima. **Serviço Social na América Latina: 1970-1980.** In: Revista Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, n° 20, Rio de Janeiro, 2007.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumental técnico e o Serviço Social.** In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Laira Lúcia dos Santos.; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de.; SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Serviço Social e Planejamento:** reflexões sobre o exercício profissional do/da assistente social. In: Temas Contemporâneos em Serviço Social: uma análise dos seus fundamentos / organizado por Yolanda Guerra, Janete Luzia Leite e Fátima Grave Ortiz. Campinas: Papel Social, 2019.

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Entre conservadorismos e rupturas:** análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico- profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016. / Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/: UFJF, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora – MG, 2018.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. - Campinas, SP : [s.n.], 1995.

TEIXEIRA. Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social:** uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese de Doutorado. 2019. 331p. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2019.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** In: Revista Temporalis, n° 04, ano II / jul. a dez. Brasília: 2001. Disponível em < <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf> >.

_____. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais.** In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As origens da Universidade de Juiz de Fora.** Juiz de Fora : Editora UFJF; 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica / organizado por Yolanda Guerra... [et al]. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em < scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?format=pdf&lang=pt >.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais.** In: COHN, Gabriel. (Org.). WEBER, Max. Sociologia. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ZANCANELO, Juliano; SILVA, Laira Lucia dos Santos. **O Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek: considerações a partir de experiências e trajetórias militantes entre 2015-2018.** In: Revista Libertas, v. 18 n. 2 (2018): Revista Libertas - (jul. dez), Juiz de Fora – 2018.

ANEXOS

ANEXO A



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA: “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social”.

Período: _____ Turno: _____

- 1- Na sua opinião, existe a relação entre teoria e prática ao longo do processo de formação em Serviço Social?
- 2- Como você percebe a relação entre as três dimensões que compõem o Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa)?
- 3- O que você entende por dimensão técnico-operativa?
- 4- Em que momentos da formação você identifica a abordagem dessa dimensão técnico-operativa? De que forma isso acontece?
- 5- O que você entende por instrumentos e técnicas do assistente social?
- 6- Como você avalia os conteúdos que foram ministrados nas Oficinas de Trabalho Profissional (I, II e III)?
- 7- Você tem sugestão de temas que pudessem ser trabalhados nessas oficinas de Oficinas de Trabalho Profissional?
- 8- Quais as principais contribuições do estágio curricular para o seu processo de formação?
- 9- Na sua opinião, as oficinas de supervisão de estágio oferecem, de fato, um suporte para a realização do estágio? Por quê?
- 10- Você cursou disciplinas de laboratório? Quais? Como você os avalia?
- 11- De que forma os laboratórios contribuem para a atuação profissional do assistente social?
- 12- Para você, o que são estratégias profissionais?
- 13- O que você entende por táticas profissionais?
- 14- Em algum momento da formação foi realizado debate sobre a elaboração de estratégias e táticas profissionais?
 - 14.1- Se sim, em que momento ocorreu e como aconteceu?
 - 14.2- Se não, em que momento você avalia que seria pertinente essa discussão? E de que forma ela deveria acontecer?
- 15- Quais poderiam ser as principais estratégias e táticas construídas por você na sua futura atuação profissional?

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social”. Nesta pesquisa pretendemos analisar o processo de formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais no trabalho profissional dos assistentes sociais de Juiz de Fora/MG e região; e detectar os elementos presentes no processo de formação acadêmica que oferecem suporte a construção das estratégias e táticas político-profissionais aos assistentes sociais.

O motivo que nos leva a estudar o objeto em questão é a necessidade de compreender o processo de construção de estratégias e táticas político-interventivas de maneira sistemática e planejada pelos assistentes sociais, como forma de demarcar a sua autonomia profissional e explicitar aos seus usuários as concepções ídeo-políticas que pautam a sua intervenção.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O Sr. (a) nos concederá uma entrevista orientada por um roteiro estruturado que será gravada e, posteriormente, transcrita. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em intelectual, social ou cultural, se houverem. A pesquisa contribuirá para o aprofundamento e o aprimoramento do conhecimento sobre o exercício profissional do assistente social.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Faculdade de Serviço Social/UFJF e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “A formulação das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais – reflexões sobre formação e trabalho profissional do assistente social”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do Participante

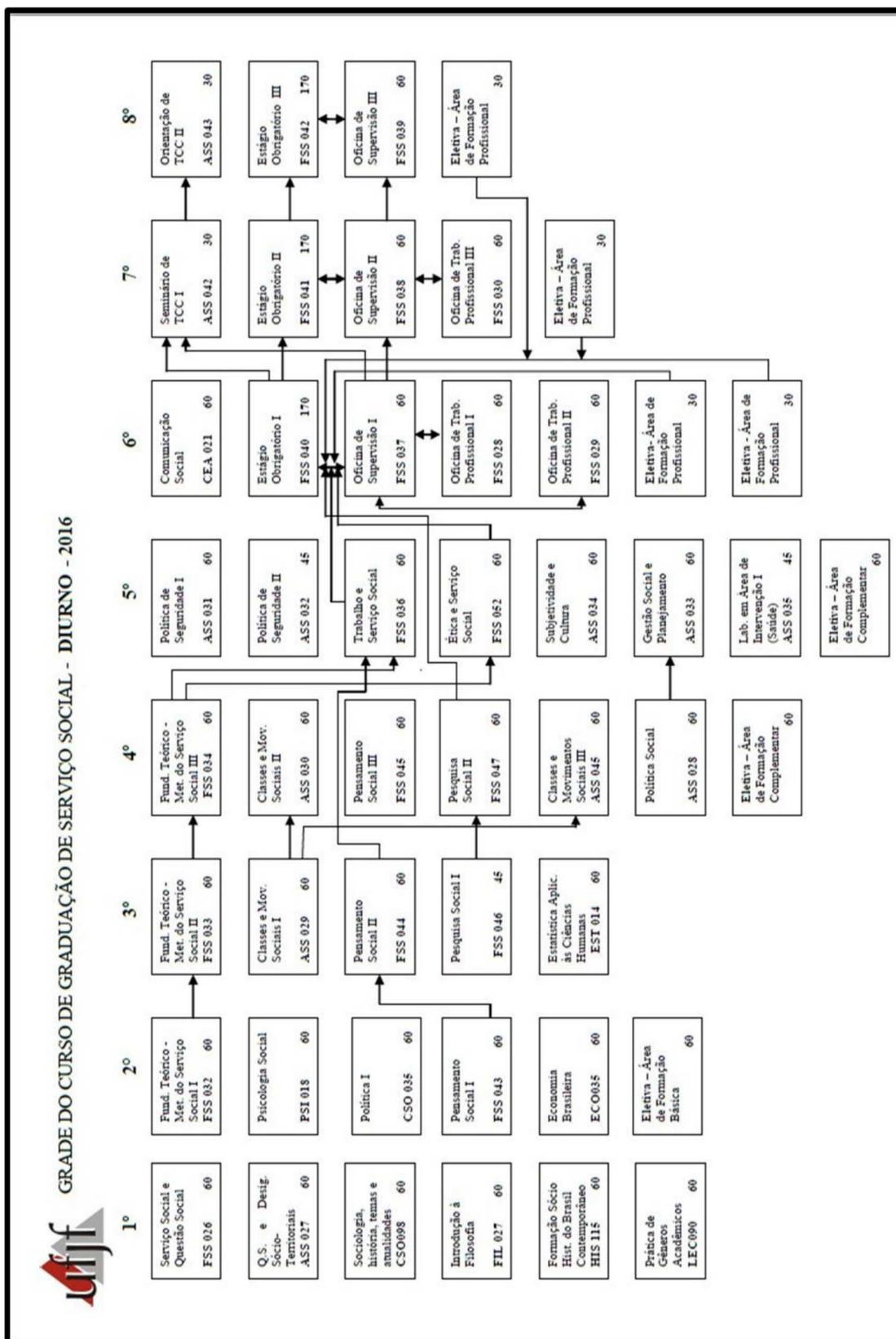
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA
RUA ITAMAR SOARES DE OLIVEIRA, 235/401, CASCATINHA, JUIZ DE FORA – CEP: 36033280.
TELEFONE: (32) 999558445
EMAIL: LUGPPAULA@GMAIL.COM

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO C

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL TURNO DIURNO



ANEXO D

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL TURNO NOTURNO

